FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

EDERSON LAURI LEANDRO

ECOTURISMO INDÍGENA E GESTÃO TERRITORIAL, CONTRIBUIÇÕES PARTICIPATIVAS DA TERRA INDÍGENA PAITEREY KARAH (SETE DE SETEMBRO)

PORTO VELHO
2011

ECOTURISMO INDÍGENA E GESTÃO TERRITORIAL, CONTRIBUIÇÕES PARTICIPATIVAS DA TERRA INDÍGENA PAITEREY KARAH (SETE DE SETEMBRO)

EDERSON LAURI LEANDRO

ECOTURISMO INDÍGENA E GESTÃO TERRITORIAL, CONTRIBUIÇÕES PARTICIPATIVAS DA TERRA INDÍGENA PAITEREY KARAH (SETE DE SETEMBRO)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Geografia, sob orientação da Prof. Dr. José Januário de Oliveira Amaral e Co-orientação da Profª. Drª Ivani Ferreira de Faria.

Porto Velho
2011

FICHA CATALOGRÁFICA

LEANDRO, Lauri Leandro.

Ecoturismo indígena e gestão territorial, contribuições participativas da terra indígena Paiterey Karah (Sete de Setembro), 2011, 134 p.
Dissertação: Mestrado em Geografia/2011
Orientador: Prof. Dr. José Januário de Oliveira Amaral
Co-orientadora: Profª Drª. Ivani Ferreira de Faria

Gestão Territorial. Ecoturismo Indígena. Ferramentas Participativas. Paiter-Surui.

Ao meu filho Francisco; a minha mãe Ilse; ao meu pai Francisco; a minha companheira Miriele de Freitas; e ao meu tio Teodoro.

A Ivaneide Bandeira Cardozo, cujo amor e os 20 anos dedicados às causas indígenas são contagiantes e repletos de conhecimento.

Ao povo PAITER-SURUI, pelas intensas lutas e pelo exemplo de sabedoria em fazer gestão do seu território.

Agradecimentos

Agradeço inicialmente a meus pais Ilse e Francisco, pelo verdade sacrifício de manter um filho estudando e por sempre acreditarem em dias melhores.

Ao tio e amigo Teodoro Leandro, que também fez grandes sacrifícios para que essa etapa, assim como as outras, fosse concretizada.

À esposa Miriele e ao filhote Francisco, por entender o stress, as ausências e tornarem os dias mais felizes.

À amiga/mãe Ivaneide Bandeira (Neidinha) pelo enorme carinho e ajuda desde os tempos da graduação, assim como pelas contribuições importantíssimas ao texto.

À Kanindé – Associação de Defesa Etnoambiental, pela incrível oportunidade de aprender todos os dias.

Ao orientador e agora amigo, Prof. Dr. José Januário de Oliveira Amaral, por acreditar na construção possível desse trabalho e por sempre disponibilizar um tempo na agenda disputada.

Ao amigo Almir Narayamoga Surui, pelas riquíssimas contribuições e apesar dos inúmeros compromissos sempre participou com alegria dessa construção.

À Profª. Drª. Ivani Ferreira de Faria, pelo repasse importantíssimo de conhecimento e prontidão na co-orientação desse trabalho.

Ao amigo Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva, por partilhar o conhecimento sobre a temática indígena de Rondônia e pelas contribuições nos textos.

Ao Prof. Dr. Marco Teixeira, pelas inúmeras contribuições e entusiasmo frente a essa linha de pesquisa.

Ao Programa de Mestrado em Geografia da UNIR, por entender a necessidade e relevância do tema.

Aos amigos Israel, Glauko e Paulo Jr., pelas contribuições, incentivos e por tornar os dias menos maçantes.

Aos Amigos do CSF, Marcos Amend e Alyson Melo, pela parceria na construção do conhecimento.

Aos colegas do Mestrado em Geografia, em especial a Ricardo Feitosa, Antenor Alves e José Márcio, certeza de boas conversas.

E, por fim um agradecimento especial à Associação Metareilá do Povo Indígena Surui e ao Povo Paiter-Surui, por proporcionar um conhecimento valoroso de gestão participativa.

Em tempos de severas intervenções
desenvolvimentistas, os trabalhos
participativos enchem meu espírito
de alegria e esperanças

RESUMO

O presente trabalho representa uma reflexão sobre o processo desenvolvimentista do estado de Rondônia e seus desdobramentos sobre as terras e povos indígenas que o habitam, assim como as alternativas para a gestão territorial discutido, desenvolvido e em fase de implementação na Terra Indígena Paiterey Karah (Sete de Setembro) do povo Paiter-Surui para o embate dessa realidade. A da gestão territorial norteou-se pela análise da construção de ferramentas elaboradas por demanda indígena com a participação de suas organizações e ONGs. A dinâmica desse processo originou a formulação da metodologia denomina “Diagnóstico Etnoambiental Participativos de Terras Indígenas”, que agrega simultaneamente conhecimentos indígenas e científicos sobre o povo e seu território, resultando em informações detalhadas das pressões incidentes sobre seu território, sua cultural, educação, saúde, economia, meio biológico, uso do solo, etc. Esses dados embasam a construção do Plano de Gestão da TI Paiterey Karah, em que constam, as definições prioritárias para as ações de interferência e desenvolvimento estratégicos. Nesse cenário, como um dos componentes surge o direcionamento para o ecoturismo indígena. A partir disso, são tecidas inúmeras negociações para a realização de oficinas, cursos e outros mecanismos de construção do conhecimento referente ao tema. Embora ainda seja uma ferramenta em construção, pretende-se demonstrar o potencial de contribuição do turismo e seus segmentos, até então, pouco considerados, como ferramenta de gestão do território, tendo como base os estudos e análises realizadas durante a elaboração comunitária do Plano de Ecoturismo Indígena da Terra Indígena Paiterey Karah.

Palavras chave: Ecoturismo Indígena. Ferramentas Participativas. Gestão Territorial. Paiter-Surui.

Abstract

This research represents a reflection on the developmental process of the state of Rondonia and its consequences on indigenous lands and peoples that inhabit it, as well as alternatives for land management discussed, developed and under implementation in the Indigenous Paiterey Karahi (Sete de Setembro) Paiter-Surui people's struggle for this reality. The territorial management was guided by analysis of the construction of tools developed by indigenous peoples' demand with the participation of their organizations and NGOs. The dynamics of this process led to the formulation of a methodology called "Participatory Diagnosis Etnoambiental Indigenous Lands," which combines both indigenous knowledge and scientific about the people and territory. It resulted in detailed information from the pressures imposed on its territory, its culture, education, health, economic, biological environment, land use, etc.. These data underpin the construction of the Indigenous Lands Management Plan Paiterey Karahi, appearing in the definitions of priority actions for interference and strategic development. In this scenario, as a component comes to targeting the indigenous ecotourism. From this, many negotiations are woven for workshops, courses and other mechanisms for building knowledge on the topic. Although still under construction tool, it intended to demonstrate the potential contribution of tourism and its segments, hitherto little considered, such as land management tool, based on studies and analysis conducted during the development of the Community Plan Indigenous Land Indigenous Ecotourism Paiterey Karahi.

Keywords: Indigenous Ecotourism. Participatory Tools. Land Management. Paiter-Surui.

LISTA DE FIGURAS

Foto 01 e 02: Epidemias.....64
Foto 03 e 04: preparação da Makaloba.. 58
Fotos 04 e 05: Festa Mapimaí 58
Fotos 05 e 06: Festa Mapimaí. 59
Foto 07, 08, 09 e 10: O contato em 07 de setembro de 1969. 61
Fotos 11 e 12: extração ilegal de madeira no interior da TI Paiterey Karah..... 62
Foto 13: Indígena Marimop Surui, relação com a natureza.....84
Foto 14 e 15: Oficinas para elaboração do Plano de Gestão da TI Paiterey Karah.....86
Foto 16: Oficina de Introdução ao Ecoturismo, 22 de março de 2010, Aldeia Lapetanha TI Paiterey Karah..... 86
Fotos 17, 18 e 19: Participantes e grupos de trabalho da Oficina de Ecoturismo realizada no período de 28 e 29 de agosto de 2010, aldeia Lapetanha, TI Paiterey Karah 87
Foto 20. Almir Surui com a representante do Google na TI Paiterey Karah 100
Fotos 21, 22, 23 e 24: Intercâmbio de indígenas Paiter e Parintintin na RDS-Mamirauá, Tefé, AM 105

Mapa 01: Estradas exógenas.. 39
Mapa 02: Área total desmatada na Amazônia legal 40
Mapa 04: Desmatamento e Áreas Protegidas em Rondônia (situação em 2007)..... 50
Mapa 06. Desmatamento no entorno da TI Paiterey Karah.. 71
Mapa 05: Desmatamento e pressão antrópica no entorno e na TI Sete de Setembro. 63
Mapa 07: Etnozoneamento da TI Paiterey Karah..... 81

Figura 01. População do Brasil em 2000..... 44
Figura 02: Taxa de Homicídios de 1980 a 2004 na Amazônia..... 45
Figura 03. Pressão consolidada e incipiente no bioma Amazônia. 47
Figura 04: Localização da TI Paiterey Karah..... 53
Figura 05: Organização social definida no Parlamento Surui..... 60
Figura 06: Áreas de Reflorestamento da Aldeia Lapetanha..... 99

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Evolução Populacional e Rondônia. 38

Tabela 02. Taxas de nascimento e mortalidade da população Paiter-Surui entre os anos de 2003 e 2009 55

Tabela 03: Distribuição da população total por aldeias e outras localidades. 56

Quadro 01: Pensando e discutindo as Regras norteadoras. 89

Quadro 02: Adaptado de Ecoturism Society (1993) 91

Quadro 03: Pensando e discutindo os possíveis atrativos. 93

Quadro 04. Pensando e discutindo a Infraestrutura necessária. 103

Quadro 05: Planejamento dos Paiter-Surui para os próximos anos. 110

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

COP - Conferencia do Clima

CTA – Centro de Trabalhadores da Amazônia

EFMM - Estrada de Ferro Madeira Mamoré

FSC - Forest Stewardship Council

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

FUNBIO – Fundo da Biodiversidade

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IMAZON - Instituto do Homem e do Meio Ambiente

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ISA – Instituto Socioambiental

Kanindé – Associação de Defesa Etnoambiental

ONG – Organização Não-Governamental

MMA - Ministério do Meio Ambiente

PLANAFLORO – Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

POLOAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLONOROESTE– Programa Integrado de Desenvolvimento do Nordeste do Brasil

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

TI – Terra Indígena

USAID - United States Agency for International Development

WWF- World Wildlife Fund

REDD - Emissões por Desmatamento e Degradação

IDESAM – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **17**

INTRODUÇÃO **19**

I. ÁREA DE ESTUDO E CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS **22**

1.1 Escolha da Área de Estudo 22

1.2. Procedimentos Metodológicos 23

1.3. Interfaces Situacionais do Turismo na Geografia 28

II. POLÍTICAS E PLANOS DE DESENVOLVIMENTO: REFLEXO EM RONDÔNIA E NAS TERRAS INDÍGENAS **34**

III. USOS E FORMAS DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PELOS PAITER **52**

3.1. O Povo Paiter (Surui de Rondônia) - Localização e Acesso 52

3.2. O Povo Paiter-Surui 53

3.3. Aspectos Populacionais 55

3.4. Organização social 57

3.5. O Contato 60

IV. O PLANO DE GESTÃO COMO FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO DO TERRITÓRIO INDÍGENA **65**

4.1. O Programa Paiterey 66

4.2. O Diagnóstico Agroambiental da Terra Indígena Paiterey Karah 68

4.3. Os Resultados do Diagnóstico 68

4.4 O Plano de Gestão da TI Paiterey Karah 72

4.5. Princípios, Diretrizes e Programas do Plano de Gestão 76

4.5.1 Princípios 76

4.5.2. Diretrizes 76

4.5.3. Programas 77

4.6. Etnozoneamento da Terra Indígena Paiterey Karah 77

V. CONSTRUÇÃO E CONSIDERAÇÕES SOBRE O ECOTURISMO NA TERRA INDÍGENA PAITEREY KARAH (TI SETE DE SETEMBRO) **82**

5.1. Plano de Ecoturismo Indígena: um processo em construção 83

5.2. Reuniões e oficinas 85

5.3. Construção de Valores para a Implantação do Ecoturismo Paterey 88

5.3.1 Pensando e Discutindo as Regras norteadoras 88

5.3.2 Pensando e Discutindo os Atrativos 92

5.3.2.1. REDD 94
5.3.2.2. O caminhar do Projeto Carbono Surui 96
5.3.2.3. Passos dados pelos Paiter-Surui para chegar ao “Projeto Carbono Surui”: 98
5.3.3 Pensando e Discutindo Infraestrutura 102
5.4. O Intercâmbio 104
VI. O FUTURO PARA OS PAITER-SURUI, CONSIDERAÇÕES FINAIS 108
6.1. Para não concluir ..... **Erro! Indicador não definido.**
REFERÊNCIAS 114

APRESENTAÇÃO

O interesse por estudos relacionados às questões indígenas resulta de seis anos de envolvimento com os povos indígenas e a Kanindé – Associação de Defesa Etnoambiental, em que tivemos a oportunidade de participar de vários projetos de Gestão Territorial e ampliar o horizonte profissional das pesquisas desse segmento em Terras Indígenas - TI dos Estados de Rondônia, Mato Grosso, Amazonas e Pará.

Dentre esses projetos, destacamos o Diagnóstico e Plano de Gestão das Terras Indígenas Nove de Janeiro e Ipixuna da etnia Parintintin no sul do Estado do Amazonas, apoiados pelo Consórcio Amazoniar, desenvolvido pelas Organizações não governamentais - ONGs Kanindé, FSC - Forest Stewardship Council, WWF-Brasil, SOS Amazônia e CTA – Centro de Trabalhadores da Amazônia, financiado pela United States Agency for International Development - USAID, que nos iniciou nos assuntos concernentes ao desenvolvimento sustentável, com enfoque em ecoturismo indígena.

A Kanindé em 2005, foi a entidade responsável em desenvolver os Planos de Gestão das terras indígenas e para isso, formou e contratou uma rede de pesquisadores que foram a campo junto com os indígenas desenvolverem as ferramentas de gestão participativa, construída em 1999 com a parceria dos indígenas Paiter de Rondônia.

O tema turismo nos aparece em 2005 por solicitação dos Parintintin, durante os estudos de diagnóstico de sua terra, que cercados por empresas de turismo - que os assediavam e vinham praticando atividades de pesca esportiva em outras TIs sem respeito as comunidades locais - e almejando uma oportunidade de geração de renda se encontravam sem as devidas orientações para tomarem suas próprias decisões.

Posteriormente a esse processo, participamos ainda, com o intuito de esclarecer as comunidades indígenas, de inúmeras oficinas referentes ao tema.

Buscando assim, juntamente com as associações dos Povos Parintintin e Paiter-Surui apoio para a realização de levantamentos e estudos voltados para o Turismo nessas áreas.

Após os Diagnósticos e Planos de Gestão, nosso envolvimento continuou através da realização de mais dois projetos complementares, financiados pela Fundação Moore e USAID, estes já com o objetivo de desenvolver os “Planos de Ecoturismo das Terras Indígenas Nove de Janeiro - AM e Paiterey Karah – RO”.

Durante o ano 2010, como parte desses projetos e já objetivando esse estudo, desenvolvemos mais oficinas, reuniões e planejamentos, que abordavam desde temas teóricos a responsabilidade, gestão do território, análises de caso, intercâmbios, etc. Todos os temas sempre permeando a produção do conhecimento participativo.

Nesse cenário, nossa opção pelo estudo das políticas públicas voltadas para o turismo com foco na inclusão social se faz necessária, principalmente, por conta da superficialidade dos discursos e orientações da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, que deveria trazer para si a responsabilidade de promover essa discussão com os povos indígena e a constatação da crescente demanda das comunidades que são exploradas e que certamente ultrapassam o estudo em questão.

Assim, para que pudéssemos construir uma análise que sirva de reflexão e orientação, principalmente quando falamos de metodologias participativas, optamos por desenvolvê - la a partir da construção do Plano de Ecoturismo da TI Paiterey Karah que teve como base as atividades de gestão territorial construídas pelos próprios Paiter.

Desta forma, representando, as possibilidades contributivas do ecoturismo como ferramenta de gestão territorial e suas contribuições para as demais áreas indígenas.

INTRODUÇÃO

O rápido processo de desenvolvimento do turismo sobre territórios indígenas, a imensa procura por povos indígenas por esclarecimentos sobre o tema, os impactos que essa atividade desencadeia sobre ambientes/povos, assim como a oportunidade de contribuir em um processo participativo para a elaboração de um Plano de Ecoturismo Indígena e suas interfaces relacionadas à gestão territorial, certamente, transparecem os principais motivadores para a escolha da temática.

O conjunto de reflexões referentes ao turismo, realizadas pelas Associações Indígenas do Povo Paiter-Surui da Terra Indígena Sete de Setembro, juntamente com ONG's e Governos, notadamente representam um grande desafio e certamente servirão para nortear outros povos, além de acalorar as discussões sobre o turismo em áreas indígenas.

Somamos a isso, as recentes discussões sobre o turismo postos ao olhar das ciências geográficas que, como mencionado por Faria (2007), representam uma temática inovadora, pois traz uma discussão que une o tema turismo associado à questão indígena, envolvendo cultura, tradição e identidade, ainda pouco desenvolvida por geógrafos.

Nosso trabalho, além de contribuir para uma reflexão sobre povo Paiter-Surui, pretende viabilizar subsídios de interferência na formulação de políticas públicas relacionadas ao turismo, e ao mesmo tempo despertar nos diversos setores o interesse pela temática, assim como demonstrar a importância da participação comunitária durante todo o processo de gestão territorial.

Objetivamos, assim, compreender a gestão territorial através das formas de inserções econômicas e socioambientais na TI Paiterey Karah[1] dos Paiter, analisando modelos de planejamento e políticas públicas, propostos por entidades governamentais e não-governamentais, para o fortalecimento da identidade indígena e contribuir para a agregação de valores e sobrevivência física e cultural, identificando também formas de uso e ocupação do território e as novas significações criadas a partir dos planos de desenvolvimento socioeconômico,

[1] Utilizamos Paiterey Karah ao nos referirmos a TI Sete de Setembro por ser a forma denominação dada pelos indígenas Paiter.

demonstrando dessa forma as propostas de gestão territorial propostas por esse povo.

Para tanto, o presente trabalho está estruturado da seguinte maneira: o primeiro capítulo conta com uma introdução, a qual consta o interesse pelo tema, justificativa da área de estudo, as questões norteadoras, os objetivos, os procedimentos metodológicos e uma discussão sobre as interfaces da geografia do turismo.

O segundo capítulo, **"**Políticas e Planos de Desenvolvimento em TIs", proporcionará um olhar sobre a história antiga e recente das políticas e planos de desenvolvimentos da Amazônia, numa análise histórica, em que apresentamos os vários momentos da ocupação econômica do Estado de Rondônia, com maior destaque para o período em que se desenvolveram os grandes projetos na Amazônia, nas décadas de 70 e 80, com implementação políticas econômicas de expansão com impactos diretos nas TIs.

No terceiro capitulo, "Usos e Formas de Ocupação do Território Pelos Paiter" apresentaremos o povo Paiter-Surui, seu território, os aspectos populacionais, as interferências das políticas desenvolvimentistas sobre esse povo e sua organização social.

No quarto capítulo, "O Plano de Gestão como Ferramenta de Planejamento do Território Indígena", faremos uma discussão sobre as ferramentas de gestão territorial desenvolvidas pelos Paiter-Surui em parceria com ONGs e os resultados desse processo para a TI Paiterey Karah.

O quinto capitulo é o cerne desta Dissertação, no qual apresentamos as "Construções e Considerações Sobre o Ecoturismo na Terra Indígena Paiterey Karah", em que visualizamos o intenso processo participativo e o desenvolvimento da visão dos indígenas sobre o tema, para que possam atuar com discernimento nas construções da temática.

No sexto e ultimo capítulo, "O Futuro para os Paiter-Surui, Considerações Finais", apresentamos em linhas gerais o planejamento dos Paiter-Surui para os próximos 50 anos, assim como as considerações finais que retomam as questões propostas para estudo, isto é, recoloca o ecoturismo no contexto de

desenvolvimento idealizado pelos Paiter-Surui, sem contudo esgotar o assunto, mas sim, buscando suscitar novas investigações sobre o ecoturismo em TIs.

I. ÁREA DE ESTUDO E CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

1.1 Escolha da área de estudo

A TI Paiterey Karah, localizada nos estados de Rondônia e Mato Grosso, foi escolhida como tema de estudo devido a seu histórico de luta dos Paiter-Surui pela defesa do território, da cultura e alternativas de desenvolvimento, principalmente quando Rondônia encontrava-se em fase posterior ao asfaltamento da BR-364 e dos programas de Assentamentos do Governo Federal, passando por intensos processos (fluxo) de transformação. Essas fases são notadas e passíveis de comprovação, devido ao auto índice de aumento populacional e retirada da floresta, representados nos dias atuais por reduzidos fragmentos de floresta, estes, notadamente em melhor estado de conservação, são TIs.

Para comunidades indígenas, essas investidas foram representativas de grande destruição e em alguns casos de etnocídios, representando a constatação da pressão exercida sobre os ambientes naturais e, por conseguinte sobre as TIs e sua população.

Os Paiter-Surui sabem exatamente o que tais fatos representam. Para tanto, criaram métodos de gestão territorial que podem contribuir na minimização dos impactos deixados pelas políticas desenvolvimentistas, buscando assim o desenvolvimento do seu povo.

Esse intenso processo de gestão territorial foi traduzido a partir de informações obtidas via pesquisa participativa com os Paiter-Surui, resultando na construção da metodologia intitulada "*Diagnóstico Etnoambiental Participativo e Etnozoneamento de Terras Indígenas*" que representa a base estratégica de desenvolvimento da etnia e constituem a essência do nosso estudo.

As contribuições desse diagnóstico recentemente tem sido orientando por uma demanda que tem sua linha de construção ou como orientação comunitária em

que o ecoturismo indígena é visto por esse povo como uma ferramenta complementar, oportunizando geração de renda e contribuindo na gestão territorial.

Pensar o ecoturismo para a TI, parte da demanda do coletivo, uma vez que a repercussão dos trabalhos de gestão territorial, a forte presença da cultura, importância do território preservado, somados as continuas reportagens e prêmios conquistados pelos Paiter-Surui, despertam progressivamente o interesse dos visitantes nacionais e internacionais.

E por esse caminho motivador, a escolha da temática representa uma importante reflexão feita pelos Paiter-Surui na elaboração/discussão do ecoturismo indígenas e suas formas de impacto sobre o território e a cultura, podendo contribuir para os demais povos que buscam no ecoturismo uma alternativa para garantir a sobrevivência.

1.2. Procedimentos Metodológicos

> Quando o *outro* se transforma em uma convivência, a relação obriga a que o pesquisador participe de sua vida, de sua cultura. Quando o *outro* me transforma em um compromisso, a relação obriga a que o pesquisador participe de sua história (BRANDÃO, 1999)

A pesquisa em questão pautou-se em princípios de investigação explicativa, a partir das discussões levantadas para a elaboração de planos de gestão territorial desenvolvidas pelos Paiter-Surui e seus desdobramentos, para garantir a implementação desse conjunto de estratégias de gestão territorial.

Ao Estabelecermos o método de pesquisa acerca das ferramentas de gestão territorial, norteamo-nos em três momentos complementares. Primeiramente, estabelecemos o diálogo com as Organizações e Associações da TI Paiterey Karah,com suas comunidades, suas lideranças e com as Organizações parceiras dos trabalhos realizados juntamente com osPaiter-Surui.

No segundo momento, direcionamos nossa atenção à seleção de bibliografias, literaturas e documentos relativos às questões indígenas e à região temática em questão, assim como à análise da metodologia formulada e implementada pelas organizações do povo Paiter-Surui em parceria com a Associação de Defesa Etnoambiental - Kanindé.

Num terceiro momento, dedicamo-nos ao acompanhamento do maior número possível de atividades (reuniões, oficinas, treinamentos etc.) realizadas e/ou relacionadas à Terra Indígena Sete de Setembro e seu povo, aproveitando-nos desses momentos de vivência para a realização de entrevistas gravadas e conversas informais.

O enfoque teórico da pesquisa geográfica está baseado no método dialético, apoiado indispensavelmente nas metodologias de **pesquisa-ação e pesquisa participante**, fato que nos possibilitou uma investigação científica associada a uma práxis.

Segundo Almeida Silva (2007, p. 27):

> A metodologia da pesquisa participante caracteriza-se pela adoção da prática política de compromisso popular, considerando o modo de vida de um povo. Ocorre de forma mais simples e direta possível, expressando-se pelas idéias e situações, em que os instrumentais de trabalho podem ser pensados, criados e vividos. Esta opção metodológica reflete uma intencionalidade não somente de ação política, mas trabalhar junto aos grupos desfavorecidos da sociedade.

Essa questão, proporciona, segundo Brandão (2006) a formulação de conhecimento coletivo, a partir de um trabalho, que recria, de dentro para fora, formas concretas dessas gentes, grupos e classes participarem do direito e do poder de pensarem produzirem e orientarem os usos de seu saber a respeito de si próprios, direcionando e gerando um instrumento a mais a favor do povo.

Nesse aspecto, a pesquisa dá um salto significativo no sentido de aplicabilidade, deixando de ser mero instrumento de verificação, passando a fazer parte da realidade local e contribuindo para análise e implementação de alternativas, *contribuindo para uma problematização e clarificação da prática vivida pelo grupo.* (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2006)

Contribuindo, Boterf (1999) acrescenta que normalmente se associam práticas de pesquisa participante e pesquisa-ação destacadas pelos seguintes critérios:

- A escolha dos problemas a serem estudados não se efetua a partir de um conjunto de hipóteses previamente estabelecidas pelo pesquisador, mas tem sua origem nas situações sociais concretas. Cabendo aos pesquisadores

auxiliarem os grupos interessados a formular e analisar os problemas por eles definidos.

- Existe entre a pesquisa e a ação uma interação permanente. A produção do conhecimento se realiza através da transformação da realidade social. A ação é a fonte do conhecimento e a pesquisa constitui, ela própria, uma ação transformadora. A pesquisa-ação é uma práxis, isto é, ela realiza a unidade dialética entre a teoria e a prática.
- A pesquisa ação intervém em situações reais e não em situação de laboratório. Trata-se de um trabalho com grupos reais, com as limitações e recursos existentes.
- A interação se dá numa escala relativamente restrita.
- A pesquisa participante se coloca a serviço dos grupos ou categorias sociais mais desprovidos e explorados. O pesquisador não é neutro, pois se coloca a serviço dos mais oprimidos e “desfavorecidos”.
- A pesquisa-ação consiste num processo educativo. Ao participar do próprio processo da pesquisa e da discussão permanente dos resultados obtidos, os ***participantes*** podem adquirir um conhecimento mais objetivo de sua situação, assim como analisar com maior precisão os seus problemas, descobrir os recursos de que dispõem e formular as ações pertinentes.
- Os ***participantes*** estão não somente inseridos nas discussões dos resultados das pesquisa, mas sobre tudo do processo desta.

Nessa interface da pesquisa-ação e da pesquisa participante, corroboramos com Faria (2007), ao acreditarmos que as duas metodologias não são antagônicas ou excludentes, mas sim complementares, existindo pesquisadores dispostos a colaborar com a relação sujeito-sujeito, rompendo com os métodos da pesquisa tradicional, ouvindo sempre primeiro os mais interessados, no caso, as comunidades.

Interessa-nos, portanto, captar a lógica dinâmica e contraditória do discurso de cada ator social e de seu relacionamento com os outros atores, visando à desperta nos dominados o desejo de mudança e a elaborar, com eles, os meios de sua realização. Desta forma, podendo o pesquisador, através da metodologia da pesquisa/ação, colocar as ferramentas científicas de que dispõe a serviço do

movimento social com que está comprometido. Fato esse que viabilizaria a participação dos membros com maior protagonismo excluindo a idéia de objetos de estudo. (Oliveira & Oliveira, 2006)

Destarte, Oliveira & Oliveira (2006) destacam a incumbência do pesquisador na criação de um recuo crítico e da organização de temáticas geradoras, proporcionando aos protagonistas discuti-la, decifrá-la e agir sobre ela, onde,

> a identificação da temática geradora deve se prolongar numa atitude eminentemente educativa que consiste em organizar o material recolhido junto ao povo e devolvê-lo ao povo, para que o povo dele se reapropie pela discussão em comum [...] um processo educativo que vise à reconstituição articulada, coerente e rigorosa da realidade é a condição indispensável para que o descontentamento, o mal-estar e o sofrimento, sentido por cada oprimido possam transformar-se em ação coletiva e organizada de questionamento da realidade social. (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2006 p.33)

As demandas comunitárias estudadas se direcionaram e desenvolveram-se, possibilitando a elaboração de uma consciência organizacional que engendraram uma vasta gama de projetos e oficinas visando garantir e discutir a gestão territorial do povo Paiter-Surui, definindo assim a relevância da construção colaborativa durante o processo de formulação da “ciência do homem comum”. Sendo para o caso estudado, exatamente o que ocorre.

Segundo Freire (2006), numa sociedade capitalista onde a formação vira treinamento da mão-de-obra, não de interesse das classes dominantes que se tenha o povo como sujeito participante do seu próprio desenvolvimento. Para isso, quanto mais, em uma tal forma de conceber e praticar a pesquisa, os grupos populares vão aprofundando, como sujeitos, o ato de conhecimento de si em suas relações com a sua realidade, mais podem superar ou vão superando o conhecimento anterior em seus aspectos mais ingênuos.

Significa dizer que, com o desenvolvimento de pesquisas participantes/ação, as comunidade à medida que participam dos levantamentos, discussões, oficinas, avaliações de resultados, etc. estamos nos inserindo com esses grupos em um embate sociopolítico completamente diferenciado. Municiando seus lideres e comunidades de informações e marcos estratégicos elaborado de baixo para cima, de encontro com as já conhecidas e intimidadoras políticas verticais que desconsideram esses grupos.

> A necessidade de continuar a experimentar e aprender ao longo dessas direções emergentes é uma conclusão óbvia. Não parece que está se formando um novo paradigma científico para substituir qualquer um já existente, através da pesquisa participante. No entanto, podemos nos aproximar de um tipo de brecha metodológica se os pesquisadores engajados seguirem os efeitos dinâmicos do rompimento da díade sujeito-objeto que esta metodologia exige como uma de suas características básicas. São muito evidentes as potencialidades de se obter um novo conhecimento sólido a partir do estabelecimento, na pesquisa de uma ralação mais proveitosa sujeito-sujeito, isto é, uma completa integração e participação dos que sofrem a experiência da pesquisa. Nada senão novas intuições podem surgir desse curso. Isso é igualmente importante como uma postura prática, na medida que as políticas de participação tornam-se mais sensíveis às necessidade reais das bases sociais e rompem com as relações verticais e paternalistas tradicionais (FALS BORDA, 2006 p.59).

Fals Broda (2006) destaca ainda a potencialidade da pesquisa participante como instrumento de deslocamento da universidade para a proximidade da realidade. Estando os moldes da pesquisa delineados pela reestruturação básica na estrutura acadêmica clássica na medida que reduz as diferenças entre objeto e sujeito de estudo.

Na busca de alternativas, as metodologias participativas terminam por transformar as necessidades e interesses individuais em formulações priorizadas, organizadas coletivamente. A partir disso, o movimento indígena tem sido capaz de organizar-se e articular-se para propor e exigir as alterações de quadros socioambientais que se adéquem as reformulações demandadas das associações e comunidades de base.

Isto também ocorre com a questão da geração de renda e na proposição de novas alternativas para acessar e suprir as necessidade adquiridas na fase pós contato. Fato que empondera o homem comum e os resultados desses trabalhos participativos na formulação de resultados direcionados às demandas do pesquisador local, o indígena participante.

Por tratar-se de um trabalho notadamente participativo, as experiências e discussões travadas por esses grupos representam a imersão de novos cenários para o desenvolvimento de novas alternativas, em que o turismo, em terras indígenas, orienta para as exigências de uma discussão que ultrapassa os limites de

seus territórios, uma vez que a grande maioria desses trabalhos e discussões são analisadas e discutidas por outros povos.

A questão do turismo indígena, embora latente, carece de maiores acompanhamentos, tanto por parte dos formuladores de políticas públicas, quanto dos órgãos responsáveis pela questão indígena no Brasil.

Mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir (BRANDÃO,1999), a metodologia da *pesquisa-ação* é uma opção, uma metodologia que estimula a participação das pessoas envolvidas na pesquisa e abre o seu universo de respostas, passando pelas condições de trabalho e vida da comunidade. Buscam-se as explicações dos próprios participantes que se situam, assim, em situação de investigador (MELO NETO, 2003).

O processo de geração de conhecimento intrínseca nos projetos, como estes desenvolvidos pelos Paiter-Surui, possibilita uma maior interpretação da sua realidade e engrenar mecanismos estratégicos em resposta e combate aos fatores de dominação social, em que a gestão territorial encontra no turismo uma ferramenta capaz impulsionar alternativas de geração de renda e melhoria da qualidade de vida.

1.3. Interfaces situacionais do turismo na Geografia

Existem muitas resistências ao termo *Geografia do Turismo* ou ainda a ideia que o turismo também seja uma área de estudo da ciência geográfica. A discussão sobre *turismo* no meio geográfico é polêmico muito embora, a maioria das publicações nesta área, no momento, serem de geógrafos (FARIA, 2007).

O inegável crescimento/afloramento de atividades turísticas nos lugares mais periféricos, as estreitas relações/implicações, as interferências causadas, os impactos e possibilidade, assim como seus desdobramentos recentemente têm chamado à atenção de estudiosos deste fenômeno.

> O turismo é híbrido [...] É híbrido, no sentido em que ele é, ao mesmo tempo, um enorme potencial de desenvolvimento e um enorme potencial de degradação sócio-ambiental, na ausência de uma regulação adequada para o setor. Logo, uma política federal de turismo é extremamente importante, pois se faz necessário administrar conflitos, fomentar atividades, regenerar áreas degradadas, desenvolver usos alternativos. (BECKER, 2002 p.02)

YÁZIGI *et al.* (2002) já destacava um cenário de mudanças políticas nacionais de turismo repleto de implicações territoriais. Posteriormente, Castro (2006) observa através de suas análises o “geógrafo-pesquisador brasileiro despertado e engajado

na pesquisa da dimensão geográfica do turismo aguçando seu olhar epistêmico sobre esses territórios em mutação", não podendo tal pesquisador:

> ignorar o amplo espectro de imbricações entre turismo e condições ambientais; entre turismo e sociedade, espaço, cultura, políticas setoriais e impactos de toda ordem, advindos dessa prática social e ao mesmo tempo atividade produtiva. (CASTRO, 2006 p.12).

Tais mutações precedidas/impulsionadas pelo turismo apresentam-se como frentes desbravadoras na atualidade da Amazônia, como fora, outrora, a exploração da borracha. Com isso alcança rapidamente os médios e altos vales dos rios, atingindo lugares os mais recônditos, na prática do "modismo verde".

> O turismo é, incontestavelmente, um fenômeno econômico, político, social e cultural dos mais expressivos das sociedades distas pós-industriais[..] inscrevendo-se materialmente de forma cada vez mais significativa ao criar e recriar espaços diversificados (RODRIGUES,2001).

Castro (2006), em seu "*tour* epistemológico" considera o turismo como uma abordagem recente da geografia, que não tem conhecimentos suficientemente sistematizados, já que os trabalhos empíricos e as "*reflexões teóricas a cerca do espaço turístico remontam aos anos 50 do século XX*."

A propagação de espaços turísticos sobre paisagens geográficas territoriais transformaram-se, adaptaram-se, sucumbiram-se às dinâmicas decorrentes de expansões/necessidades turísticas. Ao se propagar, a função turística apropriou ou instalou novos equipamentos nas áreas pelas quais se interessou, (re) modelando as relações entre assentamentos e o meio, passando a receber novas representações, formatando-as de forma a melhorar o produto turístico (BARROS, 1998).

Cabendo, portanto, segundo Barros (1998 p.42), a geografia do turismo:

> estudar as relações entre os assentamentos turísticos e o meio ambiente; as formas, as dinâmicas e as diferenciações das paisagens que se criam pela difusão e desenvolvimento da função turística, assim como, as representações que se fazem das paisagens turísticas.

Ao analisar a expressão e complexidade do turismo, Rodrigues (2001) reconhece a constituição de um conjunto de conhecimento sistêmico, entretanto, fragmentado, que dificulta uma visão totalitária do conjunto, destacando ainda, a importância geográfica nos estudos destas áreas:

O turismo, reconhecido por seus estudiosos como naturalmente complexo, é um importante tema que deve ser tratado no âmbito de um quadro interativo de disciplinas de domínio conexo, em que o enfoque geográfico é indispensável, uma vez que lida com a dualidade sociedade x natureza. Se esta característica basilar da geografia foi sempre tida como um elemento complicador, visto como responsável pela sua dificuldade de firmar-se como ciência no período moderno, cremos que no modelo atual, à luz de novos paradigmas e com a emergência a questão está revertendo-se (RODRIGUES, 2001).

Em cenários onde as comunidades indígenas apesar de possuírem grandes territórios dependem basicamente de agricultura de subsistência e benefícios governamentais, o que se nota de fato é uma seletiva apropriação cultural de novas formas geradoras de renda que aparentemente são adequadas às demandas locais**.**

A investigação desta temática para a Geografia é inovadora, pois traz uma discussão que une à questão indígena ao tema *turismo*, associando cultura, tradição e identidade, ainda pouco desenvolvida por geógrafos (FARIA, 2007).

> A cultura é a junção do que está separado [...] a cultura não é cumulativa, ela é auto-organizadora, ela capta as informações principais, seleciona os problemas principais, dispões de princípios de inteligibilidade capazes de desatar nós estratégicos[...] certamente, a cultura só pode ser lacunar e cheia de buracos, inacabada e mutante. Ela deve continuamente integrar o novo ao velho, o velho ao novo. (MORIN, 1997).

Desta forma, redefinindo e formatando em TI - principalmente do estado do Amazonas - o desenvolvimento de práticas em que, ao contrário do proposto (desenvolvimento endógeno), o que sem tem é a apropriação e exploração de territórios indígenas por agências de turismo que apoiadas nas necessidades e falta de conhecimento dessas comunidades, deterioram e modificam de forma irreversível as formas organizacionais, sociais e ambientais destes espaços.

> desde um punto de vista territorial, el turismo es gran consumidor de espacios, pero es además productor y transformador de primera magnitud. Es al mismo tiempo consumidor de territorio, es decir, utilizador no solo del espacio sino de lãs condiciones sociales que le dan sentido y es sobre ese territorio organizado y com sentido que impacta. (CARA, 2001)

Levantamentos realizados em TIs do sul do amazonas (LEANDRO &TEIXEIRA 2007, LEANDRO [et al], 2007a, LEANDRO [et al], 2007b) demonstram que o assédio sobre essas comunidades com potenciais significativos (conservação

e qualidade ambiental) ao turismo é crescente e certamente implementadas sem as devidas certificações.

> Voluntariamente ou não, o Poder Público, empresas e pessoas se aproveitam de falsos esquemas de *marketing ecológico* para vender um produto [...], processo que vem sendo chamado de *green washing* (maquiagem verde de produtos). Entre outras razões, isto ocorre por não haver um organismo e um método de certificação de produtos de ecoturismo (WWF, 2003 p.12).

Os mesmos estudos já apontam para a massiva aceitação de ressifignificações territoriais para orientar a entrada de segmentos turísticos nas TIs.

Uma das TIs pesquisadas demonstra um percentual positivo para aceitação de turistas de 97%, embora tenha essa propensão percentual alta, exemplificando novas tendências de geração de renda, mesmo sem ter explorado qualquer atividade do segmento (KANINDÉ 2007a; KANINDÉ, 2007b; KANINDÉ, 2007c; KANINDÉ, 2007d).

Entretanto, outra terra envolvida nos estudos, onde já se tem notícias de desenvolvimento de pesca esportiva orientada por uma empresa de Manaus, possibilitada por um acordo com a comunidade, é de fato observado um interesse não tão receptivo quanto a praticas do turismo, sendo esse percentual de 69%, apesar de significativo, demonstra claramente as rápidas reações contrárias derivadas da falta de planejamento e envolvimento comunitário, com prejuízos as estruturas sócio/organizacional da TI (KANINDÉ, 2007a, 2007c).

Gallero (2001), ao descrever os impactos da globalização sobre o turismo, ressalta a problemática da multiplicação de mega empreendimentos turísticos que replicam de forma igualitária em diferentes partes do globo, reproduzindo para o turista as mesmas sensações das quais ele tenta libertar-se.

Esse modelo exógeno avança rapidamente sobre áreas periféricas, (re) produzindo territórios e atrofiando/substituindo potencialidades. Superar tal fase da globalização e impedir que a multiplicação de corporações eliminem as possibilidades locais, seria impossível simplesmente com atitudes voluntárias, encarregando ao sistema turístico e órgãos gestores de cada país ou região apontar *la formación de pequeñas y medianas empresas y a la orientación técnica, reguladas, tanto a nível de transportación como de servicios turísticos que se brinden in situ*. (GALLERO, 2001).

> Considerando que o turismo está se desenvolvendo em sociedades pobres com graves problemas socioambientais, a função do turismo não seria apenas gerar riqueza, mas distribuí-la com ética e em respeito aos valores e a identidade do povo, na sua construção sociocultural. Sem esta postura, alimenta-se apenas a falsa ilusão de desenvolvimento, de negação da capacidade inerente ao turismo de contribuir para o desenvolvimento social, a conservação ambiental e o enriquecimento cultural de todos sem exceção (CORIOLANO, 2007 p.40).

Fato esse que nos leva a corroborar com outras pesquisas que apontam para os ricos/problemas decorrentes da inserção de atividades sem os devidos cuidados, planejamentos e principalmente sem envolvimento das populações locais.

Apesar das crescentes demandas indígenas, o que sem tem de fato é uma enorme ausência de discussões que possam junto com as varias comunidades estabelecer/definir/orientar/nortear as necessidades e potenciais destas localidades/comunidades.

Pretende assim, evocar a necessidade de se repensar o indigenismo em seus moldes quando se opta, de fato, pela perspectiva do etnodesenvolvimento (GRÜNEWALD, 2003), através de um modelo de planejamento endógeno e participativo.

Para Muls (2008), ao endogeneizar o papel do território, pretende-se que cada grupo de instituições e de organismos locais responsáveis por estas trajetórias de crescimento – cada arranjo institucional bem sucedido – é específico ao território, sendo um produto de seu próprio contexto e o resultado de sua própria construção.

> Em termos teóricos, considerar o território como um ator, como um sujeito que se define através da ação coletiva e da construção de instituições locais, significa confrontar as leis de funcionamento de uma economia global às estratégias infranacionais que surgem como resposta e reação aos imperativos da competição internacional. Significa opor o local ao global e entender que as estratégias locais retroagem sobre as forças globais, a ponto de redirecionar suas leis funcionais, podendo então iniciar um movimento autônomo de crescimento e de auto-regulação. Essas formas de reação que se manifestam nos espaços infranacionais trazem modelos de comportamento que questionam as teorias tradicionais do desenvolvimento (MULS, 2008 p.08).

Assim, o tempo e o espaço, são indispensáveis para entendermos o processo de ocupação e transformação do espaço, assim como as mudanças e inovações tecnológicas ocorridas ao longo do tempo e dos modelos de desenvolvimento adotados (SANTOS, 2006).

Compreender as transformações sociais resultantes da conversão da TI em espaços turísticos e a relação entre ambiente e exploração turística, assim como, as ferramentas de gestão, organização/utilização territorial, impactos socioculturais e políticas públicas constituem um complexo emaranhado de relações de caráter multifacetado da geografia do turismo**.**

> Na medida em que o Turismo é conseqüência da produção do espaço do e pelo homem, quando este se apropria do ambiente como um grande consumidor da natureza causando diversas implicações, a temática passou a ser trabalhada através da Geografia, tornando-se uma das suas especialidades mais recentes [...] Essas pesquisas se reproduziram em abordagens que denotam a interdisciplinaridade da Geografia com o Turismo e a preocupação com o consumo da natureza. (SANTOS, 2006 p.29)

O que temos de concreto é o fator turismo (re) criador e (re) modelador de territórios avançando cada vez mais rápido, com mais forças e aceitação sobre TIs e que raramente esse processo é organizado ou conta com a participação das comunidades indígenas, fato que explica a grande incidência de fracasso nas tentativas de exploração de turismo nestes ambientes.

A parte mais densa de trabalhos de geografia de turismo, no Brasil, é moldada por pesquisas/estudos de processo já consumados, de paisagens já turistificadas (BARROS,1998).

Destarte, o que observamos no âmbito de novos territórios turísticos como os indígenas rogam por estudos e acompanhamentos *a priori,* que não tenham unicamente o papel medidor de questões socioambientais e econômicos, mas que contribua efetivamente para a implementação e monitoramento de mecanismos/políticas ordenadoras/norteadoras aos interesses e necessidades de comunidades passíveis de exploração e marginalizadas pelos riscos/armadilhas turísticas, construídas nos territórios.

Cabendo, portanto, a geografia do turismo, com suas contribuições alicerçadas em estudos participativos, engendrar e estimular a construção de ferramentas participativas, destacando as transformações socioculturais, ambientais, políticas e econômicas sobrepostas, de modo a munir o componente local para tomada de decisões concretas, que positivas ou negativamente transformarão significativamente/irreversivelmente sua relação socioespacial.

II. POLÍTICAS E PLANOS DE DESENVOLVIMENTO: REFLEXO EM RONDÔNIA E NAS TERRAS INDÍGENAS

O desenvolvimento da região Amazônica envolve períodos importantes para os povos indígenas, já que estes períodos impactaram seu modo de vida e reduziram seus territórios.

Os planos de Governo para a Amazônia, inúmeras vezes, não levaram em consideração as aptidões da região, nem a realidade local, muito menos as necessidade e anseios dos povos indígenas.

Oliveira (2011) destaca que desde o início de sua colonização, a Amazônia vem sofrendo fluxos migratórios relacionados diretamente aos ciclos econômicos, gerando a fundação de povoados e cidades em pontos dispersos em cinco milhões de km² de seu território. Dois destes ciclos tiveram o apoio direto do governo, um deles impulsionados pela necessidade de matéria prima da borracha no período da Segunda Guerra Mundial e outro na década de 1970, como os assentamentos do INCRA.

O período que corresponde ao ciclo da borracha, se insere no contexto da relação da produção capitalista, quando para os estados da Amazônia vieram os imigrantes de vários estados do Brasil, ocupando a região, se apropriando de terras para a busca do látex, invadindo as TIs, repletos de histórias de massacre e etnocídios destes povos.

> A indústria da borracha, na Europa e nos Estados Unidos, comandava o volume e a intensidade da produção de borracha rústica na mata. A extração do látex da árvore gomífera – seja pela técnica da sangria, como na árvore de seringa, seja pela técnica da derrubada e sangria, como na árvore do caucho – era um trabalho desempenhado sob o controle do capital industrial estrangeiro. O capital comercial, em cujas malhas se prendia o trabalho do seringueiro, era somente a expressão mais imediata e visível do ciclo de reprodução do capital industrial centrado na indústria de artefatos de borracha e cada vez mais influenciado pela indústria automobilística (IANNI, 1986, p.51).

No início do século XIX a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré – EFMM avançou sobre o território Karipuna, reduzindo drasticamente sua população que atualmente se resume a 14 pessoas, não havendo registro histórico populacional Karipuna na época da construção.

A partir de 1950 a descoberta de diamante e posteriormente (1955) de cassiterita[2], geraram uma nova onda de exploração de recursos naturais. Com isso, na década de 60 um outro impluso migratório em busca desses recursos reaquece a economia do estado.

Segundo Teixeira e Fonseca (2001), em 1970, uma portaria do Ministério de Minas e Energia proibiu a garimpagem manual, alegando que essa era predatória já que parte do minério era perdida com essa técnica de extração, pode somente empresas com capital suficiente para mecanização extrair a cassiterita, causando assim, um novo colapso econômico. Estimasse para a época que 18 mil pessoas eram ligadas diretamente à garimpagem e 30 mil indiretamente.

> O exército foi encarregado de 'reunir' os garimpeiros e encaminhá-los aos aviões da FAB, de onde seriam 'despejados' em outras regiões do país. A proibição causou falências no comercio e um enorme desemprego. A arrecadação caiu 70% e o Brasil passou a importar o estanho que anteriormente exportava. A partir desse portaria vários grupos multinacionais reforçaram sua atuação no Território[3], monopolizando a exploração da cassiterita, que antes era meio de sustento de muitos trabalhadores. A FUNAI autorizou oficialmente a exploração em áreas indígenas, o que causou muitas mortes, dos indígenas evidentemente (TEIXEIRA E FONSECA, 2001 p.168).

Somado a isso o conhecimento de ouro nas terras de Rondônia desde o século XVIII, explorados ao longo dos anos, e a chegada em 1979 de garimpeiros atraídos pelo ouro do Rio Madeira concomitantemente com uma súbita alta sem precedentes, que elevou o preço do ouro a patamares nunca antes visto, acelerando ainda mais a busca pelo minério e intensificando os conflitos locais.

No período da ditadura militar, a Amazônia passa a ser vista com maior intensidade como a fronteira a ser ocupada para solucionar diversos problemas econômicos e as tensões sociais no resto do Brasil. Com o discurso de "integrar para não entregar", o Governo põe em prática o seu plano de ocupação da Amazônia através da expansão da fronteira agrícola.

A construção da Rodovia BR 364 que liga Cuiabá a Porto Velho cortou vários territórios indígenas e as ações do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e assentou colonos dentro das TIs.

> Milhares de famílias foram assentadas pelo INCRA às margens da BR 364 e de seu eixo de influência imediata, apropriando-se das

[2] Matéria-prima para a produção do estanho.
[3] Anteriormente Território Federal do Guaporé, passa a Estado de Rondônia em 1982.

> terras mais férteis. Entretanto, alguns problemas imediatamente surgiram, tais como: a reduzida fertilidade do solo e das dificuldades de sustentação econômica da agricultura aí praticada; a insistência governamental em continuar com a política de colonização; erosabilidade, lixiviação e precoce exaustão dos solos; falta de infra-estrutura física e social; empobrecimento dos migrantes; incidência de doenças tropicais, principalmente malária; dificuldades de armazenagem e escoamento da produção na estação chuvosa; impactos ambientais; estabelecimento de choques interétnicos entre os migrantes, populações indígenas e populações secularmente constituídas, entre outros (AMARAL, ALMEIDA SILVA & LEANDRO, 2011 p.18)

Nas décadas de 60 e 70 as forças conservadoras, exercendo o poder político ,viabilizam a implantação do modelo econômico conhecido como “economia dependente” (IANNI,1986). O Brasil recebe uma forte investida do capital internacional, principalmente recursos voltados para desenvolver projetos de aproveitamento dos recursos naturais da Amazonia, direcionadas a exploração de madeira e mineração.

Segundo Oliveira (1990), a produção de madeira na Amazônia Legal teve um crescimento de 37% nos meados da década de 80. Esta exploração, realizada sem manejo e nenhum cuidado com os habitantes locais, gerou conflitos e massacres de indígenas em toda a Amazônia.

Em Rondônia, esse processo se inicia em 1970, caracterizado pelo modelo predatório das políticas desenvolvimentistas e intensificado nas décadas seguintes, em que a comercialização da madeira ilegal, a pecuária e a grilagem de terra são os principais vetores de destruição das áreas protegidas.

A implementação pelo Governo, no período de 1966 a 1970, do Programa Operação Amazônia estimula a imigração, oferece incentivos ao capital privado, desenvolve infraestruturas e pesquisa o potencial dos recursos naturais, de modo que potencializa a pressão sobre as populações indígenas e tradicionais e resulta num quadro de agravamento ambiental.

Posteriormente, o Governo desenvolve o PROTERRA – I, PND - Plano Nacional de Desenvolvimento e o POLOAMAZÔNIA, com o objetivo de estabelecer a colonização a partir do aproveitamento das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais, e teve como uma das consequência o acelerado desmatamento em Rondônia.

No período de 1982-1992, foi implantado o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil - POLONOROESTE, com vistas principais a: 1)contribuir para a integração nacional; 2) promover a adequação demográfica da região noroeste; 3) absorver as populações economicamente marginalizadas de outras regiões proporcionando-lhes emprego; 4) aumentar a produção da região; 5) reduzir a disparidade de desenvolvimento e assegurar o crescimento da produção em harmonia com as preocupações de preservação do sistema ecológico e 6) proteção das comunidades indígenas".

Entretanto, o que observamos, foi o estabelecimento de infraestruturas que tiveram como grandes beneficiários os fazendeiros e madeireiros, resultando em impactos de grandes proporções com incidência direta sobre os povos indígenas e o meio ambiente.

O melhor exemplo de como as obras de grandes proporções e principalmente Rodovias pavimentadas são as portas de entrada e agravam o impacto do desmatamento em sua área circunvizinha, como aconteceu em outras partes da Amazônia, é o da BR-364, em Rondônia, pavimentada em 1982 como financiamento do Banco Mundial. O desmatamento excessivo ao longo da BR-364 e os reflexos nas comunidades indígenas levaram à criação do Departamento do Meio Ambiente dentro do Banco Mundial (1987) (FEARNSIDE ,2005; FEARNSIDE, 1987; FEARNSIDE, 1986).

Ao destacarmos a BR-364, é importante ressaltar que o efeito das estradas sobre o meio ambiente e consequentemente sobre os povos indígenas e suas culturas que se estabelecem e se mantêm em estreita relação com o ambiente é rapidamente abalada.

Para que tenhamos uma clara compreensão da intensidade dos fluxos migratórios em direção à Rondônia é interessante observarmos que, no período compreendido entre 1970 e 1991, a taxa média de crescimento populacional registrada foi de 11,69% enquanto o país registrava 2,30%. Sua população que no ano de 1960 era de setenta mil setecentos e oitenta e três habitantes em 40 anos ultrapassa um milhão trezentos e setenta e nove mil habitantes (OLIVEIRA, 2011).

Tabela 01: Evolução Populacional e Rondônia

	Rural	Urbana	Total
1950	23.119	13.816	36.935
1960	39.941	30.842	70.783
1970	51.457	59.607	111.064
1980	262.857	228.168	491.069
1991	473.365	659.327	1.132.069
2000	494.744	883.048	1.379.787

Fonte: IBGE Censo Demográfico 1950/2000.

Embora exista uma série de fatores que contribuam para esses aspectos eles são desencadeados a partir da abertura das estradas e intensificados com os asfaltamentos. Fearnside (2005 p.418) destaca que, Rondônia traz um alerta:

> No projeto POLONOROESTE, que acompanhou a pavimentação da BR-364, a pavimentação da rodovia devia ocorrer simultaneamente à adoção de medidas como a criação de áreas protegidas e a demarcação de terras indígenas. O asfaltamento foi adiante a todo vapor (até mesmo com adiantamentos financeiros das empresas de construção), enquanto as medidas de mitigação ficaram para trás durante anos. Invasão e desmatamento de grande parte da área a ser protegida já era fato consumado até que as medidas fossem adotadas.

Essas infraestruturas e modais de transporte têm provocado o imaginário dos pesquisadores do desenvolvimento social há muitas décadas. Desenvolvimentistas parecem acreditar em um poder mágico de uma estrada como germinação da semente da produção e do consumo em qualquer espaço geográfico. “Economistas do desenvolvimento, em especial, sempre difundiram a hipótese de que rodovias ou ferrovias seriam uma das causas do incremento da riqueza material de uma comunidade” (NOGUEIRA, 2009).

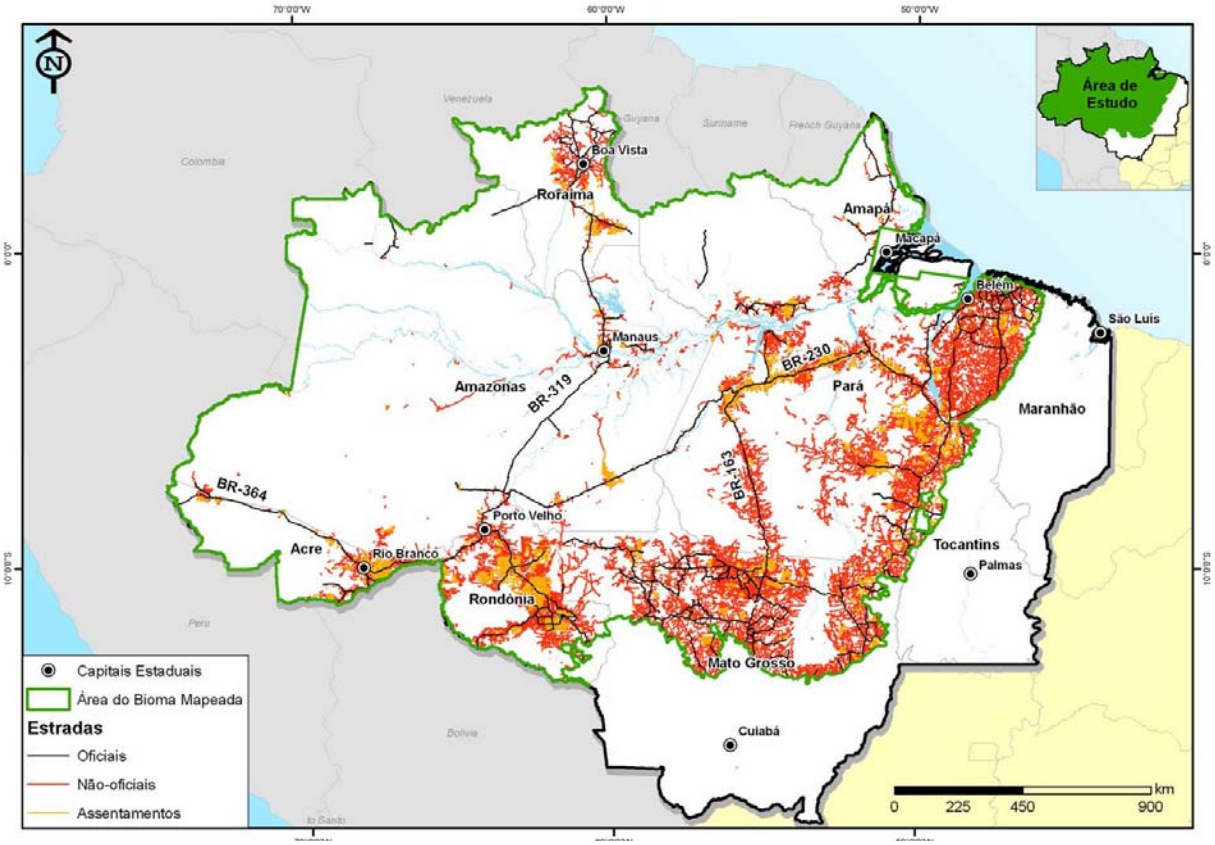
Fleck (2009) destaca, contudo, que a construção e/ou pavimentação de estradas amazônicas ao mesmo tempo que geram benefícios reduzem custos de transportes e integram localidades, também alavancam a pressão e os desmatamentos desses ambientes, gerando ainda conflitos e ilegalidades pela posse da terra.

> O processo de desmatamento normalmente começa com a abertura oficial ou clandestina de estradas que permitem a expansão humana e a ocupação irregular de terras à exploração predatória de madeiras nobres. Posteriormente, converte-se a floresta explorada em agricultura familiar e pastagens para a criação extensiva de gado, especialmente em grandes propriedades, sendo este fator

> responsável por cerca de 80% das florestas desmatadas na Amazônia legal. Mais recentemente, as pastagens estão dando lugar à agricultura mecanizada, principalmente àquela ligada às culturas de soja e algodão (FERREIRA *et al.*, 2005 p.58)

O mapa a seguir demonstra claramente como o desmatamento se desencadeia a partir das estradas no processo denominado “espinha de peixe” e incidem diretamente sobre as Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

Mapa 01: Estradas exógenas.



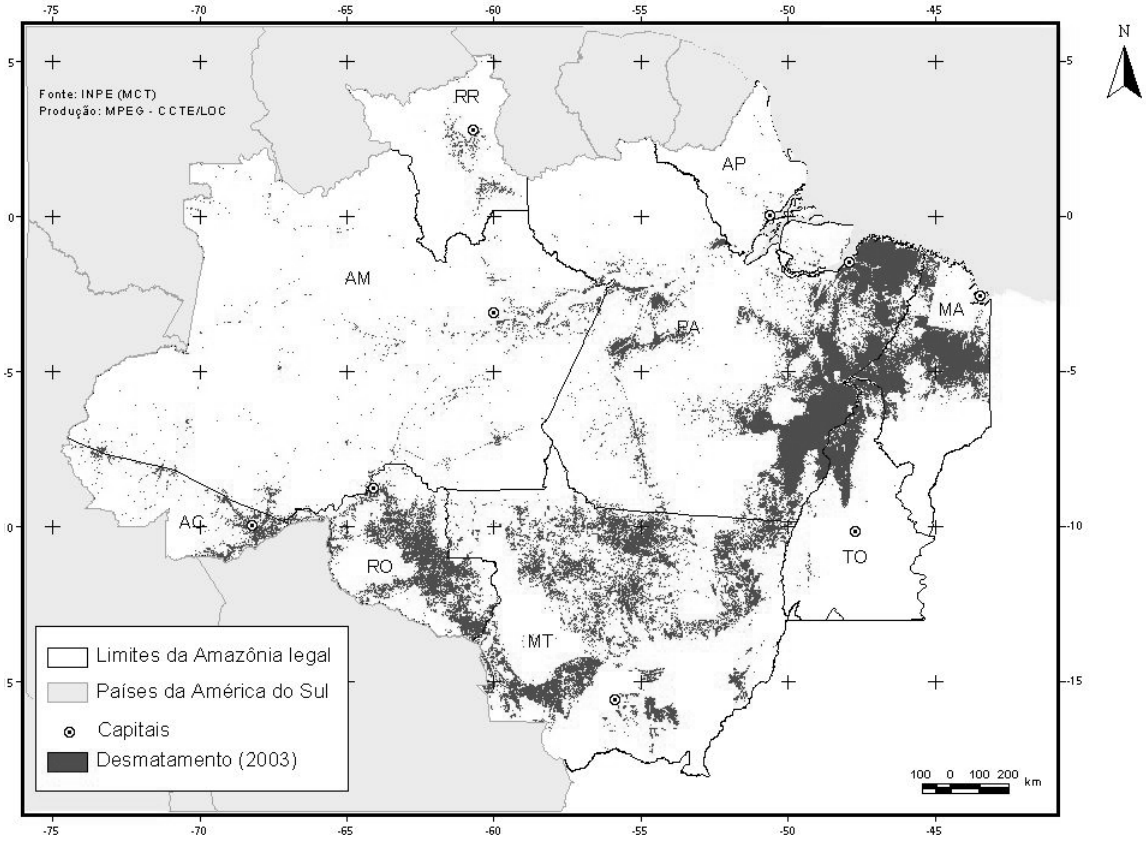
Fonte: IMAZON 2003.

Atualmente, segundo Souza Jr. *et al.* (2005) as estradas endógenas (não-oficiais) modelam diretamente uma nova dinâmica de ocupação na Amazônia. Os atores locais, em sua grande maioria do setor madeireiro, têm construído ou financiado milhares de quilômetros dessas estradas em terras públicas, avançando desordenadamente e gerando sérios impactos ambientais e socioeconômicos, sendo de fácil constatação os milhares de quilômetros de estradas endógenas abertas e em crescimento exponencial, geralmente, sem planejamento, estudos e autorizações exigidas por lei, fato que produzem na região amazônica cenas de exploração madeireira predatória e grilagem de terra, além de contribuir para as

queimadas, ampliação dos conflitos pela posse da terra e desflorestamento posterior.

Contudo, tais desmatamentos não ocorrem de maneira homogeneamente, mas sim de forma concentrada ao longo do denominado “arco do desmatamento”, com limites que se estendem do sudeste do estado do Maranhão, ao norte do Tocantins, sul do Pará, norte de Mato Grosso, Rondônia, sul do Amazonas e sudeste do estado do Acre **(**FERREIRA et al., 2005).

Mapa 02: Área total desmatada na Amazônia legal.



Fonte: INPE, 2004

> A pavimentação e a construção de estradas consistem no principal determinante dos futuros padrões de desmatamento da bacia Amazônica. Atualmente, vários projetos de pavimentação estão sendo considerados pelo governo brasileiro: as obras de pavimentação de um trecho de cerca de 700 km da BR-163, da divisa do Pará com o Mato Grosso ao porto de Itaituba, estão marcadas para serem iniciadas em breve. Grandes interesses econômicos estão por trás desse projeto que visa a conectar a região produtora de soja do Mato Grosso a portos de calado internacional do sistema fluvial do Amazonas. Outros projetos de pavimentação incluem a BR-230 (rodovia Transamazônica), BR-319 (rodovia Manaus-Porto Velho), BR-156 do Amapá a Guiana Francesa, BR-401 de Roraima a Guiana, assim como muitos outros trechos de

> importância secundária [...] Além disso, projetos de integração continental contemplam a pavimentação de rodovias através dos Andes, ligando não só a Amazônia, mas o restante do Brasil a portos no Pacífico, como Callao no Peru e Arica no Chile. (SOARES-FILHO *et al.* 2005 p.12).

Por conta desses interesses econômicos que resultaram no asfaltamento da BR-364, os Paiter-Surui foram um dos povos mais impactados por esses processos, pois a estrada cortou ao meio e diminuiu inúmeras vezes seu território.

Leão, Azanha & Maretto (2004, p.05) destacavam que as análises e avaliações demonstraram que,

> [...] embora os estudos preliminares efetuados pelo Banco Mundial já apontassem os riscos na implantação e implementação do Programa e, tivessem sido inseridos componentes ambiental e indígena como forma de minimização desses impactos, o POLONOROESTE não teve capacidade de sustar a ocupação desordenada de Rondônia e de cumprir suas metas sociais e econômicas.
> Entre os fatores apontados destacamos a expansão populacional maior do que o previsto e avaliado na época do planejamento do programa, o que gerou um significativo impacto no uso dos recursos naturais, contribuindo para o desmatamento, esgotamento do solo e outros problemas ambientais na região, bem como a invasão das áreas de proteção ambiental e terras indígenas.

Na época, por conta de tamanhos problemas ambientais, o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia - PLANAFLORO surge como uma nova proposta de desenvolvimento sustentável e conservação dos recursos naturais, com vistas a sanar os problemas gerados pelo POLONOROESTE, neste período são criadas 21 Reservas Extrativistas, demarcadas e homologadas 04 terras indígenas, 03 Parques Estaduais, 11 Florestas Estaduais de Rendimento Sustentado, 01 Reserva Biológica e 02 Estações Ecológicas.

> Em 1993 foi criado o PLANAFLORO. Este novo programa iniciou uma era pautada por um suposto contexto de preservação da região amazônica. Buscou-se o incentivo de atividades que pudessem ser, ao mesmo tempo, produtivas e ambientalmente sustentáveis (SOUZA & PESSÔA, 2007 p.133).

O que podemos observar é que mesmo tendo uma proposta voltada para a conservação do meio ambiente, este Programa não teve sua implantação como planejado, a ponto de ser denunciado pelo Fórum das Organizações Não Governamentais ao Painel de Inspecção do Banco Mundial por descumprimento das cláusulas contratuais.

> Semelhantemente ao programa anterior, o PLANAFLORO não conseguiu atingir todas as metas definidas, indo além do prazo previsto de sua execução. Ressaltamos que um dos grandes

> avanços do Plano Agropecuário e Florestal foi a viabilização da Segunda aproximação do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico de Rondônia - ZSEE (Lei Complementar nº 233/2000, posteriormente alterada pelas LCs nº 308/2004 e 312/2005), constituindo-se no principal mecanismo de ordenamento territorial e de gestão e controle dos recursos naturais. Embora não sendo respeitados pelos mais diversos atores sociais e políticos do Estado, em virtude de interesses difusos, o PLANAFLORO durante sua execução, de certa forma contribuiu para a minimização do desmatamento – em virtude da restrição ambiental - e provocou ainda um recuo do fluxo migratório. (AMARAL, ALMEIDA SILVA & LEANDRO, 2011 p.21)

De acordo com Becker (1976[b]), era indiscutível a necessidade de aceleração a integração dos estados brasileiros, e destes com os demais países, apontando os ENIDs - Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, que neste sentido estavam sincronizados com a Geoeconomia, associando geopolítica com a economia através da parceria do Estado com suas empresas, essa aceleração prioritária relacionada as obras de infraestrutura orientadas pela política desenvolvimentista. Contudo, representava a reiteração de uma estratégia, na qual os Eixos tentariam atrair investimentos e migrantes, impulsionando o avanço sobre a floresta, representando maiores parcelas do território cortada por redes e consequente redução das extensões com cobertura vegetal contíguas.

> A dinâmica territorial concreta na Amazônia caracteriza-se por um padrão de ocupação linear, ao longo dos eixos de circulação fluvial e rodoviária, separada por grandes massas florestais com população dispersa, terras indígenas e UCs. O adensamento das estradas na borda da floresta gerou o grande arco do desmatamento e focos de calor. Dentre os elementos da dinâmica territorial atual destacam-se: a urbanização galopante e descentralizada (61% da população total em 1996); a migração para o extremo norte com novos corredores de povoamento em direção à Roraima e Amapá; a reprodução do ciclo desmatamento/exploração da madeira/pecuária predominante no uso da terra; a introdução da agricultura capitalizada (soja, arroz, milho); os projetos conservacionistas; o narcotráfico (BECKER, 1976).

Era afirmado pela mesma autora (1976 [a]), como parte fundamental desse processo, a implantação de redes de integração espacial - todos os tipos de rede -, com enfoque em quatro no investimento público: 1) a rede **rodoviária**, ampliada com a implantação de grandes eixos (12.000 km de estradas, os quais foram construídos em menos de cinco anos); 2) **telecomunicações** comandadas por satélite, que difundem os valores modernos pela TV e estreitam os contatos por uma rede telefônica muito eficiente; 3) **urbana**, sede das redes de instituições estatais e

organizações privadas; e 4) **hidroelétrica**, que se implantou para fornecer energia - nova fase industrial.

Somamos a estes fatores mencionados os subsídios ao fluxo de capital e indução dos fluxos migratórios (pós de 1968), mecanismos fiscais e creditícios subsidiaram o fluxo de investimentos financeiros do Sudeste e do exterior para a região. A migração foi induzida através de múltiplos mecanismos, inclusive projetos de colonização, visando ao povoamento e à formação de um mercado de mão-de-obra local (BECKER, 1976[a]).

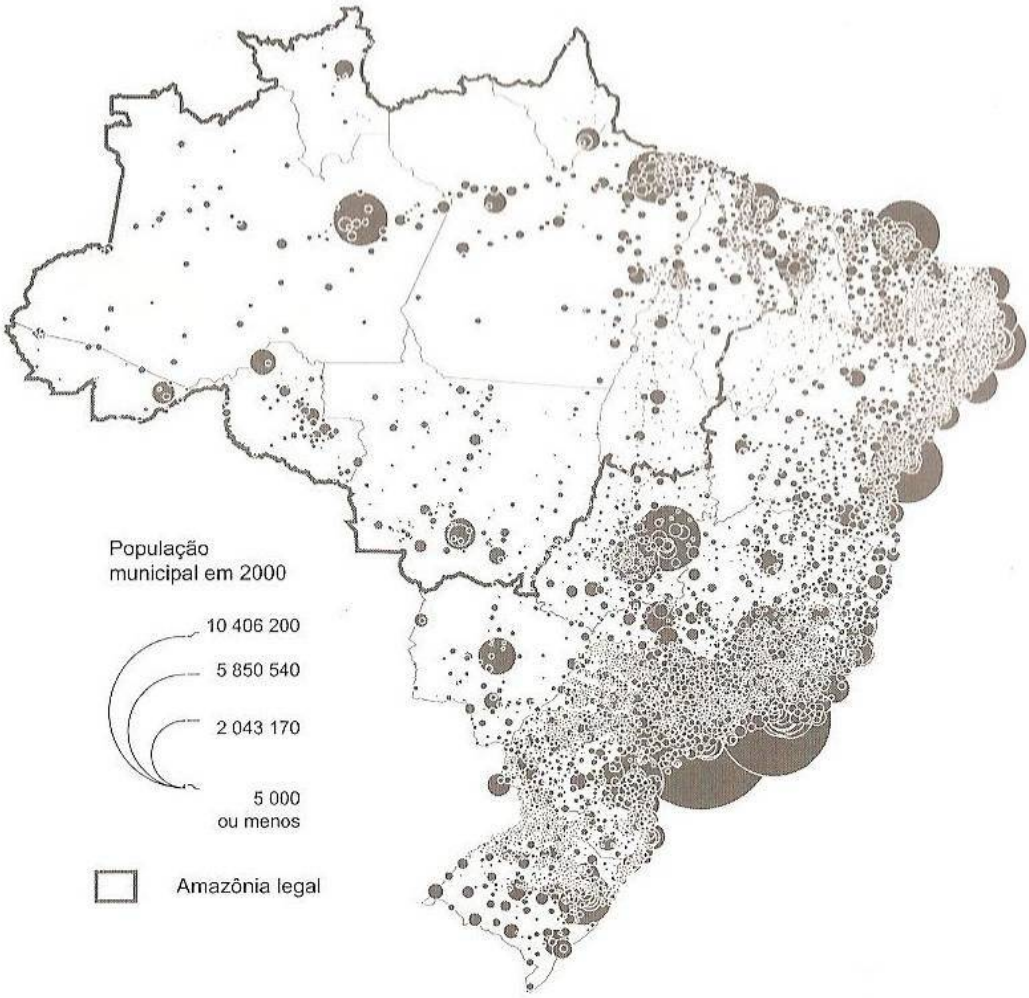
> No bioma Amazônia, a urbanização também foi importante em torno de pólos de processamento de madeira, extração mineral, zona franca (Manaus e Macapá) e capitais e pólos regionais. As zonas urbanas cobrem 5,6% do bioma Amazônia, considerando um raio de 20 quilômetros ao redor da sede de cada um dos 450 municípios. (BARRETO, 2005 p.02)

É ressaltado pela SUDAM (2009) que até 1970 as cidades mantinham um padrão estável de forte primazia urbana, isto é, concentravam seu crescimento nas capitais estaduais. Posteriormente a este período, o padrão foi alterado, sendo exceções os estados do Amazonas, Roraima e Amapá. Assim, a Amazônia é

> a única região do País onde cresce a população que vive em cidades com menos de 100 mil habitantes, sendo expressivo o crescimento de cidades pequenas entre 20 e 50 mil habitantes. O processo de desconcentração urbana é decorrente, sobretudo, da criação de municípios após a Constituição de 1988, processo esse que incidiu de forma intensa e generalizada em todos os estados da Região. Fator importante a registrar é que as capitais, apesar de continuarem crescendo em termos absolutos, não são mais as principais concentradoras da população urbana, que hoje passa a viver, crescentemente, em cidades médias e pequenas fora das grandes aglomerações (SUDAM, 2009).

A população na Amazônia, embora tenha crescido 172% desde 1970, mais que o dobro do restante do país (82%) chegando aos 13 milhões de habitantes ainda continua sendo a região menos povoada do Brasil, representando aproximadamente 12% do total, com densidade na Amazônia Legal de 4,18 hab/km². As poucas concentrações que se alinham na Amazônia ao longo dos rios e das estradas contrastam claramente com a massa populacional das regiões Sul e Sudeste, evidenciando a enorme reserva de espaço que a região representa (Théry, 2004).

Figura 01. População do Brasil em 2000



Fonte: Théry, 2004.

A Amazônia enquanto peso econômico, tem seu PIB inferior a 5% comparado ao nacional, abrigando apenas 10% da população urbana (THÉRY, 2004). Além disso, conforme aponta Celentano, & Veríssimo (2007), no ano de 2004, apenas 21% da população economicamente ativa tinha um emprego formal; a maioria no setor público.

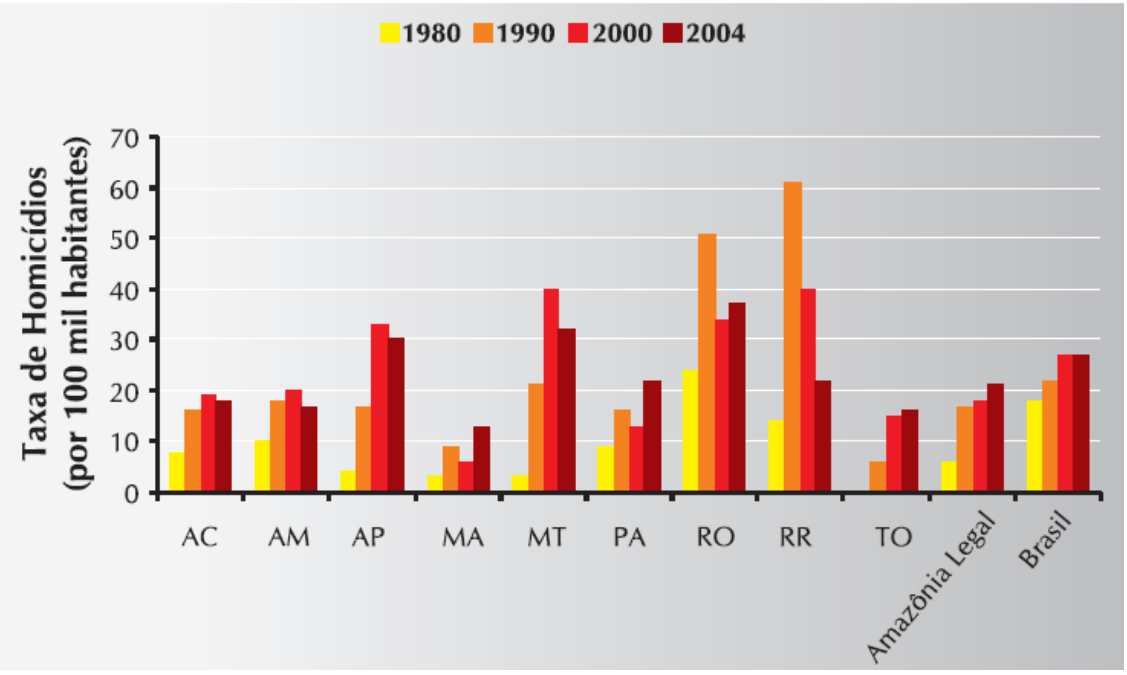
Em decorrência desses fatores de crescimento, o índice de violência é exponencialmente assustador, e com o intensificado/acelerado processo de urbanização da Amazônia, esses números extrapolam a barreira do ambiente rural e chegam a grandes proporções. Podendo, assim, ter uma perspectiva mais detalhada desse processo através do “Mapa da Violência no Brasil” discutido em OIE (2007).

> Mesmo considerando o impacto das políticas de desarmamento implementadas em 2004, as taxas de violência homicida continuam

> extremamente elevadas. No nível internacional, entre 84 países do mundo, o Brasil, com uma taxa total de 27 homicídios em 100.000 habitantes, ocupa a 4ª posição no *ranking*, só melhor que a Colômbia, e com taxas bem semelhantes às da Rússia e da Venezuela. As taxas de homicídio de 2004 são ainda 30 ou 40 vezes superiores às taxas de países como Inglaterra, França, Alemanha, Áustria, Japão ou Egito (OEI, 2007, p.123).

Impulsionado por vários fatores, o crescente índice de violência, registrado com números de homicídios totais, cresceu quase 07 vezes no intervalo temporal 1980/2004 nos municípios amazônicos, passando de 747 para 4.685 casos. Em 2004, os estados de Rondônia, Mato Grosso, Amapá e Roraima tinham taxa de homicídios superior à média nacional registrados em 27 para cada 100 mil habitantes contrastando com os 21 da média nacional (Celentano & Veríssimo, 2007).

Figura 02: Taxa de Homicídios de 1980 a 2004 na Amazônia



Fonte :IMAZON 2007.

É destacado pela OEI (2007) que o processo de urbanização do país contribui significativamente para a adição negativa nas taxas de mortalidade por acidentes de trânsito, homicídios e uso de armas de fogo. Observa-mos no interior dos estados a reprodução do ambiente violento das metrópoles. A responsabilidade representa um desafio multifacetado que inclui o poder público, setor privado e terceiro setor e a sociedade.

> Os núcleos urbano tem importante função político-ideológica. Não se trata apenas da presença concreta de múltiplos aparelhos do Estado

> sediados nas cidades. Ele é um sustentáculo da imagem do espaço alternativo, na media em que, abrindo possibilidades não só de trabalho, mas de apropriação de um lote urbano, alivia a tensões da população decorrentes de sua expropriação da terra e/ou de frustrações pela impossibilidade de obtê-la. Exerce, assim, o papel regulador. Aliviando as tensões advindas dos movimentos de maior ou menor apropriação e controle das terras pelo grande capital. Nos últimos anos, dada a intensificação desse controle e a valorização das terras na cidade, torna-se mais difícil ter acesso a um lote urbano; reduz-se o papel do núcleo urbano como aliviador de tensões, que passa, pelo contrário, a ser um foco de conflitos (BECKER, 1976[b]).

A intensificação do olhar lucrativo/globalizante/integracionista para a Amazônia, inserido e discutido atualmente pelas novas grandes obras de infraestrutura e pelos intensos e acalorados discursos preservacionista que estabelecem uma complexa rede de interesses. Quer pela necessidade de se preservar a diversidade amazônica ou pela oportunidade de galgar melhores fontes de renda, as cidades, são geralmente o palco de encontro dessas ambíguas correntes sociais.

Atualmente, assim como nos modelos de desenvolvimento anteriores, o Governo foca suas atividades na inserção de obras exógenas a região que comprovadamente vão alterar e reordenar significativamente a forma de utilização dos espaços amazônicos, gerando certamente grande pressão sobre os recursos naturais e consequentemente sobre os modos de vida daqueles que dela dependem.

As antigas tentativas de integração do Norte as demais regiões país agora ganham novo impulso, mas atualmente sob discursos de maiores proporções. O Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal prevê para todo o país a realização de inúmeras obras simultâneas que ao fim do processo visam à integração de grandes áreas.

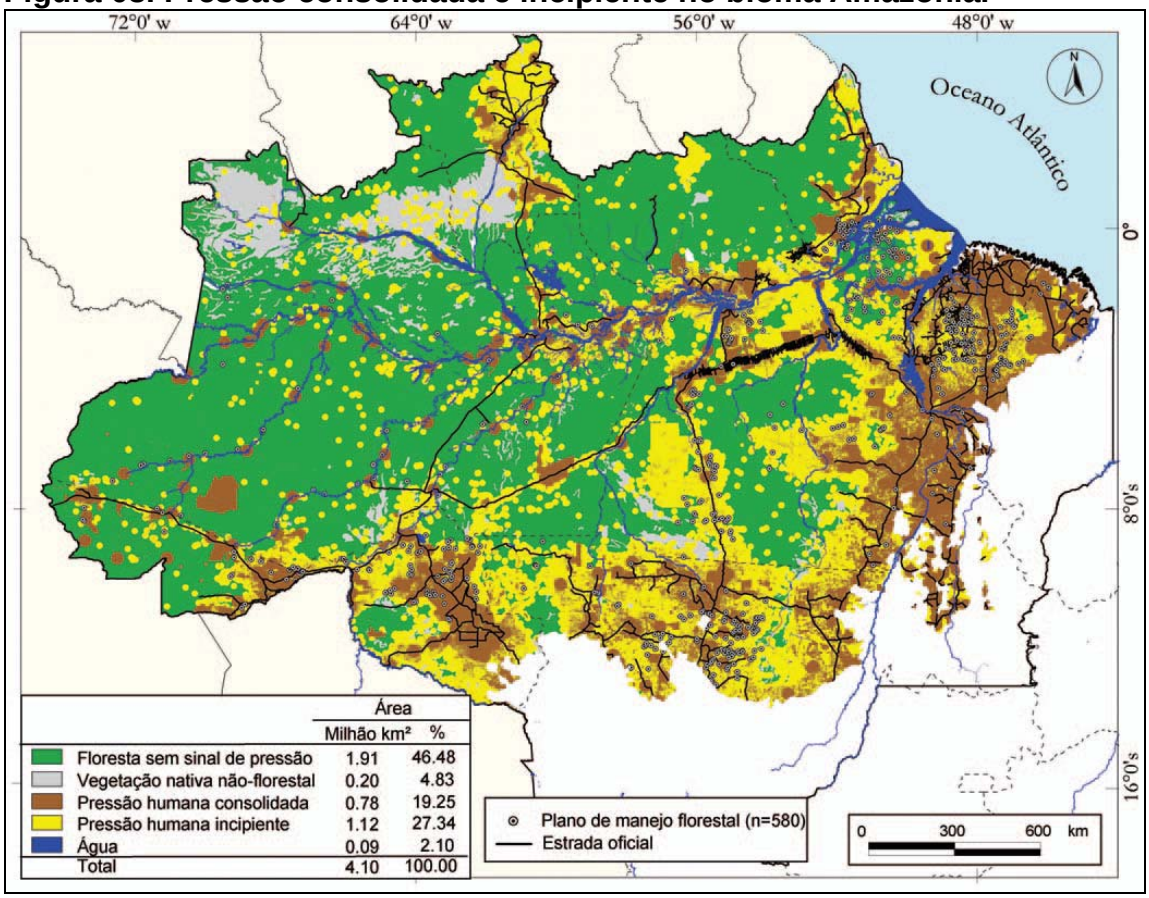
Em nome da globalização e de processo econômicos, o que se tem no cenário amazônico é a pura e descabida reaplicação de modelos exógenos que, muito raramente, fogem das antigas investidas governamentais de integração da Amazônia com o mundo.

O Programa de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal visa aplicar em quatro anos um total de investimentos em infraestrutura previstos em 503,9 bilhões de reais, nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e

recursos hídricos elencados como fundamentais para a aceleração do desenvolvimento sustentável no Brasil, capazes de estimular e aumentar a "produtividade e a diminuição das desigualdades regionais e sociais [...] a competitividade e integrar o Brasil com seus vizinhos e com o mundo. Seu objetivo é romper barreiras e superar limites."(http://www.brasil.gov.br/pac Acesso em 10.12.2010). Replicando sobre a região fatores que favorecem/desencadeiam as pressões resultantes das ações geopolíticas de outrora.

O Instituto do Homem e do Meio Ambiente – IMAZON elaborou um mapa mais completo das pressões humanas na Amazônia, sobrepondo inúmeras informações ao mapa de vegetação nativa. Foram incluídos dados de desmatamento, zonas de influência urbana, assentamentos de reforma agrária, focos de calor, áreas licenciadas para pesquisa mineral, reservas minerais e coordenadas de pontos dos projetos de manejo florestal autorizados pelo IBAMA – identificando áreas de exploração madeireira (BARRETO, 2005).

Figura 03. Pressão consolidada e incipiente no bioma Amazônia.



Fonte: IMAZON, 2005.

O estudo afirma, ainda, que em 2002, cerca de 47% do bioma Amazônico estava sob pressão antrópica. Essas áreas de pressão consolidada cobriam 19% do bioma. Tais pressões podem ser verificadas, principalmente, em torno das principais estradas oficiais - conforme mencionado anteriormente - e grandes rios navegáveis.

> O avanço da fronteira na Amazônia tem sido marcado por degradação dos recursos naturais, violência e por um crescimento econômico rápido, porém não-sustentável na maioria dos municípios da região. De fato, nesse modelo de ocupação, a economia segue o padrão 'boom-colapso'. Ou seja, nos primeiros anos da atividade econômica ocorre um rápido e efêmero crescimento na renda e emprego (boom), seguido muitas vezes de um colapso social,econômico e ambiental (CELENTANO & VERÍSSIMO 2007 p.06).

Como Becker ([b]1976) já apontava no seu artigo "A propósito de um modelo de ocupação racional da Amazônia", não se trata simplesmente da ocupação territorial, que embora fosse a prioridade política, mas sim de uma racionalidade quanto à sua utilização. Fato que, segundo a autora, era difícil devido à ausência de informações da região e também de um melhor esclarecimento de "como fazer".

> Há uma forte associação entre a pressão humana sobre a floresta amazônica e as estradas. Por exemplo, aproximadamente 80% da área total desmatada está localizada até 30 quilômetros a partir das estradas oficiais. E aproximadamente 80% dos centros urbanos, assentamentos de reforma agrária e zonas ao redor de focos de calor estão em uma faixa de 70 quilômetros a partir dessas estradas (BARRETO, 2005 p.05).

Nessas mesmas perspectivas, podem ser traduzidas as preocupações ambientais atuais. Não esperamos, simplesmente, maior integração e novas fontes de geração de renda, mas sim, uma análise mais detalhada das consequências e principalmente, que se leve em consideração as pesquisas, resultados e análise desse aparato nas elaborações e execuções de políticas públicas.

O fato claro desse processo pode ser observado ao longo das tentativas de ocupação da região, em que várias políticas/programas implementados falharam e originaram o que hoje dá força à grande pressão humana sobre os ambientes naturais e urbanos, formando o que podemos chamar de grande massa dos excluídos.

Compreender esses mecanismos causadores da desigualdade torna-se imprescindível para a criação/formação/elaboração de uma nova

orientação/reorientação na distribuição de renda e no acesso aos instrumentos que viabilizem a manipulação desses mecanismos em favor da diminuição da desigualdade.

As pressões antrópicas derivadas desses emaranhado de atividades além de evidentemente avançarem sobre as UCs e TIs – furto de madeira, garimpo, grilagem de terra e etc. -, redistribuem e aglomeram nos centros próximos a esses “canteiros” uma demanda populacional que extrapola os limites dos já exauridos centros urbanos.

A Amazônia, laboratório e palco trágico de inúmeras intervenções geopolíticas integracionistas, vislumbra hoje novas características, norteadas principalmente pela evolução do entendimento individual e pela grande pressão dos movimentos sociais, ambientais e científicos na busca por condições mais humanas e conscientes de desenvolvimento.

Essas demandas perpassam a escala regional, sendo atingida principalmente por mecanismos internacionais. Tais circunstâncias podem ser observadas com destaque pela crescente taxa de ONGs/associações instaladas, acessando recursos, implementando ações e defendendo interesses diversos.

O grande desafio imposto pela Amazônia relaciona-se diretamente no embate de práticas que repliquem, na região, os modelos de outras florestas tropicas: “destruição florestal e pobreza social”. Os 80%, das florestas que ainda cobrem a região, nos dão, segundo ele, a oportunidade de promover o tão sonhado desenvolvimento sustentável (ALENCAR, 2004).

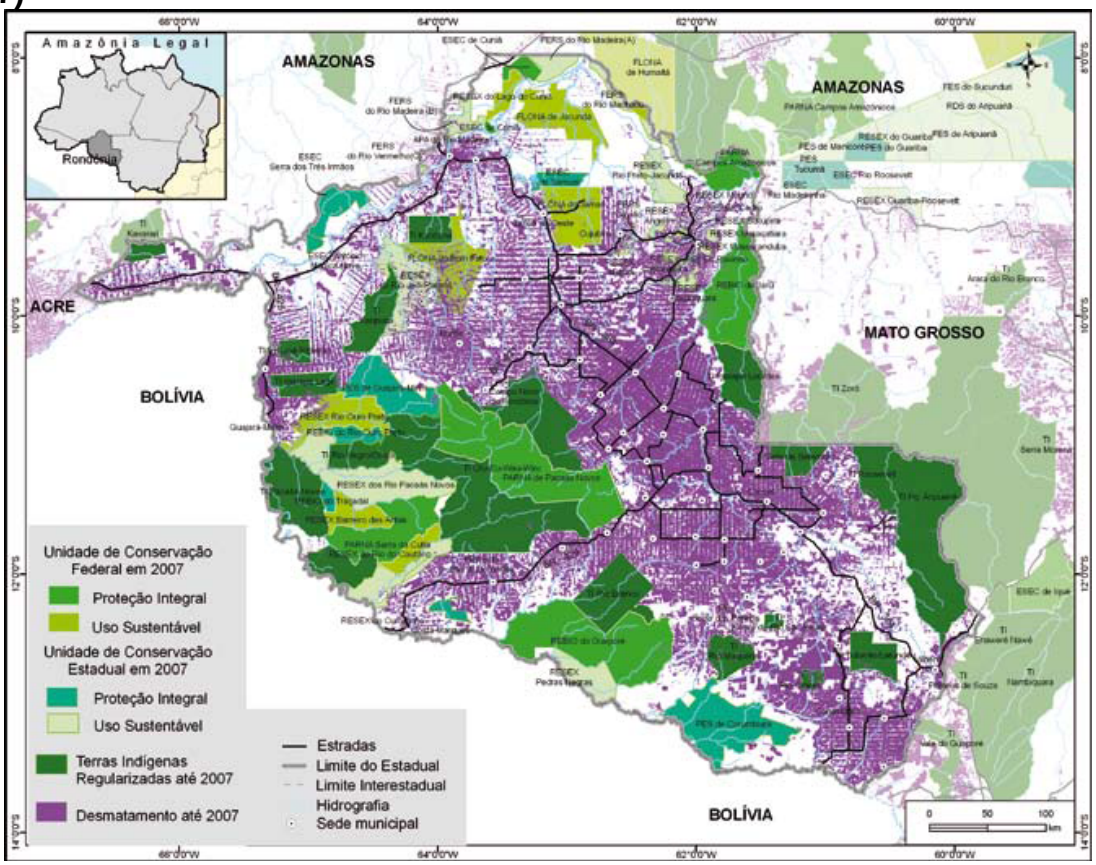
Direcionados mais uma vez para o Estado de Rondônia, constatamos a complexa e preocupante realidade, na qual alternativas de gestão, combate ao desmatamento e embates frente aos mecanismos emissores dos gases de efeito estufa são extremamente necessárias. Os dados referentes ao Estado demonstram crescimento exponencial do desmatamento e aumento da pressão antrópica sobre unidades de conservação e terras indígenas.

> A criação de Áreas Protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas) é uma das estratégias mais efetivas e recomendadas para conservar a floresta amazônica. Cerca de 33% da Amazônia Legal são Áreas Protegidas. Em sua maioria, essas áreas têm funcionado como uma barreira contra o avanço do desmatamento. Entretanto, em Rondônia, as Áreas Protegidas estão ameaçadas pelo desmatamento ilegal. Até 2004, o desmatamento havia atingido

> cerca de 6,3% do território das Áreas Protegidas, enquanto a média para a Amazônia é de apenas 1,7% (RIBEIRO [et al], 2004 p. 01).

Esses elementos são factíveis de constatação através de uma breve observação do mapa do Estado. O mapa a seguir demonstra claramente as unidades de conservação e Terras Indígenas praticamente delineadas por áreas de desmatamento, representando com algumas exceções os únicos fragmentos de floresta. Fato que exemplifica o agravado problema de pressão sobre esses espaços.

Mapa 04: Desmatamento e Áreas Protegidas em Rondônia (situação em 2007)



Fonte: GTA (2008)

Dentre as diversas medidas para conter os desmatamentos as áreas protegidas tem se mostrado muito eficazes, com destaque, para a de maior efetividade na categoria das Terras indígenas.

Tendo em vista os diversos cenários supracitados, em que sobressaem os impactos das obras pensadas e implementadas de forma vertical e a importância das terras indígenas no embate ao desmatamento, os Paiter-Surui - nosso foco

nesse estudo - por suas diversas conquistas e elaboração para gestão e manutenção do território, ganham destaque.

Para identificar tais destaques, nossa medida de análise se dá a partir das metidas encontradas por esse povo para enfrentar tais impactos. Essa série de medidas resultaram em planejamentos embasados por diversos estudos e orientam todas as ações das associações indígenas dos Paiter-Surui.

Um dos últimos resultados desses processos – discutidos desde 2005 -, foi a decisão das comunidades indígenas da TI Sete de Setembro de demonstrarem suas atividades e os seus resultados através de um programa de ecoturismo indígena.

Os direcionamentos para o “Turismo Indígena” está presente em muitas outras terras indígenas da Amazônia, fato que nos despertou a necessidade de inserir em nossos estudos o ecoturismo como ferramenta capaz de contribuir na gestão territorial da TI.

A TI Paiterey Karah é uma destas áreas protegidas que vem desenvolvendo estudos e oficinas comunitárias voltadas ao ecoturismo indígena, sendo escolhida como área de estudo por representar, a nosso ver, um excelente exemplo de planejamento de ecoturismo indígena.

Daí a necessidade de se tratar desta temática de forma séria, já que alguns povos vêm desenvolvendo atividades relacionadas ao turismo e outros estão realizando estudos para implementá-lo em suas terras.

III. USOS E FORMAS DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PELOS PAITER-SURUI

O povo Paiter-Surui é conhecido por tomar decisões de gestão de seu território de forma participativa e envolver a parceria de vários organizações no desenvolvimento de metodologias e pesquisas, as quais os ajudem a melhorar a qualidade de vida e garantam a sustentabilidade ambiental de seu território.

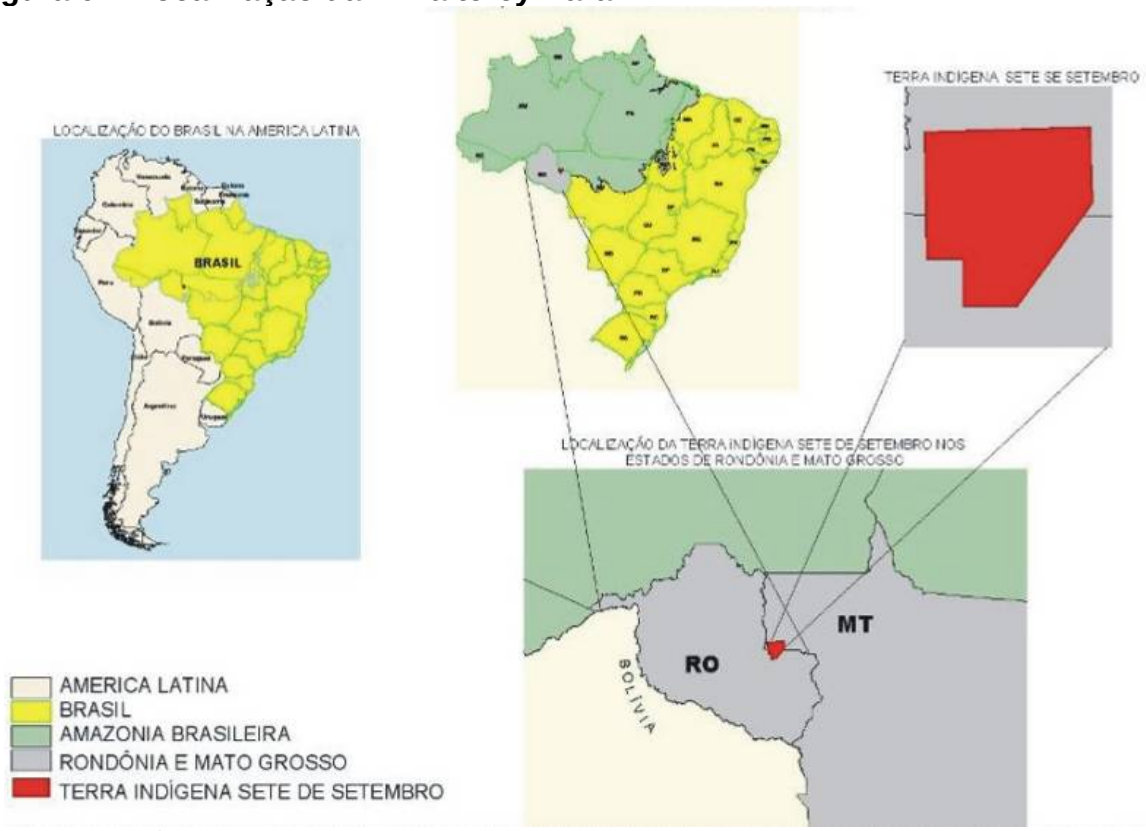
Desde 1997, vem desenvolvendo e implementando ações de monitoramento e gerenciamento do território indígena, em que a valorização da cultura e os recursos naturais são o valor maior para a preservação da identidade indígena.

3.1. O Povo Paiter (Surui de Rondônia) - Localização e acesso

A TI Sete de Setembro demarcada e homologada pelo Decreto 88.867 de 17 de outubro de 1983 está localizada nos municípios de Cacoal e Espigão do Oeste, em Rondônia e Rondolândia no Mato Grosso, com a seguinte delimitação: NORTE – O perímetro demarcado desenvolve-se a partir do marco 09 (nove) de coordenadas geográficas 10º45'03',9" S e 61º25'47,7" Wgr.; daí, segue por uma linha reta de azimute 88º27'45,2" com uma distância de 54.908,82m, até o Marco 14 (quatorze) de coordenadas geográficas 10º44'16,0" S e 60º55'41,4" Wgr. LESTE - Do Marco 14 (quatorze) segue por uma linha reta de azimute 178º44'50,4" com distância de 24.007,68m, até o Marco 16 (dezesseis) de coordenadas geográficas 10º57'16,9" S e 60º55'23,4" Wgr.; daí segue por uma linha reta de azimute 217º16'33,0" e uma distância de 40.711,33m, até o Marco 20 (vinte) de coordenadas geográficas 11º14'51,6" S e 61º08'55,1" Wgr. SUL - Do Marco 20 (vinte) segue por uma linha reta de azimute 269º32'55,5", com uma distância de 18.017,15m, até o Marco 01 (um) de coordenadas geográficas 11º14"56,2" S e 61º18'49,0" Wgr.; daí segue por uma linha reta de azimute 359º51"11,8", com uma distância de 15.005,61m, até o Marco 02 (dois) de coordenadas geográficas 11º06'47,'9" S e 61º18'50,2", Wgr.; daí segue por uma linha reta de azimute 269º47"12,1"com uma distância de 12.060,15m, até o Marco 5 (cinco) de coordenadas geográficas 11º06'49,2" S e 61º25'27,6" Wgr. OESTE - Do Marco 5 (cinco) segue por uma linha reta de azimute

359º04'59,0" com uma distância de 40.110,29m, até o Marco 09 (nove) ponto inicial da presente descrição perimétrica.

Figura 04: Localização da TI Paiterey Karah.



Fonte: Metareilá, 2009.

Chega-se a área a partir de Cacoal através das linhas 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15 e linha Pacarana, pelo fato das aldeias - que ao todo são 25 - estarem distribuídas ao longo dos seus limites, tanto por questões de segurança quanto de aproveitamento de antigas sedes de fazendas deixadas por invasores que se estabeleceram dentro da área nas décadas de 1970 e 1980.

Esses acessos se dão pela BR 364, até Cacoal ou Rondolândia e depois segue pela Rodovia do Café seguindo para cada aldeia pelas estradas vicinais.

3.2. O Povo Paiter-Surui

O povo indígena Surui se autodenomina Paiter, que significa "*Gente de Verdade*", pertencem ao grupo lingüístico Tupi Mondé e possuem uma população aproximadamente de 1.350 indivíduos, que habitam uma área de 248.147 hectares

inseridas nos Estados de Rondônia e Mato Grosso e foram contatados pela FUNAI-Fundação Nacional do Índio no dia 07 de Setembro de 1969.

A história oficial do contato relata que em dois anos sua população foi reduzida de 600 para 250 pessoas, já os Paiter-Surui relatam que eram 5.000, a FUNAI teria deixado de registrar a quantidade de malocas existentes, só constando em seus registros duas (02), daí o número reduzido da população segundo informa Almir Surui[4].

Os Paiter-Surui relatam que doenças oriundas do contato, em que os indígenas não teriam imunidades suficientes frente a vírus e bactérias então desconhecidas[5], teriam sido as responsáveis pela redução drastica da população. Fato semelhante é possível de verificação na história de diversos outros povos indígenas. O número de mortos não eram registrados, pois os doentes fugiam para as outras aldeias contaminando os demais que não tinham defesas imunológicas, a tal ponto que não dava tempo para sepultar todos os mortos.

Foto 01 e 02: Epidemias.

Autor: Jesco, 1969.

[4] Almir Surui é um dos principais lideres do Povo Paiter.
[5] Dentre as principais destacam-se Epidemias de sarampo, tuberculose, gripe e pneumonia

3.3. Aspectos populacionais

Nas décadas de 1970 e 1980 houve um forte declínio da população Paiter Surui, devido às doenças, à presença de invasores e aos danos aos recursos naturais que interferiam diretamente em sua forma de vida. Na década de 1990 a população Paiter-Surui começa a ter uma rápida recuperação, com uma taxa de crescimento de 11% para esse período (METAREILÁ, 2010).

A Associação Metareilá[6] do Povo indígena Paiter-Surui realizou um censo em 2009, no qual foram contados 1231 indivíduos, num total de 214 famílias, com média de 5,75 pessoas por família. Conforme este estudo a taxa média de nascimento foi de 0,041 e de mortalidade de 0,003 no período de 2003 a 2009, (tabela 02).

Tabela 02. Taxas de nascimento e mortalidade da população Paiter-Surui entre os anos de 2003 e 2009.

Ano	Taxa nascimento	Taxa mortalidade
2003	0.045	0.004
2004	0.052	0.002
2005	0.036	0.002
2006	0.043	0.002
2007	0.045	0.001
2008	0.039	0.007
2009	0.029	0.001
Média	**0.041**	**0.003**

Fonte: Metareilá, 2009.

A população Paiter-Surui se distribui em 25 aldeias (Tabela 03), que se localizam no limite da TI e atendem o objetivo de proteger o território. É contado também como parte da população, os Paiter que vivem fora da TI, que foram morar em outras regiões para estudar ou devido a casarem-se com membros de outra etnia ou não indígena, o gráfico abaixo mostra exatamente como ocorre essa distribuição.

---

[6] A forte relação com o território, a busca por alternativas de desenvolvimento sustentável e a proteção de seus recursos naturais incitaram a criação da Associação Metareilá do Povo Indígena Surui. Voltada para a proteção dos direitos indígenas. A associação desenvolve trabalhos/projetos a mais de 20 anos no estado.

Tabela 03: Distribuição da população por aldeias e outras localidades

Aldeias	Pop. Total	Masc	Fem	GB[7]	GM[8]	MK[9]	KA[10]	Não índios	Cinta Larga	Ticuna	Karitiana	Apurinã	Rikbatsa	Filhos de homem Paiter com mulher não índia[11]
Betel	9	5	4	0	7	0	0	2						
B.V. Pacarana	18	9	9	0	14		1	3						
Gahere	15	7	8	0	11	0	4							
Linha 10	76	40	36	28	21	2	23	1	1					
Uratana	15	8	7	12	0	0	3							
Amaral	115	60	55	3	53	1	46	7	5					
Joaquim	62	33	29	4	17	0	38	2		1				
Lapetanha	89	50	39	48	2	0	33	2	4					
Lobó	30	13	17	3	1	0	25		1					
Tikã	41	22	19	29	0	0	11		1					
Pawentiga	64	25	39	0	2	40	14	4	2			2		
Mauíra	18	8	10	12	0	2	3		1					
Kabaney Pinah	16	4	12	0	0	2	13	1						
Gabgir	214	103	111	0	92	0	119	3						
Nova Pipira	25	15	10	18	0	0	7							
Placa	29	14	15	0	0	0	15	1	12		1			
Linha 8 – Kadiór	22	16	6	0	8	0	13		1					
Linha 9 – Central	110	55	55	33	6	2	66		2				1	
Kabaney_Nambu	24	13	11	0	1	0	11	1	11					
Atamuia-Linha	13	4	9	7	0	0	6							
Nova Canaã	3	2	1	0	0	0	2	1						
Payaman	47	23	24	3	21	0	22	1						
Rio Quente – Panag	11	6	5	1	0	1	8	1						
Apoena Meirelles	74	40	34	20	8	0	44	1	1					
Henrique	2	2		1			1							
Riozinho	47	24	23	7	6	0	16	3	11					4
Cacoal	15	9	6	1	5	0	2							4
P. Velho	9	6	3	4		1	4							
Pac. Novo	4	4		4										
C. Larga	8	4	4		1		3		4					
Vilhena	3		3				3							
Inglaterra	3	2	1		1									2
Total	1231	630	601	238	273	51	557	37	59	1	1	3	1	10

Fonte: Metareilá, 2009.

[7] Clã Gameb
[8] Clã Gamir
[9] Clã Makor
[10] Clão Kaban
[11] Os Paiter Surui consideram os filhos de homens Paiter com mulheres não indígenas ou mesmo de outras etnias como Paiter Surui, devido à descendência ser patrilinear. No caso inverso, quando é a mulher Paiter Surui que casa com outra etnia ou não índio, os filhos são considerados mestiços, pertencendo a outra etnia ou sendo chamados filhos de branco.

3.4. Organização social

A organização social dos Paiter-Surui é baseada em clãs, que são *Gameb* (marimbondos pretos), *Gamir* (marimbondos amarelos), *Makor* (taboca, uma espécie de bambu amazônico) e *Kaban* (mirindiba, uma fruta regional).

Os clãs são a base do sistema de governança, organização política e do sistema de parentesco. Sua organização social é Patrilinear e preconiza a exogamia clânica, em que os casamentos são permitidos apenas com clã diferentes. Os Paiter-Surui são poligâmicos, especialmente os chefes e lideranças de aldeias, a exemplo do chefe Itabira Surui que possui cinco (05) mulheres.

Mantém o casamento avuncular, em que o homem casa com a filha de sua irmã, pois segundo sua concepção cosmogônica, estas não são parentes próximas, pois pertencem a outro clã, daí o casamento com primo cruzado, assim se mantém a exogamia clânica.

Na ordem cosmogônica, todos os indivíduos Paiter-Surui compartilham a mesma regra social, obrigação e deveres, suas comunidades são divididas em metades, em que uma representa a mata e outra a roça. Desta forma, organizam a agricultura, assim como obrigações e deveres, sendo que o parentesco é uma das formas mais importantes de organização social.

Assim, organizavam em épocas tradicionais uma agricultura sistematizada, de modo que todos se ajudavam. A metade da mata ficava durante o verão em uma abertura da floresta, afastada aproximadamente 1km da aldeia, onde a metade da roça não podia ir naquele período. As metades iam se alternando durante o ano, de modo que todos ajudavam no cultivo e na colheita da plantação.

A metade da roça era responsável pela produção dos alimentos, da fabricação da *makaloba*[12] e como anfitriões da metade da mata, de modo que todos cooperavam entre si. Todas estavam inseridas num ritual – o Mapimaí[13].

---

[12] Bebida tradicionalmente produzida de milho e/ou mandioca fermentada.
[13] Festa de criação do mundo segundo a visão dos Paiter.

Foto 03 e 04: preparação da Makaloba. Fonte: Acerco Kanindé, 2000.

Com o contato este ritual foi deixando de ser realizado, pois os Paiter-Surui passaram a viver em virtude da defesa do território e a FUNAI introduziu a prática das roças individuais. Em 2000, foi realizado um Mapimaí com o apoio da Associação Metareilá, Kanindé e MMA – Ministério do Meio Ambiente, já numa retomada de suas práticas ancestrais.

Fotos 04 e 05: Festa Mapimaí, Acervo Kanindé, 2000.

Fotos 05 e 06: Festa Mapimaí, Acervo Kanindé, 2000.

Esse fortalecimento, via retomada dos costumes tradicionais, é de extrema importância para a manutenção do território, pois permite aos mais jovens entender e estreitar os laços com a história e a luta pela terra, assim como compreender os laços com a natureza.

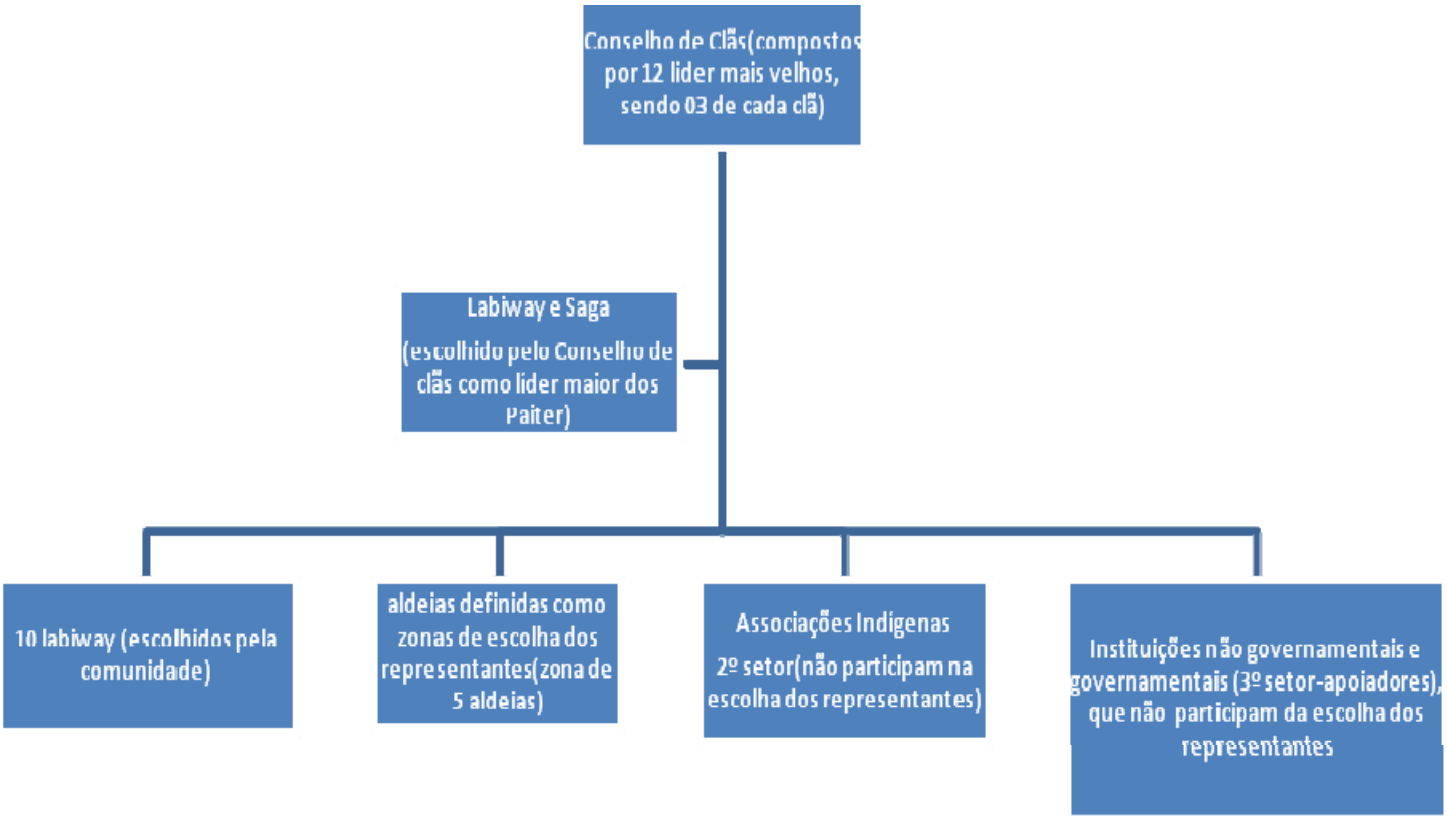
Ainda em relação à chefia política dos Paiter-Surui, estes têm muitos *Labiwayej* (chefes), sendo que cada um representa um clã. Após o contato, a FUNAI interfere no sistema organizacional e cria os “caciques de aldeias”, trazendo uma transformação e desagregando a organização social do povo.

Posteriormente, com o surgimento das associações, há um novo desagregamento, passando os indígenas a se organizarem por meio de eleições.

A diferença do sistema da FUNAI é que as associações indígenas Paiter-Surui mantêm a relação do sistema de clãs e cada organização representa um clã, de forma a manter a tradição.

Em 2010, são retomados com maior intensidade os sistemas tradicionais e voltam a proceder as escolhas obedecendo os critérios de ancestralidade. Sendo escolhidos em um encontro realizado de 10 a 12 de novembro de 2010, que chamaram de formação do Parlamento Paiter-Surui. Atualmente, essa organização é formada de acordo com a figura a seguir:

Figura 05: Organização social definida no Parlamento Surui



Fonte: Metareilá 2010.

São introduzidas, além das associações indígenas, entidades não governamentais e governamentais. Embora todas tenham sido colocadas no sistema, não possuem nenhum poder de decisão ou interferência na decisão do Conselho de Clãs, do *Labiwayej esaga* (líder maior) e dos 10 *Labiwayej* (que indicados pela comunidade e que só têm poder de decisão nas aldeias e não no contexto da política geral, que é feita pelo Conselho de clãs e o *Labiwayej esaga*).

O *"Labiwayej esaga"* é o lider maior., o qual tem o poder de decisão total e o dever de ouvir o Conselho de Clãs, esse por sua vez deve orientá-lo. Porém, não interfere em sua decisão, a menos que esta possa trazer prejuízos ao povo indígena.

3.5. O Contato

Os contatos ocorreram primeiro com os seringueiros e trabalhadores da linha telegráfica, coordenada pelo Machechal Rondon no ano 1914. Já o contato oficial

realizado pela FUNAI ocorreu no dia 07 de setembro de 1969, na aldeia *Nabeko daba lakibá*[14], há 41 anos atrás.

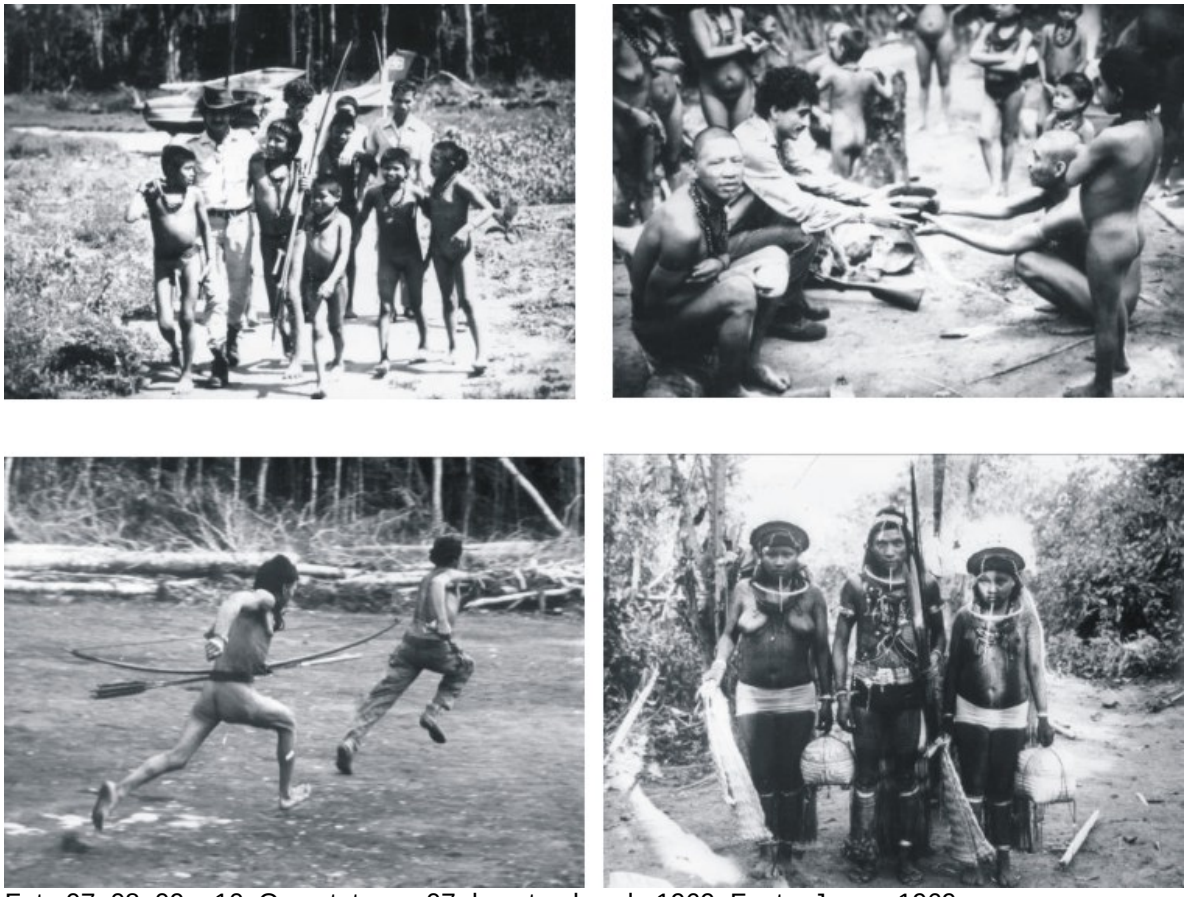


Foto 07, 08, 09 e 10: O contato em 07 de setembro de 1969. Fonte: Jesco, 1969.

Apesar do contato, em 1969, o território Paiter-Surui só foi reconhecido na década de 1980 depois de muita luta com os colonos que invadiram suas terras, formando pastos e cafezais.

O Governo Federal, com sua política de ocupar a Amazônia, atraia para a região milhares de imigrantes, que invadiam a terra indígena, causando vários conflitos com a morte de ambos os lados.

Com a construção da BR 364, que liga Cuiabá a Porto Velho, houve uma invasão grande do território indígena, colocando em perigo a sobrevivência destes povos.

Os diversos programas federais como o POLONOROESTE e o PLANAFLORO garantiam subsídios para os agricultores migrantes, que invadiam as

[14] Local do primeiro contato

TIs e passavam a produzir nestes territórios. A falta de definição da política fundiária do Governo e as invasões resultaram em inúmeras e brutais disputas pela terra.

Apesar de reconhecer os direitos dos Paiter-Surui, o Governo Federal não reconhecia seu direito à terra, de modo que a demarcação da Terra Indígena Paiterey Karah só ocorreu em 1976, e a posse permanente dos Paiter-Surui sobre seu território apenas em 29 de setembro de 1983, por meio da Portaria 1561 de 29 de setembro de 1983 assinada pelo presidente da FUNAI Octavio Ferreira Lima. Assim recebeu o nome oficial de "Área Indígena Sete de Setembro", com a assinatura do então presidente João Batista de Oliveira Figueiredo.

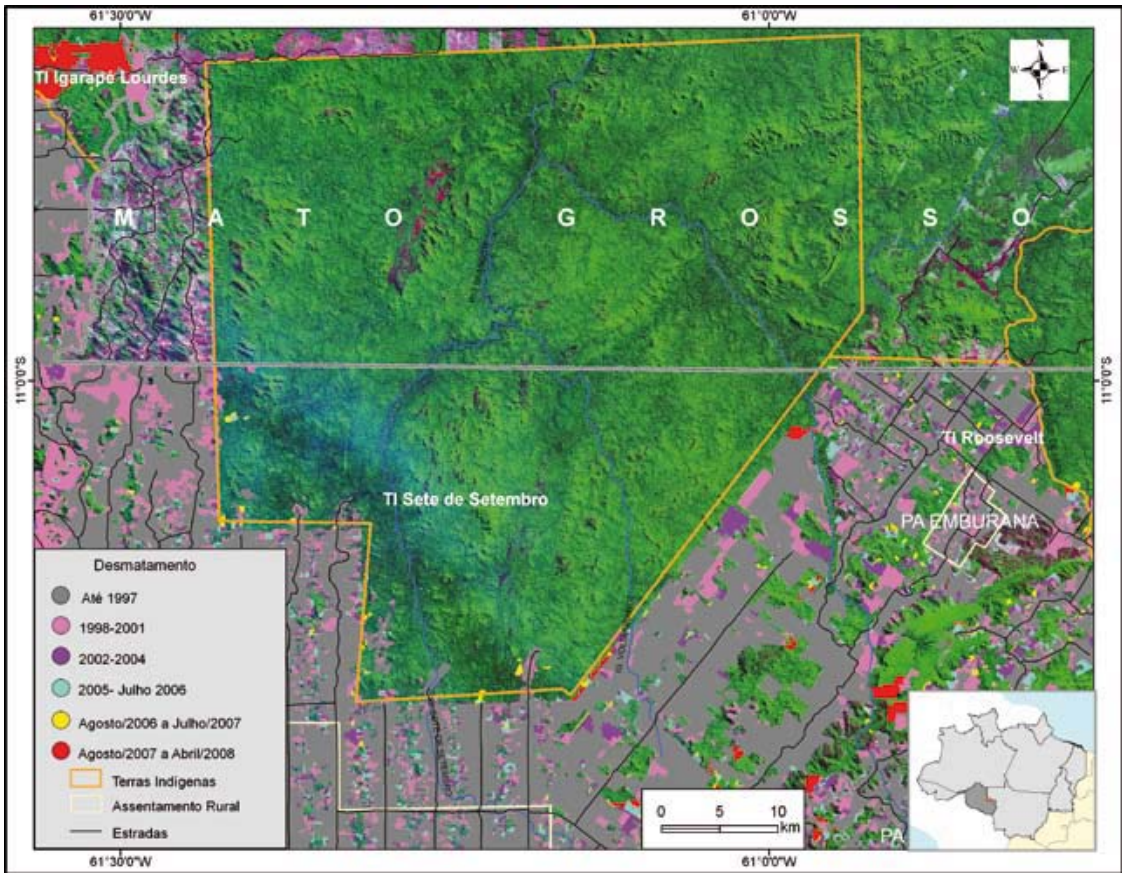
Como estratégias de defesa do reduzido território criado pelo Governo Federal, os Paiter-Surui. deslocaram todas as aldeias para os limites da TI, para impedir a entrada de novos invasores e a redução da terra.

Fotos 11 e 12: extração ilegal de madeira no interior da TI Paiterey Karah.
Fonte: Metareilá, 2007.

A pressão antrópica nos limites da Terra Indígena Sete de Setembro é, assim como citado anteriormente, visível. Há um número considerável de madeireiras situadas a poucos quilômetros dos limites. No interior da área são constantes as apropriações indébitas de madeira, culminando com os casos de aliciamento de indígenas para venda de madeira.

> A ação sistemática de roubo de madeira no interior da TI por grandes grupos madeireiros, que resultou no desmatamento de cerca de 7 mil hectares nos últimos anos, ainda é um dos principais problemas enfrentados pelo povo Paiter-Surui ao longo dos últimos anos. De acordo com os indígenas, durante o natal de 2007, saíam caminhões abarrotados de madeira de todos os pontos da terra indígena. (GTA, 2009 p.50)

Mapa 05: Desmatamento e pressão antrópica no entorno e na TI Paiterey Karah.



Fonte: GTA, 2009.

Esses crimes ambientais ocorridos na terra indígena foram por diversas vezes denunciados ao Ministério Público e em outros órgãos competentes, fato que incide sobre às lideranças que tomam tais providências devido as constantes ameaças de morte.

Segundo Faria 2007, as políticas implementadas pelo Governo seja Federal, Estadual e Municipal nas áreas da saúde, educação, produção e meio ambiente não têm levado em consideração o pensamento das organizações e povos indígenas no Brasil, pois o planejamento participativo não ocorre de fato. Sempre continuam a decidir e definir o que é melhor para os povos indígenas sem consultá-los e desconsiderar a identidade territorial e cultural do território.

O processo de autonomia dessas comunidades pode ser também denominado etnodesenvolvimento, e requer que as comunidades sejam efetivamente gestoras de seu próprio desenvolvimento [...] conformando unidades

político-administrativas que lhe permitam exercer autoridade sobre seus territórios e os recursos naturais neles existentes.(BATALLA, 1982).

Nesse aspecto, a definição de etnodesenvolvimento possui os seguintes princípios básicos:

> Objetivar a satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas em vez de priorizar o crescimento econômico; embutir-se de visão endógena, ou seja, dar resposta prioritária à resolução dos problemas e necessidades locais; valorizar e utilizar conhecimento e tradições locais na busca da solução dos problemas; preocupar-se em manter relação equilibrada com o meio ambiente; visar a auto-sustentação e a independência de recursos técnicos e de pessoal e proceder a uma ação integral de base, [com] atividades mais participativas (STAVENHAGEN, op.cit, p.18-19)

Os Paiter-Surui vêm ao longo destes anos travando essa luta pela defesa de seus direitos, procurando manter seus costumes, sua língua, sua crença e organização social. Sua história é recheada de lutas para a melhoria da qualidade de vida e pelo desenvolvimento de diversas ferramentas de gestão do território.
Nestas ferramentas de garantia de direitos estão inseridos o Diagnóstico Agroambiental, o Plano de Gestão de 50 anos, o Etnozoneamento e posteriormente, como resultado desse processo o Plano de Ecoturismo da Terra Indígena.

Os subsídios para o enfrentamento dos problemas da TI Paiterey Karah e do seu povo, têm nossa atenção partir da formulação conjunta do denominado “Diagnóstico Agroambiental Participativo da Terra Indígena Sete de Setembro.

IV. O PLANO DE GESTÃO COMO FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO DO TERRITÓRIO INDÍGENA

Para Almeida Silva (2010), o entendimento sobre território e territorialidade indígena é determinado por uma lógica complexa que resulta na formação de espaço de conexões, permitindo aos indígenas viabilizarem a defesa de seus territórios ancestrais e da cosmogonia como “marcadores territoriais”, caracterizada de multiterritorialidade, cuja construção se realiza pelas formas e representações simbólicas no interior de cada coletivo, e perpassam a territorialidade demarcada, definida e controlada pelo Estado.

A Territorialidade é visualizada por Andrade (1994) como sendo um processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, onde o conjunto de práticas e suas expressões materiais, capazes de garantir a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, tendo muitas características com o espaço vivido, marcado por trocas de experiências entre o território e o indivíduo por serem ambos dinâmicos, interagindo simultaneamente.

> Entendendo território em sentido amplo, percebemos que essa ‘necessidade territorial’ ou de controle e apropriação do espaço pode estender-se desde um nível mais físico ou biológico (enquanto seres com necessidades básicas como água, ar, alimento, abrigo para repousar) até um nível mais imaterial ou simbólico (enquanto seres dotados do poder de representação e da imaginação e que a todo instante re-significam e se apropriam simbolicamente do seu meio), incluindo todas as distinções de classes socioeconômica, gênero, grupo etário, etnia, religião etc (HAESBAERT, 2010 p.338).

O que nos leva à compreensão de que em um território encontraremos multiterritorialidades, assim como e a luta para se apropriar deste, já que o deslocamento dentro da Terra Indígena dar-se-a ou por motivo de proteção ou por causa da necessidade de uso dos recursos naturais, seja para a produção agrícola ou extrativismo.

> Refletindo todas as dimensões vividas pela coletividade, pois os homens “vivem” ao mesmo tempo o processo territorial, ou seja, a apropriação do espaço através de suas ações, internalizando sua subjetividade na construção dessa territorialidade, assim como o produto territorial por sistema de relações existencial ou produtivista.

> Estas relações são de poder porque há interação entre os atores, que procuram modificar tanto as relações com a natureza quanto as relações sociais. A territorialidade está diretamente relacionada com as raízes que o indivíduo cria com o *lugar vivido* ao longo de sua vida e/ou permanência nesse lugar, o que o faz valorizar sua cultura. A valorização da vida simples e das ações do cotidiano provocam um sentimento de territorialidade que é transformado em sentimento de confraternização entre as pessoas e o *lugar* (FARIA, 2007 p.51).

Isto pode ser observado quando os Paiter-Surui (ver Mapa) dividem sua terra em várias zonas, onde cada uma tem uma função específica, composta por identidade espacial, exclusividade e compartimentação da interação indígena no espaço.

Neste sentido, os indígenas nos dão uma lição, pois desenvolvem uma série de pesquisa que alinham saberes indígenas e científicos, para os auxiliar na decisão de gestão e uso de sua terra.

Configurando os espaços que denominam de zona, sendo que nelas, como ocorrem as relações humana/natureza, o que se produz, os recursos a serem empregados, que podem oferecer condição de vida melhores é amplamente discutido e respeitado.

Para Sack (1986), a territorialidade é vista como o poder de um grupo social sobre um território, controlando coisa ou pessoas, envolvendo as articulações conjunturais e estruturais as que estão submetidos esses respectivos indivíduos ou grupos sociais.

O Programa Paiterey desenvolvido em 1999 pelos Paiter-Surui define os caminhos da gestão do território a ser utilizados nos próximos anos é composto por uma série de perspectivas de projetos e atividades a serem desenvolvidas na TI como um horizonte de 50 anos.

4.1. O Programa Paiterey

A busca por alternativas para a gestão do território, como já mencionado acima, sempre estive presente no processo de evolução dos Paiter-Surui. Em 1997, sugiram as discussões iniciais sobre a necessidade de se criar ferramentas que possibilitassem a valorização da cultura e o desenvolvimento econômico sustentável.

Em 1998, a Associação Metareilá do Povo Indígena Surui busca o apoio da Kanindé e da FUNAI para desenvolver um programa que pudesse ajudá-los a desenvolver o Programa de gestão da TI Paiterey Karah.

Ações, nesse sentido, ocorreram em 1999 com a realização por estas entidades do “Programa Paiterey”, realizadas com o apoio dos “Amigos da Terra da Suécia” que financiou as atividades da Kanindé com a participação da FUNAI, que para isso designou um funcionário.

O Programa Paiterey foi desenvolvido em várias reuniões com o povo Paiter-Surui, em que buscou levantar as demandas e anseios do povo indígena. Uma das demandas era a realização de um diagnóstico da terra indígena, para se poder ter elementos básicos para o planejamento, conforme nos afirma Almir Surui, em seu depoimento em setembro de 2010.

[...] A Ideia do diagnóstico surgiu de uma necessidade do próprio povo Paiter-Surui. Porque antes, o povo Paiter-Surui se envolveram com vários problemas. E um desse problemas são envolvimentos com venda ilegal de madeira e também temos contato com a sociedade que não é nossa, que traz grande impacto ambiental, cultural e econômico dentro de um território indígena. Então, analisando todos esse impactos, essa perda do próprio povo, nós – digo nós porque quero inserir outros líderes Paiter-Surui nesse processo, porque sozinho não conseguiríamos que o restante das comunidades aceitassem essa idéia de fazer o diagnóstico do seu território – então entendemos que era necessário entender como temos que buscar essas soluções [...]

*[...] A partir disso, vimos que precisamos manter nossas raízes, temos que reconhecer quem somos nós e continuar defendendo, nossa cultura, tradições, e religião. Assim, foi com o Diagnóstico da Terra Indígena Sete de Setembro, muitas vezes defendido por mim, ainda quando eu tinha uns 23 ou 24 anos, acreditei que isso poderia ser uma ferramenta importante para que o povo Paiter-Surui tivesse protagonismo na gestão do seu território. Porque aí o Diagnóstico poderia trazer conhecimento de fora e também valorizar o conhecimento que o povo Paiter-Surui tem sobre sua floresta [...] (*ALMIR SURUI, depoimento setembro de 2010)

4.2. O Diagnóstico Agroambiental da Terra Indígena Paiterey Karah

Levantada a necessidade de realização de um diagnóstico da terra indígena, os Paiter-Surui saíram em busca de recursos financeiros para implementar a atividade, e com o apoio da deputada Marinha Raupp foram ao Ministério do Meio Ambiente – MMA.

Nesse ministério, havia um programa voltado para o atendimento de povos indígenas na extinta Secretaria de Coordenação da Amazônia. Com isso, apresentaram uma proposta e fizeram a defesa da importância de se realizar o diagnóstico para garantir a proteção da TI.

O MMA apoiou o diagnóstico, porém solicitou aos Paiter-Surui que identificassem uma organização para desenvolvê-lo. Então, informam ao Ministério que a ação seria desenvolvida pela ONG Kanindé, e em uma comitiva composta por Almir Narayamoga Surui e vários lideres Paiter-Surui e a representante do MMA, a antropóloga Isa Pacheco, marcam uma reunião com a diretoria da Kanindé. Assim, informaram aos diretores da entidade que esta havia sido escolhida para desenvolver os estudos, e que este trabalho deveria obrigatoriamente juntar o etnoconhecimento e o conhecimento científico, já que almejavam que seus estudos reconhecido tanto pelos indígenas quanto pela academia.

A Kanindé aceitou a proposta e foi contratada pela Associação Metareilá do Povo Indígena Surui, que recebeu os recursos do MMA, para desenvolver a atividade. Assim, em 2000, iniciaram os trabalhos de pesquisa na TI Paiterey Karah.

4.3. Os resultados do Diagnóstico

Os estudos possibilitados pelo diagnóstico trouxeram uma série de informações importantes para a gestão do território que subsidiaram a formulação de vários programas no Plano de Gestão.

No referente à cultura, o diagnóstico levantou a desvalorização cultural devido à forma como a FUNAI e a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA atuam. Ficou constatado ainda a interferência das missões religiosas, principalmente, principalmente no que concerne às crenças e às mitologias do povo Paiter-Surui, alterando a organização social e destacadamente a forma de tratamento de saúde tradicional, desqualificando o papel exercido pelos pajés, numa tentativa de apagamento memorial e cultural dos valores ancestrais.

Outro fator importante levantado foi a necessidade de se retomar antigos rituais que deixaram de ser realizados, bem como o desconhecimento dos mais jovens sobre a produção da arte Paiter-Surui.

Na questão de saúde traz, à tona a crítica situação dos Paiter-Surui, relacionadas à forma como a FUNASA desvaloriza o tratamento tradicional. Somamos a isso a falta de profissionais de saúde nas aldeias, o aumento de doenças e a precariedade de saneamento básico, o tratamento de lixo, geralmente inexistentes.

Quanto ao desenvolvimento econômico, evidenciou-se a falta de assistência técnica e de apoio ao escoamento da produção do café, banana e do artesanato como os principais fatores que prejudicavam a geração de renda. Foram considerados também, como fator que atravanca a melhoria econômica, as reduzidas alternativas/atividades que contribuíssem para a geração de renda e a proteção do território.

Ao tratar dos problemas ambientais na TI, o diagnostico revelou a situação dramática em que estão envolvidos os indígenas, os aliciamentos de lideranças por madeireiros e funcionários da FUNAI e os prejuízos advindos da falta de gestão ambiental do território indígena.

> Com uma política indigenista nacional contrária aos direitos e interesses dos índios, em 1986 o Presidente da FUNAI defende abertamente a exploração de madeira em terra indígena e assina contratos ilegais com madeireiras. Nessa mesma época a Terra dos Zoró e Cinta Larga são invadidas por madeireiras e fazendas, sem que a FUNAI tomasse nenhuma providência. Alegando não dispor de orçamento para atender a saúde e a comercialização dos produtos dos **Paiter-Surui**, em 1987 os funcionários da FUNAI persuadem algumas lideranças indígenas a venderem madeira. Esta venda era feita sem controle e calcula-se que aproximadamente dois milhões de dólares em madeira tenha sido retirado da área indígena (CEDI, 1992).

Neste período, o Programa POLONOROESTE investia recursos nas TIs Paiterey Karah e Parque Indígena do Aripuanã com a contratação de profissionais de saúde, mas o envolvimento da FUNAI e das lideranças indígenas com os madeireiros deixava o povo Paiter-Surui desassistido e vulnerável à introdução de costumes exógenos. Com isso propiciou a degradação ambiental de seu território e fraturas culturais profundas entre os Paiter-Surui.

O diagnóstico detectou que 7% do território indígena estavam desmatados e transformados em pastagem, que eram arrendados por colonos no sistema de meia.

Esse sistema traz mais perda de renda do que ganho, pois os indígenas não recebem nenhum recurso da venda dos produtos nos dois primeiros anos e a partir do terceiro ano recebem apenas metade da produção.

Desse modo, a TI sofre ainda extrema pressão em seu entorno completamente desmatado, com exceção do lado que faz divisa com a TI Zoró, que mantém a cobertura florestal (Mapa 06).

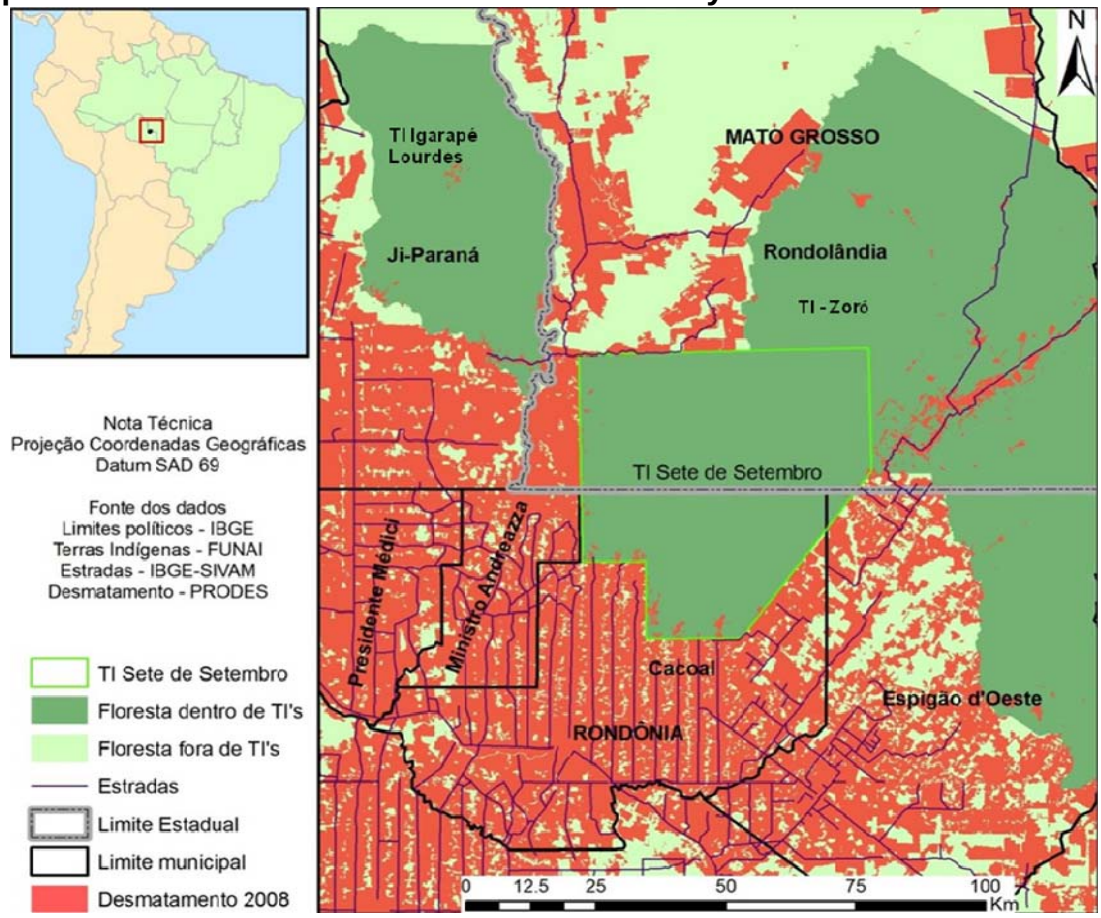
Os levantamentos socioeconômicos demonstraram ainda, que as perdas eram muito maiores do que apenas o ganho reduzido, com esse sistema, os meeiros introduziram venenos e uma série de outros produtos nas lavouras, fato que até então não era percebido.

Quando temos essa compreensão de perdas pelos indígenas e o rompimento desses acordos (verbais), o que restava para os indígenas era a degradação ambiental e os riscos a saúde, deixada por anos de exploração.

Isto traz a percepção dos Paiter-Surui que sua forma de relação com a natureza não se coadunava com a maneira como os colonos e os madeireiros tratam o meio ambiente indígena.

As relações entre a sociedade Paiter-Surui e a biodiversidade se dá em maneira oposta ao da sociedade envolvente, contrapondo-se a produção em larga escala, pois o que se tem por parte dos indígenas é apenas a produção de subsistência.

Mapa 06. Desmatamento no entorno da TI Paiterey Karah



Fonte: Idesam,2010.

Outro aspecto importante do diagnóstico, foram os levantamentos biológicos que demonstram o estado de conservação da biodiversidade, com as pesquisas apontando as seguintes informações:

A cobertura vegetal composta por três (03) fitofisionomias diferentes:

1) Floresta ombrófila densa de terras baixas com dossel emergente associadas à floresta ombrófila aberta com palmeiras;

2) Floresta ombrófila densa aluvial de dossel emergente; e

3) Floresta ombrófila aberta de terras baixas, associada com influência fluvial e/ou lacustre-arbustiva com palmeiras (RADAMBRASIL, 1978).

No levantamento arbóreo foi amostrado um total de 431 espécimes, distribuídas em 40 famílias, destas, 11 famílias destacaram-se com maior ocorrência. Os resultados constataram que a família *Burseraceae* foi a mais representativa com um total de 51, espécimes representando 19% das famílias inventariadas, seguida da família *Moraceae* com 14% com 35 espécimes.

Já os dados etnobotânicos apresentaram como resultado 129 espécimes de plantas, informadas pelos indígenas como medicinais.

Na fauna, foram inventariados 265 espécimes de peixes, 150 de aves, 26 de anfíbios, 41 de répteis e 17 de mamíferos. Estes dados demonstraram a relação dos Paiter-Surui com a natureza e seu compromisso com a preservação da biodiversidade.

O diagnóstico deixa claro os diferentes aspectos da relação do não índios com a natureza, assim como os impactos que a presença destes representa na destruição dos recursos naturais e degradação da cultura Indígena. Contrastando negativamente das forma manejadas de utilização da TI pelos Paiter-Suruí.

Foto 13: Indígena Marimop Surui, relação com a natureza. Autor: Pzizer,2009.

Estes resultados do Diagnóstico Agroambiental da TI Paitery Karah são o subsidio necessário para a elaboração do “Plano de Gestão Participativo”.

4.4 O Plano de Gestão da TI Paiterey Karah

As perspectivas de conservação e utilização sustentável da Terra Indígena Paiterey Karah, são baseadas no Plano de Gestão Etnoambiental elaborado pela Associação Metareilá e a Kanindé, as quais são expressas no depoimento dado em setembro de 2010 por Almir Surui.

[...] É muito importante que as associações participem. Como somos as pessoas responsáveis por coordenar o plano de 50 anos dos Surui e plano de gestão do território. Nós fizemos uma cooperação com 6 associação, porque era muito difícil unir essas associações. Agora nós trazemos essas 6 associações surui em volta de um plano comum do povo Paiter-Surui. Daquele momento nós demos responsabilidades para cada associação definindo quem implementaria e acompanharia cada um dos programas [...].

[...] Então, não vem só críticas para o plano e seu desenvolvimento. Então, cada um tem que dar as suas contribuições. Então, qual é a sua contribuição? Nós fazemos uma avaliação e cobramos dessas pessoas o andamento de suas responsabilidades. Todos têm que explicar onde avançou e os motivos de uma determinada ação não ter dado certo. Assim, nós conseguimos trazer essas pessoas em volta de um plano comum, para que nós pudéssemos estar juntos, mantendo como um povo. Isso foi um dos grandes obstáculos que nós vencemos dentro dos próprios Paiter-Surui [...].

[...] Hoje, eu não vejo problemas, eu acho que quando a gente fala de gestão de uma terra indígena, a gente tá falando de um grande desafio, porque o Brasil é um dos países que tem melhores leis ambientais e leis indígenas, ao menos na America Latina é. Se as políticas públicas, se os executantes dessas políticas públicas tivessem fazendo a parte deles não estaria cheio de problemas dentro das terras indígenas. Teria sim, uma parceria que é importante nessa construção [...].

[...] Agora a gente vê, os Paiter-Surui, num processo que tráz uma grande dificuldade pra eles, porque dentro do envolvimento deles na madeira, muitos Paiter-Surui deixaram de fazer roça, deixaram de produzir a própria alimentação deles, esperando o madeireiro dá dinheiro e eles comprarem na cidade, então, com a parada da madeira essas pessoas estão com dificuldade, agora para buscar solução pra isso, estamos buscando o fortalecimento das organização, para que elas próprias tenham a capacidade de construir esses projetos e políticas que podem sustentar isso no futuro[...].

[...] Para nós, o grande problema, a grande ameaça ainda hoje sobre nossa floresta é de madeireiros, meieiro, caçadores e também tem incentivo de alguns políticos. Temos grande dificuldades na área de educação, na saúde. Como eu falei,

tem problemas sérios nessas questões, mas nós temos que saber qual nós iremos priorizar para fazer isso acontecer. Se estamos falando da gestão de uma terra indígena, com certeza estaríamos colocando em cima da mesa um problema de várias questões, que são diferentes uns dos outros e que tem o mesmo valor. E ai como você vai priorizar?[...]

O processo de decisão está conectado à valorização cultural e aos esforços dos Paiter-Surui em preservar seus recursos naturais. Os resultados do diagnóstico foram decisivos na tomada de decisão para elaborar os programas do Plano de Gestão, pensado pelos Paiter-Surui para 50 anos.

Foto 14 e 15: Oficinas para elaboração do Plano de Gestão da TI Paiterey Karah. Fonte: Acervo Kanindé.

A TI é vista como um bem que deve ser preservado e seus produtos conservados e alguns podendo ser comercializados para o desenvolvimento econômico sustentável.

A apropriação dos recursos naturais se estabelece em regimes tradicionais de uso que compreendem os ciclos de relação entre os seres humanos e a natureza. Os mitos, os resguardos, a cosmonogia, as práticas, as formas sociais de organização, os conhecimentos tradicionais definem a relação com a natureza e seus usos, e contribuem para manter a floresta conservada.

Fundamentado no conceito de etnogestão, no qual a etnicidade é entendida a partir do prefixo etno para nomear a técnica de pesquisa empregada nos estudos, o que distingue os Paiter-Surui dos demais grupos sociais da sociedade envolvente, por sua especificidade sociocultural e sua identidade étnica surgida por fatores de auto-identificação. A base material de sua identidade é o território, onde estes mantém as relações históricas e vínculos cosmogânicos, as reivindicações e os

valores idealizados e realizados no Planos Paiter-Surui, oferecem o sustentáculo físico, econômico e cultural como permanência deste povo.

Realizado de forma participativa, o Plano de Gestão aponta as decisões da comunidade, formula princípios, diretrizes e programas a serem implementados na TI.

As palavras de Almir Surui (2010) expressam a preocupação de futuro de seu povo, de modo que projetam cenários de construção de vida vida frente aos novos desafios que sugem. Isso representa o anseio de permanência cultural, mas introjeta a necessidade de não ficar fora de decisões, inclusive, as tomadas em nível internacional e que afetam a toda a população do planeta.

[...] Como o plano tem logo prazo, a gente tá fazendo bem devagar, e também porque um plano igual a esse é uma coisa nova para os povos indígenas, enquanto você constrói um plano que tem visão de médio e longo prazo, é uma coisa que você tem que pensar muito, conversar muito para construir isso e também hoje quando a gente vê vários problemas numa terra indígena, o que é mais difícil é você dá prioridade. Quando você vê os problemas culturais, ambientais, saúde, educação, transporte, econômicos e outros, a questão é onde vamos começar? [...]

Quando você colocar os problemas na mesa, você vai ter que criar as prioridades. Não dá pra fazer o conjunto dessas coisas de uma só vez, até porque você não consegue um recurso, não tem uma política que sustenta esse tipo de gestão dentro de uma terra, e agora que o movimento indígena tá construindo política nacional de gestão do território, com a FUNAI e outros parceiros, mas quando nós começamos não tinha nenhuma discussão em relação a isso, agora nós estamos devagar dando prioridades [...].

[...] Então, o quê é necessário para garantir uma identidade do povo Paiter-Surui? Temos que começar onde? É proteger o meio ambiente. Lá está o material e outras relações. Maior parte, quase 99% da nossa vida cultural, religião, nossa vida está na floresta. Então, se a floresta acabar nós não vamos ter onde recomeçar, reconstituir nossa cultura no futuro [...].

[...] Resolvemos andar nossa prioridade dentro da gestão territorial a partir da proteção da floresta. Temos, então, que buscar alternativas para acabar o envolvimento ilegais dos Paiter-Surui dentro da venda de madeira dentro da Terra

Indígena. Aí é uma coisa muito desafiante. Já que a cultura do Paiter-Surui é metade/metade, vamos dizer assim, essa metade a gente tem que garantir, onde a gente tem que dar solução para eles continuarem tendo seu dinheiro para manter aqueles 50% que ele adquiriu da outra cultura, que é consumismo. Então, viemos tentando criar a política que gera economia, gera emprego e renda dentro do território. Para que você tenha capacidade de gerar esses empregos e essa renda com potencial, você tem que adquirir conhecimento [...].

[...] Por isso, que outras prioridades dos Paiter-Surui, é levar os Paiter-Surui para faculdade e à escola. Porque aí, nós não vamos estar só falando pelo conhecimento da floresta, de tradição, nós vamos estar falando da somatória desse conhecimento. Até para administrar, possibilitar que os próprios indígenas Paiter-Surui administrem isso no futuro, administrem a gestão que vamos construir [...].

4.5. Princípios, diretrizes e Programas do Plano de Gestão

São tomadas de decisões, amplamente discutidas entre os Paiter-Surui que implicam em antever cenários futuros, mas sem prescindir de seus calores construídos ancestralmente e conmogânicomente, como sustentação do modo de vida.

4.5.1Princípios

Os princípios são norteadores do Plano de Gestão e estão relacionados a sustentabilidade socioambiental, à valorização e o resgate cultural, à perspectiva de gênero, ao respeito as classes etárias e às diversas formas de organização cultural, a valorização da unidade familiar, à segurança alimentar, o acesso a informação ambiental e ao desenvolvimento de trabalhos e metodologias educativas.

4.5.2. Diretrizes

As diretrizes propostas pelos indígenas no Plano servem para a orientação e adoção de macropolíticas estratégicas ao fortalecimentos dos Paiter-Surui em seu processo de pertencimento cultural e entrelaçam as ações de médio e logo prazo:

- ✓ Política indigenista agro-ambiental sustentável;
- ✓ Desenvolvimento de diagnósticos agroambientais participativos;
- ✓ Desenvolvimento de cartas temáticas ambientais;

- ✓ Formação de interlocutores ambientais com metodologias educacionais;
- ✓ Manejo agroambiental sustentável;
- ✓ Programas de etnodesenvolvimento sustentável; e
- ✓ Formação de banco de multimídia ambientais.

4.5.3. Programas

Orientam na tomada de decisões que dizem respeito ao empoderamento dos Paiter-Surui, evidenciando a visibilidade nos níveis regional, nacional e internacional:

- ✓ Diagnóstico e planejamento estratégico participativo;
- ✓ Transferência de conhecimento e informações;
- ✓ Autonomia no gerenciamento e monitoramento de projetos;
- ✓ Segurança alimentar;
- ✓ Saúde integral;
- ✓ Educação;
- ✓ Cultura;
- ✓ Sustentabilidade econômica;
- ✓ Sustentabilidade ambiental;
- ✓ Habitações;
- ✓ Meios e vias de transporte; e
- ✓ Matriz energética.

4.6. Etnozoneamento da Terra Indígena Paiterey Karah

A realização do etnozoneamento da TI foi uma decisão que busca garantir a preservação da cultura e a conservação dos seus recursos naturais do território indígena.

O Etnozoneamento foi construído a partir dos dados do Diagnóstico Agroambiental da TI Paiterey Karah e dos Estudos Biológicos realizados pela Metareilá e ACT-Brasil, com o apoio da Kanindé.

Os Paiter-Surui dividiram sua terra em oito zonas: I) Zona Cultural; II)Zona Sagrada; III) Zona de Caça; IV) Zona de Pesca; V) Zona de Proteção Integral; VI) Zona de Produção; VII) Zona de Resgate; VIII) Zona de Recuperação.

Essas zonas receberam o nome em Tupi Monde (Mapa 07) de acordo com o objetivo da cada uma, cuja descrição é sucintamente descrita:

I) A Zona cultural envolve toda a terra indígena, portanto não aparece no mapa como uma área específica, no mapa são apresentadas apenas às zonas que tinham um limite definido dentro da TI;

II) A Zona Sagrada traz a memória ancestral dos lugares onde os Paiter-Surui referenciam os espíritos da floresta, os cemitérios, locais de guerra com os Zoró e aquelas que foram importantes para a coleta de castanha;

III) A Zona de Caça envolve locais próximos às aldeias ou lugares visitados durante expedições voltadas à vigilância da TI. Durante a definição destas zonas que se espalham pela TI, foram criados critérios de uso que garantissem a preservação dos animais;

IV) A Zona de Pesca teve o mesmo procedimento que a Zona de Caça, com o cuidado especial na região central no beira do Rio Branco, e definido que nela haveria pesca durante três anos para garantir a reprodução dos peixes naquela área impactada pelos pescadores ilegais;

V) A preocupação dos Paiter-Surui com a preservação ambiental fica explícita na definição do tamanho da Zona de Proteção Integral, sendo esta a mais extensa e com o objetivo de preservação da biodiversidade e da floresta;

VI) A Zona de Produção foi definida no entorno das aldeias, num limite de quatro metros a partir das roças já existentes. A produção só pode ocorrer de forma sustentável, não se permitindo o uso de agrotóxicos, arrendamentos e uso de meeiros. Enfim, só pode ser exercida pelos Paiter-Surui;

VII) A Zona de Resgate envolve a área que ficou fora da demarcação e está dividida em duas situações distintas: 1) a área onde estão as fazendas 2) a que foi chamada de interação Surui/Zoró. Na área de fazenda será solicitado ao Governo Brasileiro a indenização, na de interação se buscara um acordo com os Zoró para o uso compartilhado da região; e

VII) A Zona de recuperação é a que encontra-se antropizada e destinada ao reflorestamento com espécies nativas da região.

O turismo não foi considerado uma zona, pois segundo os Paiter-Surui esta necessitava ser definida em oficinas voltadas apenas para este tema, que estariam sendo realizadas em até o final de 2011.

Essa expectativa quanto à inserção das práticas turísticas para a TI Paiterey Karah é revelada por Almir Surui (2010), como um dos potenciais agregadores de renda possível à autonomia econômica do seu povo.

[...] O que temos analisado como potencial de uma terra indígena? Primeiro eu quero dizer que a vida de um povo indígena, a base está na floresta. Se ela é a base da nosso vida, da vida dos povos indígenas ela também é a base da população como um todo. E também o potencial dela pode ser no seu serviço que ela pode prestar as pessoas. Eu acho que a maioria dos medicamentos, está na floresta, ainda existem muitas coisas a serem descobertas. Também temos um grande potencial na cultura que não é estudado que não é visto como potencial de uma terra indígena. E então, estamos tentando mostrar isso como o plano de turismo [...].

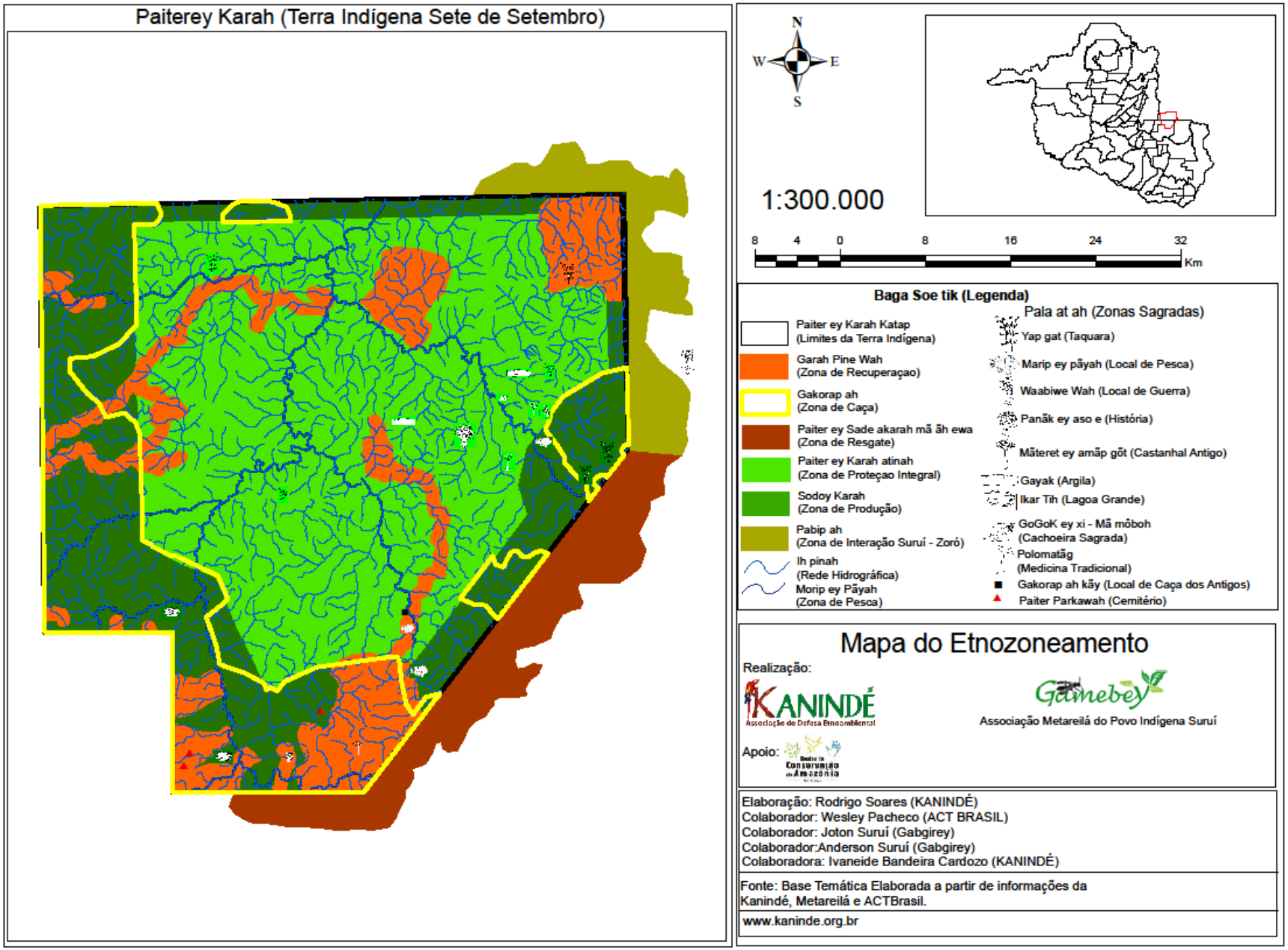
[...] A cultura também pode fortalecer a economia local. Se fortalece a economia local, sustenta o sistema econômico nacional, ela pode ser um potencial. Se a gente conseguir criar – numa visão de futuro – através desse diagnóstico e desse plano que foi feito após diagnóstico (como organizar a produção do território, como reconhecer que o mundo reconhece os serviços ambientais que o território presta para humanidade, para o Brasil) e também hoje para o governo Terras Indígenas têm grande potencial, porque o Governo brasileiro tem uma meta: acabar com o desmatamento. E onde segura é nas terras indígenas.

[...] Então, tem vários potenciais, que uma terra indígena tem para o governo para a população e para o mundo. Dentro do território Paiter-Surui, dentro do plano, numa perspectiva de longo prazo, estaremos construindo vários planos. Não só planos para executar, mas planos de negócio, que vai estudar o potencial econômico da terra indígena. Até lá nós poderíamos estar falando melhor dessa relação, hoje na nossa mente, cultura, a gente sabe que ela é um potencial. Não só ambiental, não só cultural, mas também de produção e também de conhecimento [...].

[...] Nós podemos ajudar bastante os cientistas e os pesquisadores para que no futuro eles entendam melhor como a floresta pode ser melhor utilizada. Por isso, estamos firmando algumas parcerias com instituições de pesquisa, por exemplo: Museu Goeldi, acabamos de firmar uma parceria em várias áreas, inclusive uso tecnológico. Então, precisamos juntar, mostrar esse potencial. Então, depende muito

de como um povo indígena quer seu futuro. Quem quer construir isso para que a terra onde eles vivem seja um potencial bem utilizado, são eles mesmos. Outros parceiros podem até ajudar, mas o povo tem que querer.[...]

A definição para o ecoturismo indígena assim como a área para o seu desenvolvimento, no que tange o território, é representativo, conforme questão exposta por Sack (1986). E os Paiter-Surui demonstram isso com a decisão de estudar a zona mais apropriada para o desenvolvimento da atividade, de modo que possam ter o controle sobre o empreendimento.



Mapa 07: Etnozoneamento da TI Paiterey Karah. Fonte: Kanindé, 2010.

V. CONSTRUÇÃO E CONSIDERAÇÕES SOBRE O ECOTURISMO NA TI PAITEREY KARAH (TI SETE DE SETEMBRO)

Ainda que sem as devidas autorizações ou sem metodologias previamente estabelecidas e/ou norteadoras, o desenvolvimento do turismo e seus seguimentos preenchem cada vez mais as lacunas deixadas pelas novas necessidades de geração de renda e aquisição latentes quanto a mecanismos de sobrevivência e ganhos na qualidade de vida.

Nesse cenário, comunidades cercadas por grandes dimensões de florestas preservadas entendem ou tentam entender e direcionar economicamente novos usos para a vastidão territorial diante de uma sociedade que cada vez mais cerca e pressiona suas áreas ancestralmente ocupadas.

> Há ainda pouquíssima informação sobre como desenvolver atividades de turismo em terras indígenas. Entretanto, nos últimos anos, várias comunidades indígenas que se interessaram pelo turismo vêm buscando alternativas para viabilizar e identificar fatores que contribuam para o desenvolvimento da atividade em seus territórios (KANINDÉ, 2010 p.57).

Caminham assim, em linhas extremamente tênues frente a essa nova e necessária discussão metodológica, a vontade dessas comunidades em desenvolverem o turismo em seus territórios e a ausência de entendimento sobre essa atividade. Geralmente, sobra vontade e falta conhecimento para fazer acontecer participativamente.

> O desenvolvimento de turismo em terras indígenas é relativamente recente, entretanto tem chegado de forma rápida e com pouco e/ou sem planejamento aos territórios indígenas do Brasil, principalmente no Amazonas. Desenvolvimento este, influenciado e estimulado pelo alto estado de conservação ambiental dessas regiões (*modismo verde*) e principalmente pela facilidade de aliciamento e inexistência de conhecimento dos povos indígenas (LEANDRO, 2008 p. 169).

As demandas dessas comunidades para suprir ou ao menos nortear suas novas necessidades/potencialidades, nos cenários indígenas atuais, remetem a algumas das questões mais latentes e inegáveis. Como

desenvolver qualitativamente o turismo em terras indígenas? Como suprir essas necessidades sem deixar os indígenas alheios a essa transformação? Como tornar efetiva a participação dessas comunidades diante desse processo participativo de fato?

Nos últimos anos, segundo Silva (2007), foram promovidos seminários, oficinas, palestras, workshops e reuniões com o patrocínio e apoio de instituições governamentais, empresas privadas, organizações não governamentais e indígenas sem que se tenha chegado a um consenso ou parecer conclusivo sobre o tema.

As repostas ou os ensaios para a resolução dessas inquietações ainda carecem de muitos estudos e contribuições de pesquisadores e principalmente das comunidades indígenas – parte mais interessada e impactada - para uma aproximação mais vantajosa possível diante das necessidades comunitárias, reformulando assim, alternativas futuras de turismo de base comunitária que se diferenciem dos casos de insucesso já implementados.

Com o intuito de contribuir para a resolução destas questões consideramos como fator primordial e indispensável para o planejamento e desenvolvimento do turismo de base comunitária, o entendimento das expectativas e as potencialidades desta TI e comunidades na ótica indígena. (LEANDRO, 2008)

5.1. Plano de ecoturismo indígena: um processo em construção

O Plano de Ecoturismo Indígena da TI Sete de Setembro está sendo conduzido com o objetivo de produzir elementos e dados capazes de subsidiar e dimensionar os impactos do projeto em dois níveis: familiar e comunitário. O primeiro nível refere-se ao impacto do projeto nas famílias Paiter-Surui, identificando o status atual de uso da terra, renda, educação e subsistência e podendo comparar com os resultados do projeto, por meio de um sistema de monitoramento adequado. Isso refletirá o impacto do projeto nas famílias Paiter-Surui, articulando as possibilidades de conservação ambiental com geração de renda e melhoria na qualidade de vida dessa população.

Esse ponto interliga a discussão com o segundo nível da pesquisa, na qual a ação definida no Plano de Ação de 50 anos propõe o desenvolvimento

de projetos que conservem os recursos naturais, a exemplo do Reflorestamento e do Projeto Carbono Surui, os quais voltados a promover a melhoria nas condições de vida nas aldeias Paiter-Surui em termos de infraestrutura, atenção à saúde indígena, geração de renda, educação escolar indígena, entre outros.

O turismo para a TI Paiterey Karah vem sendo pensado e discutido desde 2005 pelas lideranças indígenas, associações indígenas e parceiros. Essa propensão pode ser notada com a entrada de um indígena no curso de turismo.

Essas tessituras ganham mais fôlego com a aprovação de um projeto para os levantamentos e elaboração de um plano de ecoturismo. Realizado por Kanindé, Conservação Estratégica e Metareilá, com o apoio da USAID e da Fundação MOORE.

O projeto tem tempo estimado de dois anos e meio e é desenvolvido simultaneamente em fases iguais nas TIs Nove de Janeiro - AM (Parintintin) e Paiterey Karah – RO (Surui) e pretende sempre de forma participativa atingir as seguintes etapas:

- **Plano de atrações -** Mapear e definir junto às comunidades indígenas das TIs Nove de Janeiro e Sete de Setembro locais de significativa relevância para o desenvolvimento do turismo de base comunitária. Esses atrativos podem ser Culturais (festas, músicas, pinturas corporais, culinária, artesanato, rituais e etc.) e biológicas/cênicas (avefauna, ictiofauna, mastofauna, áreas de preservação, áreas de recuperação ambiental, etc.);
- **Estudo de mercado -** Identificar junto ao mercado consumidor as tendências de crescimento do setor, norteando as áreas de investimentos e definindo, de acordo com o plano de atração, o público alvo para suprir a oferta das comunidades. Destarte, antevê as vendas e os preços de certo produto, estimando as receitas futuras e perscrutando as possibilidades de obter resultados, garantindo a elevação efetiva da qualidade de vida e de sustentabilidade;

- **Plano de infraestrutura preliminar –** Realizar oficinas que discutam junto às comunidades indígenas padrões de construção que se adéquem as necessidades do mercado e que sejam compatíveis as realidades indígenas locais;
- **Plano de infraestrutura -** Precede a criação dos novos empreendimentos, definindo com embasamento nas oficinas e de levantamentos técnicos os investimentos necessários para receber a demanda turística, identificando locais adequados para a construção dos equipamentos turísticos e a arquitetura propícia para cada localidade;
- **Estudo de viabilidade –** Identificar, através de estudos estatísticos e levantamentos específicos da economia, a real viabilidade econômica e a garantia de sustentabilidade dos futuros empreendimentos ecoturísticos. Necessário para garantir que os investimentos efetivados no desenvolvimento e estruturação dos equipamentos de ecoturismo das TIs tenham maiores chances de sucesso e geração de renda para as comunidades envolvidas;
- **Plano definitivo –** Desenvolver, com embasamento nas oficinas e nos resultados dos planos de infraestrutura, viabilidade, atrações e estudo de mercado, as estratégias e formas que melhor se adéquem às condições de cada localidade; e
- **Validação do plano final -** Reunião com as comunidades envolvidas no projeto, parceiros e órgãos governamentais para apresentação do plano de ecoturismos das TI Nove de Janeiro - AM e Sete de Setembro – RO.

5.2. Reuniões e oficinas

Após vários anos de diálogos e negociações para captação de recursos para a elaboração do plano de ecoturismo, finalmente começam a surgir os caminhos mais seguros, através da realização da Oficina de Introdução ao Ecoturismo nos dias 22 e 23 de março de 2010 na TI Paiterey Karah, Aldeia Lapetanha com a presença de aproximadamente 40 pessoas.

Participaram, assim como nas demais reuniões e oficinas de discussões referentes ao tema as Organizações das TI Paiterey Karah, Associação Gabgir,

Instituto Florestal Yabner Gabgir do Povo Indígena Paiter Surui, Associação Pamaur, Associação Garah Pameh, Associação do Povo da Floresta Kabaney Surui, Associação Metareilá do Povo Indígena Surui, Kanindé e Conservação Estratégica.

Foto 16: Oficina de Introdução ao Ecoturismo, 22 de março de 2010, Aldeia Lapetanha TI Paiterey Karah. Autor: Ederson Lauri.

Durante as oficinas/reuniões, são discutidas inicialmente as realidades de turismo em outras áreas indígenas e unidades de conservação do Brasil, sempre norteados com exemplos claros e utilizando sempre linguagem mais acessível à compreensão dos indígenas.

A ideia é fomentar uma discussão sobre todos os temas necessários para à elaboração totalmente participativa do plano de negócios adequado à realidades local. Para isso, é necessário que esses povos tenham sempre total familiaridade com o tema.

São discutidos ainda as formas de realização das atividades e como elas serão implementadas, assim como suas possíveis implicações sobre o território e a vida dos Paiter-Surui.

No primeiro momento, foram discutidos os pontos iniciais da temática turismo, conceitos norteadores, segmentação do turismo, formas de desenvolvimento do ecoturismo; preferências de mercado; exigências do mercado; explicações sobre produtos turísticos e sua formação, seqüenciados

pelos **Atrativos** (lugar bonito, bichos, lagos, praias, aldeia, floresta, etc) **Atividades** (passeio de canoa, caminhada na trilha, observar os índios fazendo artesanato, observar as pescaria, …) **Equipamentos e infraestrutura** (hotel, canoa, voadeira, torre de observação, binóculo, … **Serviços** (Refeições, comunicação, transporte de Porto Velho, limpeza dos quartos, lavanderia, venda de produtos que os visitantes precisam, venda de artesanato); e os próximos passos para a construção do Plano de Ecoturismo Indígena**.**

No segundo momento, foi realizado na aldeia Lapetanha, nos dias 28 e 29 de agosto de 2010, uma oficina mais norteadora, em que os indígenas tiveram a oportunidade de discutir com maior intensidade o que almejam para o seu povo.

Fotos 17, 18 e 19: Participantes e grupos de trabalho da Oficina de Ecoturismo realizada no período de 28 e 29 de agosto de 2010, aldeia Lapetanha, TI Paiterey Karah. Autor: Ederson Lauri.

Os participantes foram distribuídos em grupos e discutiram sobre diversos temas de grande relevância para o planejamento da atividade. Esses momentos foram seguidos de apresentações dos grupos e discussões em plenária para adequação dos pontos divergentes e acréscimos necessários.

5.3. Construção de valores para a implantação do ecoturismo Paiter-Surui

Durante esses trabalhos ,foram retiradas definições importantes divididas em 3 partes: 1) Valores; 2) atrativos; e 3) infraestrutura, conforme segue:

5.3.1 Pensando e discutindo as Regras norteadoras

	Valores[15]			
	Grupo 1	**Grupo 2**	**Grupo 3**	**Grupo 4**
Como serão tomadas as decisões?	Através reuniões e acordos	Realização de assembleias e reuniões com as 6 associações Paiter-Surui	De forma coletiva	Realização de no mínimo 3 reuniões com o povo Paiter. Decisões através das associações
Quais as regras que os turistas terão que seguir?	Respeito à cultura Paiter-Surui, ex. não tirar foto ou filmar	Cumprimento do manual regras estabelecida pelo povo Paiter-Surui	Não permissão de entrada drogas, bebidas alcoólicas, exploração sexual, prostituição, armas, não jogar lixo, apresentação de exames	Elaboração de regras com visão na cultura, meio ambiente e tradição
Os Paiter estão dispostos a deixar a aldeia limpa e bonita para os turistas visitarem?	Sim	Sim	Sim	Sim, nas reuniões para definição das regras, serão discutidos a importância para atrair os turistas
Como serão repartidos os benefícios?	Pela associação	As comunidades Paiter-Surui terão benefício por meio de projetos sociais elaborados pelas	Criação de um fundo de turismo. Ex. pagamento funcionários e despesas administrativas	Sugestão: destinado ao fundo Surui. Os recursos serão destinados para as associações,

[15] Texto conforme apresentado nos cartazes utilizados pelos grupos.

		associações		visando o seu planejamento que visa suprir as necessidades das comunidades
Os turistas podem visitar as aldeias?	Sim, respeitando as regras	Sim, visitar uma vez cada grupo	Sim, com horários e regras definidas	Depende da decisão dos labiwayej e *Labiwayej* e saga e conselho de anciões
Os turistas podem visitar todos os lugares?	Não	Não, só locais permitidos	Não, ex. cemitérios e locais de ritual	Sim
Como decidir quem vai trabalhar?	Cada associação vai indicar o pessoal e avaliar	Consulta, avaliação do perfil da pessoa e capacitar	Através de reuniões da associações com participação da comunidade Surui	Através indicação associações Avaliação do indicado
Os Paiter estão dispostos a não caçar nas áreas do Ecoturismo?	Sim	Sim	Sim	Sim, essa decisão deverá ser avaliada nas reuniões gerais com elaboração de acordos

Quadro 01: Pensando e discutindo as Regras norteadoras. Fonte: Kanindé e CSF, 2010.

A maioria das decisões oriundas dessa oficina é complementar e tem o mesmo sentido, algumas outras são contraditórias e de acordo com as definições das regras e encaminhamentos da oficina serão discutidas nas próximas oficinas e ao longo do período do projeto. Esses resultados, ainda serão validados e podem sempre sofrer alterações conforme a necessidade ou demanda dos indígenas.

De toda forma, é visivelmente notório a intenção que as discussões e decisões sempre sejam concebidas através das reuniões e oficinas participativas.

Para facilitar a comunicação e a tomada de decisões, cada associação/organização indígena envolvida no processo elegeu dois representantes para acompanhar o projeto.

É possível observar ainda, que um dos grandes debates quando o assunto é turismo em terras indígenas: “o turista terá ou não acesso a nossa aldeia e ao nosso modo de vida?”. Esse debate necessário se faz sempre presente devido à relação de possíveis impactos advindos da atividade turística.

As discussões sobre os benefícios e os problemas causados pelo desenvolvimento do turismo sempre têm papel focal nos diversos estudos sobre o tema - principalmente quando estes em seus segmentos, envolvem comunidades tradicionais e indígenas.

Esses debates são centrados como maior destaque para os impactos negativos causados aos ambientes natural e cultural e positivamente o contra-ponto está no desenvolvimento econômico e melhoria na qualidade de vida.

Essa relação Benefícios/Problemas pode, quando se trata de ecoturismo, promover os seguintes impactos:

Quadro 02: Impactos positivos e negatidos

	Positivos (desejáveis)	**Negativos (indesejáveis)**
Impactos Econômicos	Geração de empregos e oportunidades;	Transformação das ocupações Profissionais
	Diversificação da economia	
	Desenvolvimento regional	
	Melhor distribuição da renda	Impactos sobre a estrutura e distribuição da renda (concentração de renda – turismo somente para grandes empresários)
	Aumento da renda tributária	Desvio dos benefícios econômicos.
	Melhoria da infraestrutura e da qualidade de vida.	
Impactos socioculturais	Conservação do patrimônio cultural, material e imaterial;	Comercialização e perda da autenticidade das manifestações culturais (artes, músicas, danças, artesanatos);
		Transformação da identidade cultural mediante influência de outras culturas no estilo de vida tradicional;
	Intercâmbio cultural;	Degradação do patrimônio cultural arqueológico, histórico e arquitetônico;
	Reafirmação e valorização da identidade cultural;	Modificações no padrão de consumo da população local, despertando necessidades econômicas até então

		desconhecidas;
	Qualificação e valorização dos recursos humanos locais	Má prestação de serviços em função da desqualificação dos recursos humanos;
		Aumento da população residente e sazonal;
		Aumento de problemas sociais, como drogas, prostituição e criminalidade.
Impactos Ambientais	Conservação e proteção de áreas naturais importantes;	Degradação ambiental (poluição – água, ar, sonora, visual e desmatamento);
	Criação de áreas protegidas (unidades de conservação)	
	Conservação de sítios arqueológicos e históricos;	Problemas com saneamento básico
	Melhoria da infraestrutura básica urbana;	
	Aumento da consciência ambiental.	

Fonte: Adaptado de Ecoturism Society (1993)

Mesmo contando com as orientações, surgem várias denominações para o ecoturismo, a exemplo disso temos: *turismo responsável, sustentável, alternativo ecológico* etc. Todas tendo no ecoturismo o ponto comum a natureza como atrativo.

Entretanto, o ecoturismo não pode considerar somente a relação natural, afinal, o motivador do público desse segmento do turismo, viagem não é unicamente o natural.

> O ecoturista quer conhecer a cultura dos povos do lugar, quer saber mais sobre a interação destes com a natureza e não se contenta apenas em admirar a bela paisagem. Quer também certificar que este patrimônio, seja natural ou cultural, como costuma dividi-lo a ciência ocidental, está sendo utilizado de maneira sustentável, quer conservá-lo para gerações futuras ao mesmo tempo em que se preocupa com os impactos desejáveis e indesejáveis que esta atividade pode exercer sobre as comunidades locais, principalmente as tradicionais. Podemos dizer que o ecoturista tem um perfil diferente do turista comum. É responsável e respeita o ambiente e a cultura. Para ele o ecoturismo representa, antes de tudo, um intercâmbio de conhecimentos, uma vez que acredita viver na era da sociedade do conhecimento (FARIA, 2007. P.40).

Essas afirmações apontam para a impossibilidade de que o ecoturismo seja rotulado como turismo de natureza ou cultural porque, ele representa a convergência dos dois e com adicional comunitário pautado no planejamento participativo.

Diante disso, Faria (2007) define *ecoturismo* como o turismo planejado, que promove a interação entre natureza e comunidade com vistas a uma

utilização sustentável e conservacionista do patrimônio natural e cultural, proporcionando melhoria das condições de vida da população envolvida e sem causar impactos indesejáveis à mesma.

Ao analisar inúmeras literaturas/conceitos sobre o tema turismo cultural e suas modalidades etnoturismo e étnico, assim como suas relações construtivas como turismo de natureza, Faria (2007) ressalta a necessidade de compreendermos melhor o turismo indígena, construindo uma tessitura totalmente esclarecedora, que são direcionados para as atividades de turismo em terras indígenas, que certamente são direcionados pelas orientações do *ecoturismo indígena*.

A partir dessas reflexões sobre a temática Turismo e seus segmentos, corroboramos com Faria op. cit. ao afirmarmos que, para o caso em estudo e/ou para comunidade que não pretende ser meros espectadores do turismo em seus territórios, a sustentação e o desenvolvimento participativo que se pretendemos, certamente remete ao que ela descreve como Ecoturismo Indígena, conforme segue.

> Denominamos *ecoturismo indígena* o ecoturismo promovido dentro dos limites das terras indígenas através do planejamento/gestão participativa e comunitária, respeitando os valores sociais, culturais e ambientais dos diferentes povos envolvidos em que a comunidade é a principal beneficiada (FARIA. op. cit.p.44).

Já passando por algumas reflexões sobre as formas de turismo existentes, tendo em mente o tipo de turismo que desejam e as regras norteadoras, a comunidade discutiu também inicialmente os possíveis atrativos para comporem o plano de ecoturismo.

5.3.2 Pensando e discutindo os Atrativos

	POSSÍVEIS ATRATIVOS			
	Grupo 1	**Grupo 2**	**Grupo 3**	**Grupo 4**
Onde tem lugar bonito?	Onde o Ribeirão encontra com o Rio Branco LH 10	Palhau do Mutum/ Lago Sagrado (LH12)/Palob Leregud A yapekad	Reflorestamento La Penha/Tabocal (Palob Leregud) divida com MT (lugar Sagrado)/Cachoeira Apoema Meirelles/ Palhau Apoena Meirelles/Barreiro LH	Rio Branco/ Rio Ribeirão/ Lago (LH12)/Cachoeira (Aldeia Joaquim)

			10/Cachoeira Apasagala/ Rio São Gabriel Apoena Meirelles/ Rio Branco Apone Meirelles divisa com Zoró/ Taboca LH 10/	
Onde tem mais bicho?	Palhau Rio Ribeirão	Tabocal (Palob Leregud A yapekad)	Tabocal (Palob Leregud)/no Ribeirão/ Igarapé Canaã/Rio Jacaré (Gogoyeixi)/Prox. Apoema Meirelles	Prox. Barreiros/Prox. Lagos/Babaçuzal
Onde pode tomar banho?	Rio Branco	Cachoeira/Rio Aldeia Joaquim/Cachoeira/LH12	Rio Branco, Ribeirão e são Gabriel/Cachoeira – Solar Apasabgala (onde tive o contato)	Goapó (LH9)/Cachoera Lobó/Rio Aldeia Joaquim
Onde tem trilha para andar no mato?	Beira do Rio Branco ou Palhau	Da aldeia La Petanha ate Palhau do Mutum	Trilha Apoena Meirelles/trilha Rio Branco – Lapetanha/Trilha (LH10)- Ponino	Reflorestamento /Beira Rio Branco
Onde tem plantas que os Paiter-Surui usam? (lembrando que eles não querem mostrar plantas medicinais)	Nas matas 3 km da Aldeia	Na beira do Rio Branco	Em toda área indígena Sete Setembro	Em toda parte
Onde tem roça ou lugares onde os Surui-Paiter pescam?	Roça prox. Aldeias/Pesca Rios Ouro/Ribeirão/Branco	Rio Branco e Ribeirão	Rios: Branco/Ouro/Ribeirão/São Gabriel/Jacaré	Roça: toda Aldeia/Rios:Branco/Lobó/Amaral
Onde posso passear de barco ou canoa?	Rios Branco e Ribeirão	Rios Branco e Ribeirão	Rios Branco e Ribeirão	Rios Branco e Ribeirão
Qual época do ano é a melhor?	Tanto cheia quanto seca	Tempo chuva e verão	Em toda época	Em época de cheia ao mesmo tempo seca

Quadro 03: Pensando e discutindo os possíveis atrativos. Fonte: Kanindé e CSF, 2010.

Somamos a todos esses atrativos um fator também decorrente da gestão territorial da área, que são os recentes temas relacionados aos

“pagamentos por serviços ambientais”, já amplamente discutidos e sendo implementados na TI Sete de Setembro, que embora não sejam parte focal desse estudo, estão presentes, interferem e são discutidos durante os processo de ecoturismo indígena.

A impossibilidade de decisão nos direcionamentos de trato com a floresta, às vezes impedidas pelo aliciamento e ameaças dos madeireiros, os problemas ambientais visíveis e a relação nada amistosa com os infratores locais despertou nas lideranças indígenas a necessidade de reverter essa situação e apropriar-se com total autonomia das questões relacionadas a seu território.

Neste contexto, a Associação Metareilá, que dentre tantas atividades e projetos realizados tem hoje suas principais forças/ações voltadas para a contribuição da elaboração da metodologia e implementação adequada para os chamados serviços ambientais, com enfoque pioneiro na TI Paiterey Karah.

Essa, por ser a primeira experiência desse porte para TIs do Brasil, certamente trará suas contribuições enquanto atrativos, tanto pelos suas contribuições para o ambiente, quanto pelos complexos e surpreendentes resultados alcançados.

5.3.2.1. REDD

As demandas por redução de emissão de gases prejudiciais ao planeta criaram o denominado mercado de carbono, que é abastecido pela necessidade de compra de créditos de carbono. E do outro, pela oferta desses créditos. O que movimente esse mercado é a obrigação legal de algumas empresas e países em cumprir metas de redução de poluentes, sendo estes os principais compradores desse novo e promissor comércio.

Dentre as novas alternativas/metodologias têm sido evidenciado a “Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação – REDD”, enquadrado dentro dos chamados pagamentos por serviços ambientais, a qual visa contribuir para geração de fontes rentáveis, criando valores econômicos para a floresta em pé, ou para o desmatamento evitado. Poluidores poderão compensar suas emissões comprando os créditos de quem mantém a floresta.

> A idéia básica por trás de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) é simples: os países que estão dispostos e em condições de reduzir as emissões por desmatamento deveriam ser recompensados financeiramente por fazê-lo. As abordagens anteriores para conter o desmatamento global até agora não tiveram sucesso e o REDD oferece um novo marco referencial para permitir que os países com altos índices de desmatamento rompam esta tendência histórica (Parker et al., 2008, p.14)

Esse mercado pode, de acordo com o Yamada (2009), ser divido em dois tipos: o “oficial” e o “voluntário”, diferenciados basicamente pelo tipo dos créditos de Carbono demandados: 1) empresas que têm a obrigação legal de diminuir emissões e 2) outras que voluntariamente assumiram metas, mesmo não sendo obrigatórias.

> **Créditos de carbono** ou **Redução Certificada de Emissões** (RCE) são certificados emitidos quando ocorre a redução de emissão de **gases do efeito estufa** (GEE). Por convenção, uma tonelada de **dióxido de carbono** (CO2) equivalente corresponde a um crédito de carbono. Este crédito pode ser negociado no **mercado internacional**. A redução da emissão de outros gases que também contribuem para o **efeito estufa** também pode ser convertidos em créditos de carbono, utilizando o conceito de **Carbono Equivalente** (Instituto EDP, 2009).

Segundo Parker (2008) em “The Little REDD+ Book”, as comunidade locais têm nas floretas fonte de combustível, alimento, medicamento e abrigo. Tendo, portanto nos povos da floresta (indígenas, ribeirinhos, seringueiros etc), os prestadores de serviços ambientais - SA. As mudanças climáticas, que certamente atingirão mais intensamente os pobres e o REDD como ferramenta “compensatória”, ajudará a construir a sua resiliência aos impactos climáticos.

Sendo essas comunidades locais as principais afetadas dos crescentes efeitos das mudanças climáticas e ao mesmo tempo as grandes mantenedoras das condições de reprodução e proteção dos ciclos ecológicos, nada mais adequado e justo que os beneficiários prioritariamente no mercado de carbono sejam esses povos.

> O desmatamento evitado e a conservação de florestas, além das atividades de florestamento e reflorestamento dentro de terras indígenas podem contribuir diretamente para a redução

> de emissão e de concentração de GEEs na atmosfera. Essas atividades podem ainda gerar certificados, ou créditos de carbono, tanto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) estabelecido no art. 12 do Protocolo de Quioto, como no âmbito do mercado voluntário de carbono, inclusive para atender ao futuro mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (Yamada & Telles, 2009, p.04).

Visualizando suas possibilidades de contribuição e oportunidades de desenvolvimento conciliado a conservação da floresta, os Paiter-Surui, vêm a tempos discutindo junto com parceiros institucionais e através de inúmeras reuniões com os clãs da TI Sete de Setembro a forma mais participativa possível sobre os benefícios e consequências da inserção dos indígenas no mercado de carbono global.

5.3.2.2. O caminhar do Projeto Carbono Surui

O Programa de Desenvolvimento Sustentável traz como proposta o desenvolvimento de ações voltadas para a manutenção do clima do planeta e a geração de renda para os Paiter-Surui. Neste programa está inserido o Projeto Carbono Surui.

Para a realização do Projeto Carbono Surui, os Paiter-Surui buscam diversas parcerias que formam uma espécie de consórcios de organizações voltadas ao desenvolvimento e a implementação do Projeto. As instituições que fazem parte desse consórcio com as devidas responsabilidades são: a) Associação Metareilá do Povo Indígena Surui que é a proponente do projeto e responsável pela pesquisa socioeconômica; b) Kanindé, responsável pelo reflorestamento, diagnóstico, etnozoneamento e assessoria técnica; c) IDESAM – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas; d) Forest Trends que busca compradores para o carbono; e) FUNBIO – Fundo da Biodiversidade pela gestão do fundo do carbono Surui; e f) ACT Brasil com o mapeamento cultural e assessoria técnica e o consentimento prévio informado.

Esse grupo de parceiros garante a realização de vários estudos para embasar o Projeto de Carbono Surui, principalmente voltados para averiguar os impactos comunitários e como a vida das famílias seriam melhorados. Vale

salientar que a metodologia adotada utilizou uma interface multidisciplinar quali-quantitativo para estimar as condições sociais, culturais e econômicas atuais, nas quais foram realizados levantamento antropológico e etnográfico minucioso, com pesquisa de campo intensiva; observação participante; entrevistas semi-estruturadas e livres; reuniões comunitárias, registros audiovisuais e aplicação de questionários.

Com relação à conservação dos recursos naturais e a utilização sustentável do território indígena, ACT – Brasil (2010, p.34) menciona:

> Ao adotar um olhar da conservação biocultural, entende-se que os esforços despendidos em prol da continuidade da diversidade biológica de uma região estão intrinsecamente conectados aos processos de continuidade cultural dos povos tradicionais que vivem diretamente da floresta.
> A floresta, nessas situações, é muito mais do que um local econômico na natureza, com produtos comercializáveis e geração de renda. Apropriar-se dos recursos naturais da terra e ali estabelecer regimes sociais de uso e propriedade é algo muito mais complexo e, no caso dos Paiter-Surui, ganha contornos diferenciados pela relação tradicionalmente construída por pessoas que vivenciam naquela região – e com aquela biodiversidade e suas variações ao longo do tempo – que enxergam vida na biodiversidade e, em grande medida, um olhar cuja perspectiva aponta para uma compreensão de um ciclo de relações – às vezes sociais e com humanidade - entre seres humanos e seres da natureza. Os mitos, os resguardos, a cosmologia e as práticas e formas sociais de criatividade - onde aparecem os conhecimentos tradicionais – são alguns exemplos dessas relações diferenciadas.

O Projeto Carbono Surui busca desenvolver linhas básicas voltadas à conservação: 1 - Áreas de significativo valor para a conservação(endemismo, espécies ameaçadas e risco de extinção, refúgios, áreas sagradas); 2 – Áreas de paisagem natural não alterada e detentora de espécies importantes para a conservação tanto do ponto de vista ambiental como cultural; 3 – Áreas de ecossistemas com espécies raras, ameaçadas ou em risco de extinção; 4 - Áreas onde se possam garantir os serviços ambientais (proteção de nascentes, lagos, etc); 5 – Áreas de uso da comunidade (roças, aldeias, saúde, educação, etc); e 6 – Áreas culturais, ecológicas e podem ser desenvolvido ações voltadas ao desenvolvimento econômico.

A valorização da cultura Paiter-Surui é uma das linhas básicas mais importantes, a qual está inserida no Plano de Gestão e em desenvolvimento no território indígena, buscando a valorização e fortalecimento da cultura.

O monitoramento do Projeto será realizado a partir da estruturação e desenvolvimento do Programa de Fiscalização Territorial e Ambiental inserido no Plano de Gestão.

O Programa visa atuação nos limites da TI com fiscalização preventiva e ostensiva, envolvendo os indígenas e os órgãos federais responsáveis pela proteção dos recursos como FUNAI e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA.

As áreas das aldeias fora excluídas dos estoques totais de carbono a ser comercializado e funcionam como área de amortização, garantindo a proteção da floresta.

As regiões de reflorestamento serão monitoradas garantindo a manutenção destas áreas e o desenvolvimento das mudas de árvores nativas plantadas.

O monitoramento da fauna terá um Programa específico voltado a garantir a preservação das espécies endêmicas, raras e em vias de extinção.

5.3.2.3. Passos dados pelos Paiter-Surui para chegar ao "Projeto Carbono Surui":

1998 – Realização do Programa Payterei em que se discutiu as necessidades e as prioridades a serem tratadas na TI;

1999/2000 - Metareilá e Kanindé realizam o Diagnóstico Agro-ambiental da terra indígena com o apoio do Ministério do Meio Ambiente e Amigos da Terra da Suécia;

2001 - Metareilá e Kanindé realizam o Plano de Gestão de 50 anos, para o desenvolvimento sustentável na TI Paiterey Karah;

2002 - São realizadas diversas reuniões para planejamento das ações e a busca de outras instituições que estivessem interessadas em apoiar a implantação do Plano de Gestão;

2003 - Início do reflorestamento nas áreas onde o diagnóstico apontava com desmatadas. Para esta atividade Metareilá e a Kanindé conseguiram apoio da USAID e da Aquaverde;

2004 - Já haviam sido plantadas mais de 40 mil mudas de árvores de 17 espécies nativas;

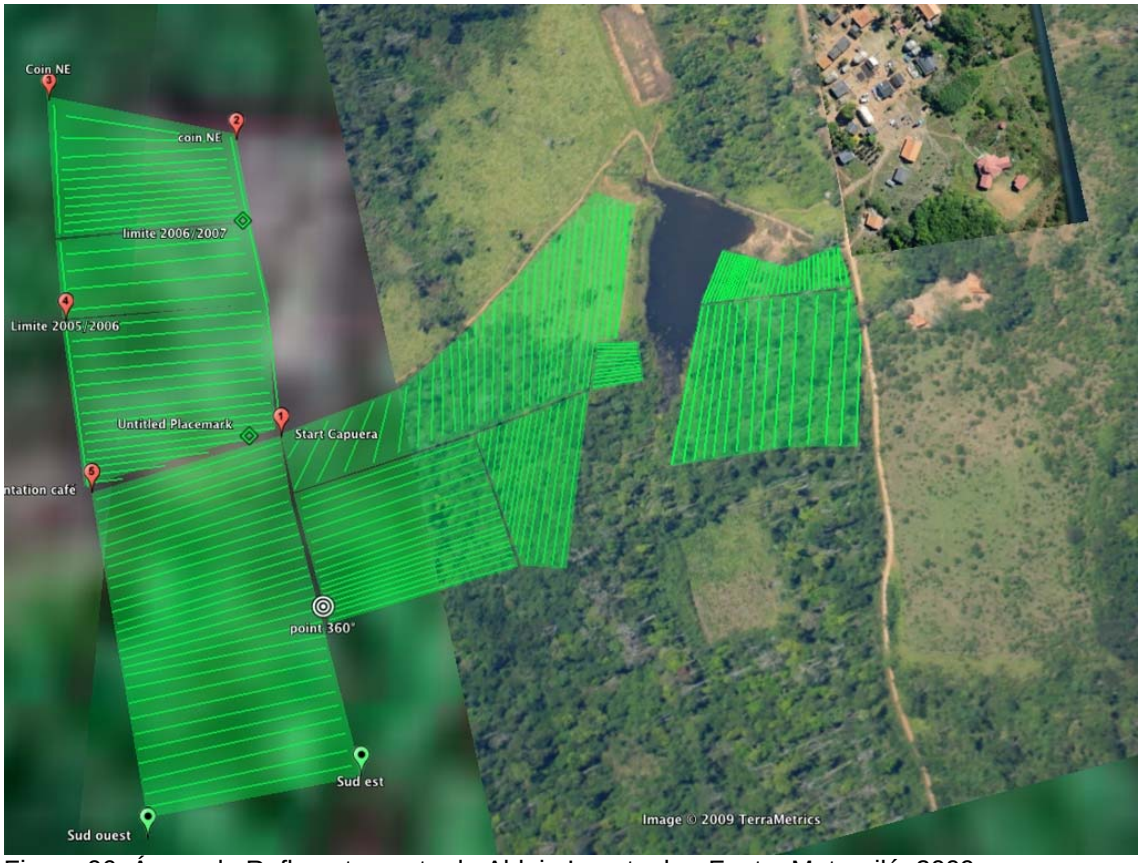


Figura 06: Áreas de Reflorestamento da Aldeia Lapetanha. Fonte: Metareilá, 2009.

2005/2006 - É realizado o mapeamento cultural numa parceiria Metareilá, Kanindé, ACT Brasil, com o apoio da USAID;

2007 - O reflorestamento prossegue e em viagem a São Francisco o Presidente da Metareilá Chefe indígena Almir Surui faz contato com a Google e inicia os primeiros contatos para que a gigante da informática pudesse colaborar na proteção da TI;

- O *Labiwayej esaga* Almir Surui entra em contato com a ONG americana Forest Trends e inicia as primeiras conversas para apoio ao REDD dos Paiter-Surui;

2008 - Se juntam a Metareilá e a Kanindé, as seguintes organizações: - Forest Trends, USAID, Google, ACT Brasil, IDESAM, Katoomba, todos voltadas para apoiar o desenvolvimento do Programa Carbono Surui;

Foto 20. Almir Surui com a representante do Google na TI Paiterey Karah. Fonte: Metareilá, 2008.

Durante o ano (2008) vários estudos/seminários foram realizados para esclarecimento sobre o REDD e mudanças climáticas. Se inicia o desenvolvimento do DCP - Documento de Concepção do Projeto e se finalizam vários estudos. No mesmo período, os indígenas elaboram o documento com o Consentimento Prévio Informado;

2009 - É todo dedicado à construção do PDD. Várias reuniões são realizadas para esclarecimentos,acertos e finalização dos estudos;

Neste período, se discute o Fundo de Gestão e é convidado o FUNBIO para integrar o grupo, elaborar e administrar o Fundo.

No dia 12 de dezembro, é lançado na Conferência do Clima - COP 15 em Copenhague o Projeto Carbono Surui, que agregar ao carbono toda a questão cultural, e traz ainda a preocupação com os município de entorno, já que a proposta do povo Paiter-Surui é, além de manter a floresta em pé, gerar renda e emprego para os indígenas e os "brancos", ou seja, aos não indígenas que vivem nos municípios de entorno da TI.

Nesta proposta, os Paiter-Surui querem realizar junto com fazendeiros, colonos, pequenos trabalhadores rurais o reflorestamento das áreas desmatadas nas propriedades particulares no entorno da TI.

Assim, além de gerar emprego, os fazendeiros e colonos terão a oportunidade de cumprir o que diz o Código Florestal que é a recomposição da reserva legal e Áreas de Preservação Permanente - APPs.

O projeto ganha o prêmio Maya Lin em Copenhague no dia 16 de dezembro, reconhecendo como diz o próprio Almir Surui “nossa luta para manter a floresta em pé”.

É importante ressaltar ainda que a luta da Associação Metarelá e das demais organizações envolvidas nesse processo de discussão e planos para a implementação perpassam em significativas vezes o exposto acima.

Participar da elaboração de uma metodologia tão complexa, atual e inovadora no trato de gestão de TIs demanda muito tempo e dedicação, além da necessidade de compreender os aparatos legais e as possibilidades de seguir com os trabalhos para que não incorra em uma expectativa frustrada principalmente por parte das comunidades que estiveram presentes e contribuíram constantemente.

Ao formular o Projeto Carbono Surui, foi discutido pelos Paiter-Surui, em especial pelos quatro clãs, os indicadores de desempenho do processo e a construção de um Plano de Monitoramento que avalie os resultados do Projeto.

Os Paiter-Surui, sob a liderança da Associação Metareilá do Povo Indígena Surui, são responsáveis por articular e implementar o Projeto Carbono Surui. As demais instituições envolvidas ou que venham a se envolver tem e terão o papel de assessorar ou de desenvolver atividades propostas pelos indígenas, que venham a fortalecer o Plano de Gestão de 50 anos.

As ações voltadas ao desenvolvimento sustentado estão inseridas no Plano de Gestão Etnoambiental da TI Paiterey Karah. O Projeto Carbono Surui é dentro dessa ferramenta um dos mecanismos buscados para a implementação do Plano, que preve ações de educação, saúde, valorização cultural, desenvolvimento econômico, proteção ambiental e segurança alimentar.

As organização indígena como proponente e realizadora da maior parte das discussões/implementações, destacam a formulação/reformulação dos novos cenários de utilização e ocupação do solo e legitimam a intenção das comunidades em práticas legais de utilização de produtos florestais, assim como a luta pela manutenção da cultura e cumprimento dos direitos indígenas.

As discussões/conquistas realizadas pelos Paiter-Surui referentes ao mercado de carbono - como alternativa para aplicabilidade do plano de gestão da TI - , representam uma excelente metodologia a ser desenvolvida, com suas devidas adaptação, em outros territórios indígenas do Brasil, na busca de melhores condições de desenvolvimento sustentável.

Esses processos de serviços ambientais chamaram a atenção internacional, diversas pessoas e instituições têm buscado as associações dos Paiter-Surui para oferecer apoio ou conhecer os trabalhos de reflorestamento e os desmatamentos evitados e certamente serão um dos pontos focais do desenvolvimento do ecoturismo indígena, por isso nosso destaque.

5.3.3 Pensando e discutindo Infraestrutura

	QUAL A ESTRUTURA E COMO SERÁ ESSA ESTRUTURA? ONDE OS TURISTA VÃO DORMIR E COMER?			
	Grupo 1	**Grupo 2**	**Grupo 3**	**Grupo 4**
Vamos construir um hotel?	Sim	Sim, é necessário para acomodar os turistas	Sim	Sim
Onde vai ser o hotel?	Na beira Rio Branco	Na cachoeira da Aldeia Joaquim	Rio Branco/reflorestamento/Palhal/Barreiro/Lago	Rio Branco
Como vai ser o hotel?	Maloca grande	Dois modelos: tradicional e moderna estilo chalé	Maloca semi-tradicional	Cabanas e malocas
Quantas pessoas vão poder dormir?	No máximo 20 pessoas	Máximo 20 pessoas por pacote	Individual, duplo, triplo e casal / suíte presidencial	Cabana 4 pessoas (cama); maloca 10 pessoas rede
Como vão ser os quartos?	Divisão dentro maloca	Maloca quarto único com redes e cobertores; modelo moderno 10 suites com 2	Ventilador, banheiro, cobertor, janela, telado, forrado	Cabana : cama casal e solteiro; maloca: redes

		camas		
Como vão ser as camas?	Uma rede e uma cama		Colchão, cama casal ou solteiro feita de madeira e rede tradicional	Solteiro e casal
Como vai será a energia ?	Luz solar	Chalé energia solar; maloca: luz tradicional Paiter	energia elétrica e placa solar	Cabana: energia elétrica; maloca: vela
Como serão os banheiros?	Banheiro individual tradicional	Banheiro com estrutura moderna mas com cobertura de palha	Alvenaria coberto de palha, vaso sanitário, pia, espelho	Cabana chuveiro e descarga; maloca privada individual
Como vai ser a cozinha?	Cozinha ligada em restaurante em uma maloca aberta	Restaurante afastado 25m distância dos quartos	Fogão lenha e a gás; utensílios cozinha estilo cerâmica	Tradicional/convencional (eles mencionam aqui o tipo refeição)
Como vai ser o esgoto?	Criar sistema tratamento dejetos	De acordo com as normas exigidas pelo saneamento sanitário	Construir no local apropriado	Esgoto comum
O que mais vai ter no hotel?	Loja artesanato, enfermaria, sala internet, telefone, área lazer, piscina	Na maloca: enfeites utilizado pelos Paiter antes do contato, por exemplo, enfeites colocados dentro maloca e área externa, banco tradicional (iamah). No chalé: biblioteca, sala reuniões, internet, telefone fixo e anexo com loja artesanato	Lojinha artesanato, internet, auditório, museu indígena, espaço para descanso, telefone, fax, atendimento primeiro socorros	Sala reuniões, internet, telefone, loja artesanato, palco para apresentação cultural, redário (afastado), museu Surui, farmácia, primeiros socorros
O que vamos fazer com o lixo?	Reciclar o que pode ser aproveitado e o resto enviar para o lixão de Cacoal	Realizar lixo seletivo, vender para os mercados reciclagem. Os recursos obtidos seria retorno para pagamentos pessoas exclusivas do ecoturismo	Reciclagem	Reciclagem

Quadro 04. Pensando e discutindo a Infraestrutura necessária. Fonte: Kanindé e CSF, 2010.

Como mencionado anteriormente, o plano de ecoturismo contará com um plano de infraestrutura. Para colaborar nesse processo, um projeto arquitetônico será construído com o embasamento absolvido das oficinas.

> Não podemos desconsiderar que o ecoturismo indígena tenha seu lado comercial. A diferença está na essência, na finalidade e contexto em que é planejado e desenvolvido. “Isto nos leva a refletir como uma atividade da sociedade ocidental, com esta dimensão comercial e capitalista, poderá ser inserida e apropriada pelos povos indígenas sem que percam o respeito como seres étnicos, enquanto povo afirmando seus valores culturais na era do capitalismo pós-moderno, com a sociedade em rede e de economia flexível que afeta todos os aspectos da vida cotidiana (FARIA, 2007, p 44),

Devido ao grande assédio proporcionado pelas preocupações ambientais, visando criar uma conceituação capaz de orientar e medir os empreendedores, muitas discussões são construídas, não desconsiderando a necessidade de geração de renda para essas comunidades, a necessidade de adequação destes às demanda dos futuros visitantes.

O *Labiwayej esaga* (líder geral dos Paiter-Surui) Almir Narayamoga Surui (2010) se refere ao ecoturismo em sua terra como:

> O ecoturismo a ser desenvolvido na Terra Indígena Paiterey Karah faz parte do nosso Plano de Gestão do território, e consideramos uma ferramenta com a qual estaremos protegendo nossa floresta, gerando renda para nosso povo e contribuindo para a valorização da nossa cultura. Sabemos das vantagens e desvantagens, daí decidimos primeiro realizar os estudos de viabilidade, o plano de negócio e a formação de Paiter para atuarem na gestão da atividade, para garantimos a sustentabilidade socioambiental e econômica desta ação.

5.4. O Intercâmbio

Para contribuir nas futuras discussões e embasar qualitativamente os trabalhos, durante o período de 05 a 14 de outubro de 2010, os Paiter-Surui escolhidos pelas associações participaram de um intercâmbio para troca de experiências no destino de ecoturismo de Mamirauá, no Estado do Amazonas.

A viagem foi formatada para proporcionar aos indígenas uma verdadeira imersão como **turista**. Sentindo as alegrias pela experiência e também as “dificuldades” do turismo como, por exemplo: conexões de voos, check in-out em hotéis, viagem longa, comidas que não estão acostumados, etc., podendo compreender como se sentem as pessoas que estão à procura desses destinos ecoturísticos.

A ideia era construir uma visão das necessidades dos turistas, assim como o tempo e dinheiro demandados para poder conhecer um produto turístico, esperando despertar ainda mais para valorização das suas respectivas terras e os potenciais naturais e culturais.

Fotos 21, 22, 23 e 24: Intercâmbio de indígenas Paiter-Surui e Parintintin na RDS-Mamirauá, Tefé, AM. Autores: foto 21 e 22 Ederson Lauri, 23: Alyson Melo e 24 Ivaneide Bandeira.

Os indígenas tiveram ainda a experiência de participar alguns trabalhos comuns e necessários para o funcionamento de uma pousada: planejamento; camareira; coparia; preparação de alimentos; abertura e manutenção de trilhas; condução de visitantes; recepção de turistas; manutenção da pousada, logística, administração, gerência etc.

Além disso, foram realizados diálogos com a comunidade, em que foram relatados o processo de desenvolvimento, implementação e manutenção do turismo, tendo sempre os destaques das dificuldades e dos acertos durante todo o período do projeto de ecoturismo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Mamirauá.

Toda essa “coleta de informação” permitirá que esses indígenas tenham mais adequadamente as definições necessárias para implementar e gerenciar atividade de ecoturismo no interior de sua terra.

Para que esse intercâmbio fosse acessível também aos demais indígenas da comunidade, uma equipe de filmagem foi contratada. Assim, os diálogos, as atividades, as vivências foram registradas e serão comentadas quantas vezes forem necessárias para sanar as dúvidas.

As construções de conhecimento formuladas nas reuniões, oficinas, intercâmbios serão parte integrantes do Plano de Ecoturismo da TI Paiterey Karah, com prazo de conclusão previsto para o final de 201. Sendo na visão de Almir Surui, essa construção do conhecimento participativo é uma importante ferramenta de geração de benefícios coletivos, conforme segue:

[...] Juntar esses conhecimentos é importante para que o povo Paiter-Surui construísse ferramentas e programas que pode garantir a gestão do seu território. Mas é importante, que essa gestão do território, o benefício do povo como coletivo, não é como Almir Surui, não é como outras pessoas, mas é sim que essa gestão do território tenha visão de levar esse benefício a coletividade do povo Paiter-Surui, então a diferença de fazer a gestão do território é essa, tem que pensar o coletivo.

*[...] E como esse benefício coletivo também influencia a região, e mostrar que na prática com pensar um futuro para um povo, um futuro para uma região pode realmente garantir o beneficio, ai sim, pensar como que o segmento de turismo contribui com isso e a gente divide pelos programas de atuação e vem outros programas de capacitação, de capacidade – quem tem capacidade para administrar tais coisas? -, mas não pode fugir da coletividade [...] Pensando esse futuro para os Paiter-Surui, daqui a 50 anos, 40 anos e para frente [...] (*depoimento setembro de 2010).

Posteriormente a essa conclusão, com as devidas orientações as associações representantes dos Paiter-Surui buscarão junto aos parceiros governamentais e não-governamentais recursos e apoio técnico para a implementação do plano.

É importante, entretanto, destacar mais uma vez que o processo de elaboração do Plano de Ecoturismo da TI Paiterey Kahah, ainda está em construção, com previsão de conclusão em 2011.

VI. O FUTURO PARA OS PAITER-SURUI, CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nosso ver, a Terra Indígena Paiterey Karah, provavelmente será uma das áreas protegidas com mais estudos realizados, isto devido à predisposição dos Paiter-Surui em acreditar que estudos e pesquisas são fundamentais para um bom planejamento e também por darem prioridade aos resultados. Isso é mais uma vez bem exemplificado na entrevista de Almir Surui:

[...] Se o Plano/diagnóstico foi construído com as nossas ideias, com a nossa participação, então, ela tem que ser um resultado do nosso trabalho. E nós temos que ter protagonismo em relação a isso. Já tem uns 10 anos que estamos construindo esse plano de 50 anos dos Paiter-Surui. Ele foi importante para a conquista de alguns momentos da luta dos Paiter-Surui, uma dessas lutas é o Paiter-Surui sair fora dos madeireiro ilegais e hoje também temos alguns parceiros potencias que estão consolidado ao grupo de parceiros dos Paiter-Surui, como USAID, GOOGLE, KANINDÉ, ACT, IDESAN, FLOREST TREND, FUNBIO. Então, o plano pós diagnóstico, orientou para que pudesse construir essa relação, de diferentes parceiros (Governos e ONGs) que têm diferentes ideias, isso é uma conquista.

[...] E para avançar cada vez mais com isso, o povo Paiter-Surui está lançando ou instalando o parlamento do povo Paiter-Surui. Lá estaremos chamando, por exemplo, a FUNAI. O quê a FUNAI tem de plano de desenvolvimento econômico para os Paiter-Surui? Então, a FUNAI vai apresentar seu plano, dentro desse parlamento. Mesma coisa para a FUNASA e outros. Lá, nós vamos definir também, quais os trabalhos de parcerias que queremos com nossos parceiros, qual a atuação daquele parceiro. O coletivo vai definir essas coisas. Nós vamos criar normas dentro do território Paiter-Surui, até para administrar bem e mais uma vez levar o benefício ao coletivo. É claro que para isso vamos chamar os parceiros, especialistas em várias áreas para ajudarem a construir essa política junto com os Paiter-Surui.

Ao decidirem fazer/direcionar a gestão de seu território por suas próprias mãos, os Paiter-Surui buscaram com grande sucesso, parceiros que pudessem

junto com a comunidade desenvolver pesquisas sobre a biodiversidade, a cultura e o meio físico e socioeconômico de sua terra.

No quadro abaixo, descrevemos um pouco o que planejaram os Paiter-Surui para os próximos anos.

Categorias	Atividade	Indicadores
Sócio-demográficos:	-Planejamento familiar.	- Melhoria na taxa de nascimento; -Melhoria dos indicadores morbi/mortalidade; - Interferência no cenário atual de migração para a cidade, com a criação de condições de desenvolvimento sociocultural na TI.
Etnocidadania e acesso a serviços assistenciais básicos	- Formação de indígenas na área de saúde em todos os níveis educacionais; -aposentar os velhos que se encontram sem aposentadoria; -Fortalecimento da medicina tradicional.	- n. de aposentadorias e benefícios sociais concedidos após o inicio do projeto; - Melhoria na qualidade do ensino indígena e das escolas de ensino fundamental ofertado para os Paiter-Surui; - Escolas que oferecem ensino médio e superior dentro da TI; - Postos de saúde comunitárias funcionando; - Nº de casas com banheiro básico completo; - Nº de casas com acesso à água tratada; - Nº de aldeias com coleta de lixo.
Conservação e Proteção da biodiversidade da Terra Indígena	-Proteção dos limites TI; - Manejo dos recursos naturais e dos roçados; -Formação de Agentes Ambientais Indígena; - Formação de indígenas nas áreas ambientais no curso superior; -Reflorestamento de toda área desmatada; -Roçados sustentáveis; -Sistema agroflorestais implatandos; -Recuperadas sementes indígenas; -Ecoturismo sendo desenvolvidos; -Serviços ambientais sendo implementados.	- Re-avivamento de marcos dos limites da Terra Indígena Sete de Setembro; - Expedições de fiscalização dos recursos naturais da TI; - Contratação de indígenas para trabalho de Fiscalização ambiental da TI; - Programa Conservação Etnoambiental da TI; - Novas aldeias e áreas de reflorestamento; - Diminuição da exploração ilegal de madeira; - Adoção de medidas de uso sustentável dos recursos naturais da TI, especialmente sobre aproveitamentos econômicos; - Número de turistas na terra indígena; - Estruturas para receber os turistas construídas; - Projeto de carbono implementado; - Recursos hídricos manejados.
Governança	Sistema de Governança tradicional fortalecido;	- Representantes de clãs e *Labiwayej* e Saga tomando decisões apartir da demanda da comunidade; -Reuniões Periódicas entre os Diretores de Associações Indígenas e os chefes dos clãs para discutir, avaliar e monitorar o andamento do projeto; - Espaço para reclamações construído e funcionando; - Reuniões gerais para disseminação de informações e resultados; - Reuniões em aldeias quando solicitado; - Reuniões entre os parceiros quando necessário.
Aspectos	Paiter-Surui com a cultura valorizada;	- Realização de festas e ritos tradicionais nas

culturais:		aldeias; - Construções de casas tradicionais nas aldeias; - Valorização da produção de produtos locais também para comércio (agrícolas, artesanatos, etc.); - Pesquisas etnográficas realizadas para a documentação da cultura e história do povo Paiter-Surui; - realização de exposições sobre a cultura dos Paiter-Surui para divulgação; - Valorização das práticas tradicionais de cura e promoção à saúde.

Quadro 05: Planejamento dos Paiter-Surui para os próximos anos. Fonte:Metareilá, 2010.

Quanto ao desenvolvimento econômico, este é pensado de forma a elaborar plano de negócio, fundo de gestão, manejo dos recursos naturais e o uso planejado para os serviços ambientais oferecidos pela terra indígena.

O investimento em ações e atividades, que no futuro irão garantir a melhoria da qualidade de vida dos Paiter-Surui, é um esforço de todos os clãs, mas com mais empenho e sucesso pelos Gamebey.

[...] *Eu acredito que nós, pelo menos em Rondônia, ou se não for em Rondônia pelo menos em Cacoal, uma das ferramentas também importante, os Paiter-Surui conseguiram construir, que é o fundo de gestão, mecanismo financeiro. Como que os Paiter-Surui vão estar administrando financeira mente essa gestão do território? Porque, não adianta um plano bonito se você não souber administrar recurso financeiro para que não só para desenvolver, mas também para garantir que se tenha lucro. Porque isso vai sustentar, vai mostrar o potencial do território indígena no futuro [....]*

[...] Dentro do plano de 50 anos, nós temos uma série de ações para serem investidas, para serem geradas em volta do território que é aproximadamente 120 milhões de dólares. Então, como que um povo indígena pode administrar um recurso desses? Só a Metareilá? Não. Então, nós vamos envolver outras lideranças. Foi criado um mecanismo que demonstra como será a administração desse recurso financeiro através desse fundo de gestão dentro da nossa parceria. Então, é uma das ferramentas importante que os Paiter-Surui criaram [...].

[...] O fundo funciona da seguinte maneira: Nós temos um plano de captação de recurso, para doação também temos um plano se alguém que tem

interesse de investir dentro da TI. Tendo esse fundo, nós vamos estar apresentando projetos que desenvolvem coletivamente os Paiter-Surui dentro desse fundo. Então, vai ser investido dentro do território indígena. As associações e parceiro também podem implementar o projeto, mas desde que o parceiro desenvolva o programa dentro da TI Paiterey [...].

*[...] Para fiscalizar isso, a responsabilidade será do conselho do fundo, composto pelos Paiter-Surui, dois representantes dos parceiros que são ONGs e dois dos investidores que estarão colaborando com o fundo, além de representantes do MMA, FUNAI, Ministério Público. Na última reunião do fundo, decidimos também que o fundo vai investir nos municípios que estão ao redor do nosso território. Estaremos oferecendo desse fundo, 10 a 15% de recurso para os municípios e outros órgãos do governo, mas isso dentro do território indígena [...] (*Almir Surui, 2010).

Considerações finais não conclusivas

Muito embora se tenha pretendido demonstrar a gestão do território através de análises delimitadas em períodos ou momento, a nosso ver mais significativos, entendemos que essa dissertação não é capaz de mensurar quantitativamente e qualitativamente o árduo processo de gestão territorial desenvolvido pelos Paiter-Surui, uma vez que certamente extrapola o período analisado e são superiormente mais intensos que as possibilidades de compreensão. Esperamos, contudo, que os resultados supracitados, sirvam de estímulos para outros povos.

Assim, muito menos que conclusão, nos pautamos nas contribuições de conhecimentos produzidos via métodos participativos, expressados de profunda relevância na construção de ferramentas de gestão territorial.

Constatadamente, formular mecanismos de gestão representa algo extremamente complexo. Fato esse, que pode ter maiores complicadores quando as formas de intervenções propostas desconsideram o conhecimento e as demandas da comunidade em que se está inserido, exemplificados aqui pelas intervenções fracassadas do governo em inúmeras TIs, sem os devidos estudos e consulta as comunidades.

Devido a essas representações de insucesso, a metodologia de gestão iniciada no território dos Paiter-Surui, o Diagnóstico Etnoambiental Participativo, tem atualmente um excelente reconhecimento, principalmente no movimento indígena, já sendo aplicado em nove Terras Indígenas distribuídas nos estados de Rondônia, Amazonas, Mato Grosso e Pará. Além disso, a participação em seminários, congressos, eventos internacionais etc, são cada vez mais frequentes, alçando bons resultados e contribuições significativas nas discussões em que são inseridas, existindo esforços para que essa metodologia se torne uma política pública financiada pelo governo e acessível a todos a TIs do país.

[...] A replicação da metodologia é um ponto muito positivo porque fortalece o que a gente acredita – povo Paiter-Surui – isso fortalece muito porque também os Paiter-Surui querem no futuro que essa gestão do território indígenas seja reconhecida pelo Governo, e se serão reconhecidos pelo governo nós queremos que as políticas públicas sustentem essa gestão. Em outras palavras, daqui a 20/30 anos ou agora mesmo, nós queremos que o governo financie esses planos dentro das terras indígenas, para fazer esses projetos para que os povos indígenas tenham qualidade de vida. É muito bom que essas experiências sejam levadas para outros lugares, tendo essa metodologia que nós criamos junto com a Kanindé, em várias terras indígenas nós teremos várias pessoas que vão estar lutando e falando do mesmo jeito[...] (Almir Surui, 2010).

Desta forma, quando pensamos a gestão do território ou qualquer atividade que envolva essas terras indígenas, detectamos o conhecimento como substancia indispensável, tornando, portanto, as contribuições do diagnóstico de fundamental importância e fator de sucesso na execução do planejamento e ações almejadas pelos Paiter-Surui.

Com relação ao Plano de Ecoturismo Indígena da TI Paiterey, os trabalhos até então realizados direcionam a formulação de uma metodologia diferenciada e participativa, podendo de fato tornar-se um referencial para os estudos que precedem as necessárias demandas de ecoturismo, também em outras TIs.

A nosso ver, essa formação continuada, é a parte mais importante desse processo. Nessa transmissão de conteúdo, temos um processo PARTICIPATIVO em construção, afinal é impossível tornar um processo participativo sem que as pessoas que opinam e decidem, saibam como conduzir e realizar uma distinção adequada dos seus propósitos.

Portanto, cultura, diagnóstico, plano de gestão, reflorestamento, serviços ambientais, construção comunitária, plano de ecoturismo, luta pela sobrevivência e manutenção da terra, etc. serão os maiores valores a compor os atrativos do ecoturismo indígena. Este, por sua vez, é a amalgama que valoriza, gera renda e une esforços participativos para a gestão do território.

Logo, é ferramenta capaz de interferir e contribuir na gestão territorial.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **Territorialidades, Desterritorialidades, Novas Territorialidades**: os limites do poder nacional e do poder local. In: **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

ALENCAR, A. *[et. al].* **Desmatamento na Amazônia**: indo além da "Emergência Crônica". Belém: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. 2004.

ACT – Brasil, **Informações sobre comunidades para composição do PDD preliminar**: Baseado nos padrões CCB de concepções de projetos. (no prelo), 2009.

ALMEIDA SILVA, A. **Territorialidades e Identidade do Coletivo *Kawahib* da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia**: "*Orevaki Are*" (Reencontro) dos "Marcadores Territoriais**.** Tese de Doutorado. Curitiba, UFPR. 2010.

_____. **Impactos Socioculturais em Populações Indígenas de Rondônia**: Estudo da Nação Jupaú. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Porto Velho: PPGG/NCT/UNIR, 2007.

AMARAL,J. J. de O; SILVA, A. A. & LEANDRO E. L. **Migração E Colonização Na Amazônia Brasileira**: Notas Para Um **Debate** in: OLIVEIRA, V.; LEANDRO, E. L.; Amaral, J. J. de O. (Orgs.). **Migração: Múltiplos Olhares**. São Carlos: EDUFRO e Pedro & João, **(no prelo),** 2011.

BARRETO, P.; *et al*. **Pressão Humana no Bioma Amazônia. O estado da Amazônia** – IMAZON, 2005. N° 03.

BARROS, N. C. C. **Manual de Geografia do Turismo: meio ambiente, cultura e paisagens**. Recife, Pernambuco: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1998.

BATALLA, G. B. **América Latina: etnodesarrollo, etnocidio**. Costa Rica: FLASCO. 1982.

BECKER B. K. **Política e planejamento do turismo no Brasil** *in*: Yázigi, E; Carlos, A. F. A; Cruz, R. de C. A. da. Turismo: espaço, paisagem e cultura. 3. Ed. São Paulo: Hucitec. 2002. 242pg.

_____. **Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil**. Rio de janeiro, 40 (1); 111-22 jan. 1976[a].

_____.**A propósito de um modelo de ocupação racional da Amazônia.** Revista brasileira de geografia, IBGE, Rio de Janeiro. 1976[b].

BORDA, O. F**. Aspectos Teóricos da Pesquisa Participante:** considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular *In*: BRANDÃO, C. R. (org.) **Pesquisa Participante**. São Paulo : Brasiliense, 2006.

BOTERF, G. L. **Pesquisa Participante:** Propostas e Reflexões Metodológicas. *in*: BRANDÃO, C. R. **Repensando a Pesquisa Participante** (org.) – São Paulo : Brasiliense, 1999.

BRANDÃO, C.H. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense,1987.

CARA, R. B. **El Turismo y los Procesos de Transformacion Territotial** *In:* **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. Org Rodrigues, A. A. B. – 4 ed. – São Paulo: HUCITEC, 2001.

CARDOZO, I. B.; VALE JUNIOR, I. C.; Silva, G. C.; LEANDRO, E. L.; Albuquerque de Melo, A. P.; Bonavigo, P. H.; CRUZ, S. V. **Metodolgia de Diagnóstico Etnoambiental Participativo e Etnozoneamento em Terras Indígenas**. KANINDÉ – Associação de Defesa Etnoambiental. Brasilia: ACT - BRASIL EDIÇÕES, 2010. 84 p

CARDOZO, I. B. **Diagnóstico Agro-ambiental da Terra Indígena Sete de Setembro**. Associação de Defesa Etnoambiental – Kanindé. Porto Velho, RO. 2000.

CASTRO, N. A. R. de.: **O lugar do turismo na ciência geografica:** contribuições teórico-metodológica à ação educativa – São Paulo – 2006 – USP

CEDI. **Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90**. Aconteceu Especial 18. Ed. CEDI, São Paulo,1992.

CELENTANO, D. & VERÍSSIMO, A. **O avanço da fronteira na Amazônia:** do boom ao colapso – Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON. 2007.

CORIOLANO, L. N. M . T. **Turismo e Meio Ambiente:** Interfaces e Perspectivas. In CORIOLANO, L. N. M . T & VASCONCELOS, F. P. (orgs.) O **Turismo e a Relação Sociedade-Natureza**, realidades, conflitos e resistências. – Fortaleza: EdUECE, 2007.

EDP. **Crédito de Carbono**. Disponível em: http://www.institutoedp.com.br/institutoedp/credito_carbono/credito_carbono.asp - 2009.

FARIA, I. F. **Ecoturismo Indígena Território, Sustentabilidade, Multiculturalismo:** princípios para a autonomia. Tese de Doutorado Departamento de Geografia/FFLCH – USP, 2007.

FEARNSIDE, P. M **Deforestation and international economic development projects in Brazilian Amazonia**. Conservation Biology, Chicago, v. 1, n. 3, p. 214-221, 1987.

FEARNSIDE, P. M **Spatial concentration of deforestation in the Brazilian Amazon**. Ambio, Stockholm, v. 15, n. 2, 1986.

FEARNSIDE, P. M. **Carga pesada**: o custo ambiental de asfaltar um corredor de soja na Amazônia. *In:* M. Torres (Org.). **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005b. p. 387-423.

FERREIRA, L. V.; VENTICINQUE, E.; ALMEIDA, S.: **O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas.** Estudos Avançados**,** 2005. -

FLECK, L. C. **Eficiência econômica, riscos e custos ambientais da reconstrução da rodovia 319** – CSF – Conservation Strategy Fund. 2009.

FREIRE, P. **Criando Métodos de Pesquisa Alternativa**: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. *in* BRANDÃO, C. R. **Repensando a Pesquisa Participante** (org.) – São Paulo : Brasiliense, 2006.

GALLERO, L. – **El impacto de la globalización sobre El turismo** – in: **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. Org RODRIGUES, A. A. B. – 4 ed. – São Paulo: HUCITEC, 2001.

GRÜNEWALD, R. de A. - **Etnodesenvolvimento indígena no Nordeste (e Leste):aspectos gerais e específicos** - Revista Anthropológicas, ano 7, volume 14 (1 e 2): 47-71 (2003).

GTA - Grupo de Trabalho Amazônico, **O fim da Floresta?** A devastação das unidades de conservação e terras indígenas no Estado de Rondônia / Regional Rondônia. 2008.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização, do "Fim dos Territórios" à multiterritorialidade**. – 5ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

IANNI, O. **Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia**: 1964-1978. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IDESAM. **Desenho de Concepção de Projeto**. (no prelo) 2010.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Monitoramento da Floresta**, São José dos Campos 2004.

Kanindé – Associação de Defesa Etnoambiental. **Metodologia de diagnóstico etnoambiental participativo e etnozoneamento em terras indígenas**. Brasília: ACT Brasil Ed., 2010.

KANINDÉ & CSF**. Plano de Ecoturismo da Sete de Setembro**. Documentos internos. 2010[b].

KANINDÉ - Associação de Defesa Etnoambiental – **Diagnóstico Etnoambiental Participativo da Terra Indígena Ipixuna**, Porto Velho. 2007[a]

KANINDÉ, Associação de Defesa Etnoambiental – **Diagnóstico Etnoambiental Participativo da Terra Indígena Nove de Janeiro**, Porto Velho. 2007[b].

KANINDÉ, Associação de Defesa Etnoambiental – **Plano de Gestão Terra Indígena Ipixuna**, Porto Velho. 2007[c]

KANINDÉ, Associação de Defesa Etnoambiental – **Plano de Gestão Terra Indígena Nove de Janeiro**, Porto Velho. 2007[d]

LEANDRO *et al*,. **Ecoturismo Indígena na Amazônia: Ferramentas de desenvolvimento sob a ótica local**. *In*: AMARAL, J. J. de O., LEANDRO, E. L. (org.) Amazônia e Cenários Indígenas. São Carlos: Pedro & João Editores 2010.

LEANDRO L. L. **Uso Público da Terra Indígena Nove de Janeiro** in: KANINDÉ – Associação de Defesa Etnoambiental, 2008. **Diagnóstico Etnoambiental Participativo da Terra Indígena Nove de Janeiro**. Porto Velho – RO. 2008.

LEANDRO, E. L.;, M. A. D. - **Turismo Na Etnia Parintintin: Uma Análise Comparatória das Expectativas, Compreensões e Potencialidades das Terras Indígenas Ipixuna e Nove de Janeiro, Humaitá, Amazonas, Brasil** – Faculdade São Lucas, Porto Velho 2007.

LEANDRO, E.L.; PAES, A.P**. Percepção do Turismo na Etnia Parintintin, Terra Indígena Ipixuna, Humaitá, Amazonas**, Brasil. *In*: I Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007, Itatiaia - RJ. Anais do I Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007. [a]

LEANDRO, E.L.; PAES, A.P.; SANTOS JUNIOR, P.A. **Percepção do Turismo na Etnia Parintintin, Terra Indígena Nove de Janeiro, Humaitá, Amazonas, Brasil**. In: I Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007, Itatiaia - RJ. Anais do I Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007. [b]

LEÃO, A.C.S; AZANHA, G. & MARETTO, L.C. **Estudo Socioeconômico sobre as Terras e Povos Indígenas situados na área de influência dos empreendimentos do Rio Madeira (UHES Jirau e Santo Antonio): Diagnóstico final e avaliação de Impactos nas Terras Indígenas Karitiana, Karipuna, Lage, Ribeirão e Uru-Eu-Wau-wau**. Brasília: Furnas. 107p. 2004.

MELO NETO, J. F. de. **Pesquisa-ação** (aspectos práticos da pesquisa-ação nos movimentos sociais populares e em extensão popular**).** *In*: Roberto Jarry Richardson. (Org.). **Pesquisa-ação**: princípios e métodos. 1 ed. João Pessoa - PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2003.

METAREILÁ - Associação do Povo Indígena Surui. **Plano de ação participativo para o desenvolvimento de uma economia racional e de manejo sustentável dos recursos naturais da terra indígena Sete de Setembro** Documento interno ao Projeto REDD+ Surui. 138 pp. 2010.

MORIN, E. – **Meus Demônios**; tradução Leneide Duarte e Clarisse Meireles. – Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1997.

MULS, L. M. **Desenvolvimento local, espaço e território**: O conceito de capital social e a importância da formação de redes entre os organismos e instituições locais. *In*: **Economia**. Vol 9, nº1, jan/abr 2008.

NOGUEIRA, J. M.; **Eficiência econômica, riscos e custos ambientais da reconstrução da rodovia 319** – CSF – Conservation Strategy Fund. 2009

OEI**. Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros. Organizador**: Julio Jacobo Waiselfi sz. 1ª Ed. Brasília: OEI. 190 p. Disponível em: http://www.oei.es/noticias_ei/mapa_da_violencia_baixa.pdf - 2007.

OLIVEIRA VALERIA DE. 2011. Que **Vim Eu Fazer Aqui?** Fazendo Do El Dorado O Meu Lugar. *in* OLIVEIRA, V.; LEANDRO, E. L.; AMARAL, J. J. de O. (Orgs.) **Migração:** Múltiplos Olhares. São Carlos: EDUFRO e Pedrp & João, 2010. (no prelo).

OLIVEIRA, A. U. de. **Amazônia: Monopólio, expropriação e conflito**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1990.

OLIVEIRA, R. D. de & OLIVEIRA, M. D. **Pesquisa Social e Ação Educativa:** conhecer a realidade para poder transformá-la. *In* BRANDÃO, C. R. (org.) **Pesquisa Participante.** São Paulo : Brasiliense, 2006.

PARKER, C., MITCHELL, A., TRIVEDI, M. & MARDAS, N. **The Little REDD+ Book,** Oxford, GCP. 2008.

Programa de Aceleração do Crescimento – **PAC**. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/pac/

RADAMBRASIL - MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA **Projeto RADAMBRASIL, Levantamento de Recursos Naturais**, Departamento Nacional da Produção Mineral., Vol. 16, folha SC.20, Porto Velho. 1978. 663 p.

Ribeiro, B. [et al] **O Avanço do Desmatamento sobre as Áreas Protegidas em Rondônia**. Instituto do Homem e do Meio Ambiente, Belém. 2004.

RODRIGUES, A. A. B.: **Desafios para os estudiosos do turismo** – in: **Turismo e geografia:** reflexões teóricas e enfoques regionais. Org RODRIGUES, A. A. B. – 4 ed. – São Paulo: HUCITEC, 2001.

SACK, R. D. **Human Territoriality: Its Theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SANTOS, L. M. de A. - **Do diamante ao turismo, o espaço produzido no município de lençóis** – Dissertação de Mestrado - Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2006.

SOARES-FILHO, B. S. et al. **Cenários de desmatamento para a Amazônia** - Estudos Avançados 19 (54). 2005.

SOUZA JR. et al. **Avanço das Estradas Endógenas na Amazônia**. IMAZOM, 2005.

SOUZA, M. M. O.; PESSÔA, V. L. S. **O processo de colonização agrícola e a ocupação do espaço agrário na mesorregião do leste rondoniense**. In VII Encontro Nacional da ANPEGE, Niterói, 2007.

STAVENHAGEN, R. El **Marco internacional del derecho indígena**. In: GÓMEZ, Magdalena. Derecho Indígena. México, DF: Instituto Nacional Indigenista, 1997.

SUDAM - Superintendencia do Desenvolvimento da Amazônia. **Demografia: Processo de Povoamento**. Disponível em: http://www.sudam.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=68&Itemid=45

SURUI, A. N. **Entrevista concedida pelo Presidente da Associação Metareilá ao autor**. Porto Velho, 10 de setembro de 2010.

TEIXEIRA, M. A. D.; FONSECA, D. R. da. **História Regional (Rondônia)**. Porto Velho, Rondoniana, 2001.

THÉRY, H. **Pesos e Medidas da Amazônia**. *in* SAYAGO, D.; TOURRAND, J-F.; BURSZTYN, M. (orgs.) Amazônia Cenas e Cenários. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

WWF - **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. [Organização: Sylvia Mitraud] - [Brasília]: WWF Brasil, c2003.

YAMADA É. M & TELLES DO VALLE, R. S. **Brasil:** Titularidade Indígena sobre Créditos de Carbono gerados por Atividades Florestais em Terras Indígenas. Instituto Sócio-Ambiental – ISA, Brasília. 2009.

YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A, DA **– Turismo: espaço, paisagem e cultura** – 3. Ed – São Paulo: Hucitec, 2002.